

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**“POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UM DESAFIO PARA
OS PSICÓLOGOS”**

Relatório

Organizador : Marcus Vinícius de Oliveira Silva

SALVADOR

Maio/2001

ÍNDICE

ABERTURA

Ana Mercês Bahia Bock . Pág. 1
Miguel Angel Cal González . Pág. 4

MESA-REDONDA

Políticas Públicas como um Desafio para os Psicólogos

Maria do Carmo Lara . Pág. 9
Maria Cristina Carvalho . Pág. 19
Antônio Lancetti . Pág. 27
Debates . Pág. 35

PALESTRA

Psicologia e as Políticas Públicas em Saúde

Carmem Teixeira . Pág. 47
Lumêna Almeida Castro Furtado . Pág. 63
Carmem Teixeira . Pág. 72
Debates . Pág. 75

PALESTRA

Psicologia e as Políticas Públicas em Educação

Romualdo Luís Portela de Oliveira . Pág. 87
Sérgio Antônio da Silva Leite . Pág. 104
Romualdo Luís Portela de Oliveira . Pág. 112
Debates-Pág. 118

PALESTRA

Psicologia e as Políticas Públicas em Segurança Pública

Luís Flávio Saporì . Págs. 135
Leôncio Camino . Pág. 152
Luis Flávio Saporì . Pág. 160
Debates . Pág. 164

MESA-REDONDA

A Participação dos Psicólogos nos Organismos de Controle Social

Fernanda Otoni de Barros . Pág. 181
Elcimara Meire da Rocha Mantovani . Pág. 190
Miguel Angel Cal González . Pág. 196
Debates . Pág. 201

ABERTURA OFICIAL

Ana Mercês Bahia Bock

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Miguel Angel Cal González

Palestrante

Apresentação

O I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas resulta de uma percepção do caráter estratégico das políticas públicas para o futuro da profissão de psicólogo. Costuma-se dizer que, minguada aquela clientela liberal que, durante muito tempo, sustentou um regime de trabalho, no qual os psicólogos podiam se apresentar como profissionais liberais, e multiplicado intensamente o número daqueles que podiam se apresentar como profissionais, está produzida uma equação que coloca em risco o próprio futuro da profissão.

Nos anos 60, dizia-se que o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil. Pode-se parafrasear esse ditado e dizer que ou os psicólogos assumem as políticas públicas ou não terão perspectiva de futuro como profissão no Brasil. Aquela elite capaz de consumir e de pagar pelo consumo está diminuída pela forte concentração de renda que o Brasil apresenta. Por outro lado, o número de profissionais cresceu. Hoje, são 110 mil profissionais no país, o que faz repensar a presença do psicólogo no processo social. Por isso, o seminário, que produziu este relatório, foi estratégico.

No entanto, é possível constatar, no processo que vem desenvolvendo, que os psicólogos muitas vezes não dominam os elementos relativos ao contexto no qual atuam. O caso das políticas públicas é exemplar. Muitas vezes a categoria é chamada, por meio de concursos públicos, a cumprir funções públicas no aparelho de Estado, prestando assistência e oferecendo serviços. As vezes, entretanto, por meio dessas experiências, percebe-se que os psicólogos são, ainda, despreparados para lidar com a dimensão política do espaço no qual atuam com uma limitada capacidade analítica dos complexos contextos nos quais são chamados a agir. Atento a esse tipo de preocupação, o III Congresso foi preciso e indicou a necessidade de adquirir uma maior competência analítica acerca dos contextos nos quais os psicólogos estão inseridos quando fazem parte do aparelho do Estado. É preciso sermos capazes de entender esse contexto para que possamos nos posicionar estrategicamente.

No presente relatório percebemos que esta capacidade encontra-se em franco desenvolvimento entre nós. Que ele possa ser útil como instrumento de reflexo e como apoio à intervenção do psicólogos, fortalecendo o compromisso social da Psicologia com a sociedade brasileira.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Organizador

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Agradeço, inicialmente, às pessoas que foram convidadas pelo Conselho Federal para colaborar com os nossos debates. Estão presentes a Cristina e a Maria do Carmo, mas há muitos outros que vêm colaborar. Agradeço pela disponibilidade com que, de forma rápida, responderam ao nosso convite.

Agradeço, também, a todos que possibilitam a realização do seminário, do debate e do enriquecimento das nossas conversas.

Agradeço, ainda, ao Conselheiro Marcus Vinícius que, em nome do Conselho Federal, respondeu pela coordenação deste evento, responsabilizando-se por toda a organização.

Este seminário é uma decisão de congresso nacional. No III Congresso Nacional de Psicologia os psicólogos discutiram políticas públicas e consideraram importante que se abrisse um espaço de debate e de organização dos psicólogos que trabalham nos serviços públicos – saúde, educação, justiça e assistência social – a fim de que houvesse qualificação e troca de experiências. Tínhamos a certeza da importância do desenvolvimento dessa área e, ao mesmo tempo, a certeza do pouco

espaço existente para que os psicólogos, que têm interesse ou que atuam nessas áreas, pudessem estar trocando experiências, conversando ou produzindo um pensamento da Psicologia.

O nosso I Seminário é, na verdade, uma realização do Conselho por decisão da categoria profissional que representa. Estamos aqui executando uma decisão da categoria, uma decisão de congresso nacional. Isso nos dá uma sensação de missão cumprida e de estarmos sendo corretos com as decisões que a categoria toma nesses espaços democráticos. E importante assinalarmos isso logo de início.

Além disso, é importante percebermos este seminário como um espaço de qualificação das nossas intervenções, dos nossos pensamentos e dos nossos fazeres nessas áreas. O encontro dos psicólogos, onde circulam experiências e idéias muitas vezes diferentes, é fundamental, é uma condição necessária para que possamos qualificar o nosso trabalho nesses setores. Também estamos aqui trabalhando para qualificar as nossas intervenções.

O Miguel, Presidente do CRP-03, está nos recebendo para este evento.

Registro, para não me alongar demais, que é importante percebermos com clareza e, mesmo que seja óbvio, reafirmarmos que há muitos anos, talvez há quinze ou vinte anos, a categoria dos

psicólogos vem percebendo a importância e a necessidade de colocar a Psicologia a serviço e ao alcance da população. Vimos lutando nesses anos por uma profissão que perdesse a característica de ser uma profissão de elite, de ser um serviço

ao qual apenas a elite, que tem poder aquisitivo alto e pode pagar, tivesse acesso. Muito cedo percebeu-se que a luta por essa “deselitização” passava obrigatoriamente pela reivindicação e pela luta da ampliação do mercado de trabalho dos psicólogos nos serviços públicos. É desse modo que a população tem acesso ao nosso conhecimento, ao nosso fazer. Estar no serviço público, trabalhar colaborando com a construção de políticas públicas e participar de órgãos de controle social são formas que os psicólogos vêm corajosamente inventando nesses últimos anos. Sabemos que as nossas universidades pouco têm preparado e ainda não puderam absorver com facilidade, porque são lentas e conservadoras, a formação e o preparo necessário para o psicólogo a fim de que atuem nesses setores. Enfim, temos certeza de que é com a ampliação do serviço psicológico nesses setores dos serviços públicos que possibilitaremos o alcance e o acesso da maioria da população ao nosso saber e ao nosso fazer.

Portanto, acho que aqui, neste lugar, fazemos isso também. Não é só um lugar de encontro, de debate, de qualificação, de construção entre os psicólogos que atuam nesses setores; é um lugar, também, que fortalece a luta do acesso da

Psicologia pela maioria da população pobre brasileira.

Em nome do Conselho Federal, agradeço aos psicólogos que, em seu dia-a-dia, põem a Psicologia a serviço da população.

Muito obrigada.

Desejo a todos um bom trabalho no decorrer do seminário.

(Palmas.)

Presidente do CRP-03

A Ana abordou bem a questão e falou de um caminho que vem sendo trilhado pelos Conselhos neste país, ou seja, uma mudança radical de ação. Achamos que não adianta apenas intervir na questão do profissional individualmente. Temos, sim, que intervir com ações mais direcionadas para uma intervenção política, intervenções que tenham como consequência mudanças ou transformações da sociedade. Os psicólogos são parte viva desse espaço. Eles têm uma questão que é muito forte. Quando trabalhamos pela vida também nos inserimos num espaço de construção da cidadania. E um pouco isso o que estamos querendo dizer. No momento em que intervimos,, em que lutamos por políticas públicas, estamos construindo um espaço de vida, estamos construindo um espaço de convivência pacífica, estamos construindo um espaço de cidadania.

Esse é o ponto que eu queria colocar.

Saúdo a todos pela estada em Salvador.

Este seminário é muito importante. Como disse a Ana, foi

uma deliberação do III Congresso Nacional de Psicologia. Estamos às vésperas do IV Congresso discutindo pontos que complementam toda essa discussão, que são espaços de construção

da cidadania. Os psicólogos estão em uma luta de construção de cidadania no Brasil.

Vocês estão em uma terra mística, mas também sofrida. Acredito que todos têm acompanhado um pouco o que tem ocorrido nesta terra, por conta de um pseudo ou de um dito "rei". Estamos dizendo que esta terra se respeita e tem lutado para mudar essa realidade. Essa imagem que muito dos que são de fora têm não condiz com a realidade e com a força do povo baiano. O povo baiano vai transformar a realidade de nosso estado. Tenho plena certeza. (Palmas.)

MESA-REDONDA

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UM DESAFIO PARA OS
PSICÓLOGOS**

COORDENADOR: MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA

PALESTRANTE I: Maria do Carmo Lara

PALESTRANTE II: Maria Cristina Carvalho

PALESTRANTE III: Antônio Lancetti

Coordenador - Vamos dar início à mesa-redonda Políticas Públicas como um Desafio para os Psicólogos.

Conforme disseram a Ana e o Miguel, este seminário, de certa forma, não é uma mera escolha ou uma opção. Ele resulta de uma percepção do caráter estratégico das políticas públicas para o futuro dessa profissão. Costumamos dizer que, minguada aquela clientela liberal que, durante muito tempo, sustentou um regime de trabalho, no qual os psicólogos podiam se apresentar como profissionais liberais, e multiplicado intensamente o número daqueles que podiam se apresentar como profissionais, está produzida uma equação que coloca em risco o próprio futuro dessa profissão.

Disseram, nos anos 60: “Ou o Brasil acaba com a saúde ou a saúde acaba com o Brasil”. Eu queria brincar um pouco e dizer: ou os psicólogos assumem as políticas públicas ou não terão perspectiva de futuro enquanto profissão no nosso país.

Aquela elite capaz de consumir e de pagar pelo consumo está diminuída pela forte concentração de renda que o nosso país apresenta e, por outro lado, nós nos multiplicamos muito, pois somos 110 mil profissionais no país. Efetivamente, isso nos faz repensar a presença do psicólogo no processo social. Este seminário se coloca, portanto, como estratégico.

Ao mesmo tempo constatamos, no processo que vamos desenvolvendo, que nós, psicólogos, muitas vezes dominamos muito pouco os elementos relativos ao contexto no qual atuamos. O

caso das políticas públicas é exemplar. Muitas vezes somos chamados, através de concursos públicos, a cumprir funções públicas no aparelho de Estado, prestando assistência e oferecendo serviços, e percebemos que somos despreparados para lidar com a dimensão política do espaço no qual atuamos. Atento a esse tipo de preocupação, o III Congresso nos indicou a necessidade de adquirir uma maior competência analítica acerca dos contextos nos quais nos inserimos quando estamos no aparelho do Estado. E preciso que possamos ser capazes de entender esse contexto para nos posicionarmos estrategicamente. Essa é a razão de ser desta primeira mesa-redonda.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa a colega e companheira Maria do Carmo Lara, Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores e ex-Prefeita do município de Betim, Minas Gerais.

Na qualidade de prefeita-psicóloga e de psicóloga-

prefeita, de certa forma Maria do Carmo pôde desenvolver um importante leque de políticas públicas numa sensibilidade bastante ampla, transformando a vida de mais de 300 mil habitantes que moravam naquele município ao final de sua gestão. É essa experiência que vamos perceber com a exposição.

Convidamos também a colega e companheira Maria Cristina Carvalho, que vem lá do Rio Grande do Sul, sabidamente um Estado em que os seus habitantes têm colocado, com uma certa radicalidade, a necessidade de transformações sociais. São

muitos os psicólogos que hoje, no Rio Grande do Sul, estão atuando nessas frentes.

A Maria Cristina vem nos trazer, além da sua importante experiência pessoal, um pouco desse espaço no qual os psicólogos estão sendo construtores de um Estado mais cidadão. Certamente os gaúchos têm referendado, eleições após eleições, que esta é uma direção que querem ver construída.

O outro convidado para a nossa mesa-redonda ainda não está presente. Houve um atraso no horário do voo, mas esperamos poder recebê-lo. O Antônio Lancetti é Coordenador de Saúde Mental do Qualis, um programa de saúde da família de São Paulo. Antônio Lancetti foi também Secretário de Ação Social do Governo do David Capistrano, na cidade de Santos. Com aquele lema do David Capistrano, "mais fazejamento e menos planejamento", enfrentaram, de forma radical, uma série de questões relativas à população daquele município, oferecendo alternativas criativas no campo das políticas públicas.

Esperamos que o Antônio Lancetti possa estar conosco, a fim de escutarmos a experiência que desenvolveu à frente da Secretaria de Ação Social do município de Santos. Antônio Lancetti foi, também, um dos interventores da Casa de Saúde Anchieta, quando houve o fechamento dos hospícios na cidade de Santos.

Cada participante disporá de vinte minutos e, depois, abriremos um tempo para o debate.

Todo o seminário está sendo gravado e será editado para que possamos ter o registro dessa atividade como uma ferramenta de trabalho, levando aos outros colegas que não estão presentes as reflexões e os pensamentos sobre as políticas públicas.

Com a palavra a Maria do Carmo.

PALESTRANTE I

Cumprimento o Marcus Vinícius, colega e coordenador desta Mesa. Podemos até dizer que somos contemporâneos de faculdade. É sinal que estamos ficando de “meia-idade”.

Cumprimento também a Cristina, companheira psicóloga do Rio Grande do Sul.

Agradeço pela oportunidade de estar aqui. Estou como deputada e fui prefeita. Desde 1991 estou mais afastada da Psicologia em si. Eu me formei em 1981, em Minas, e até 1991 trabalhei como psicóloga, com consultório e na área de educação. Em 1992, assumi a prefeitura e, quando saí, não reassumi o trabalho de Psicologia. A seguir, assumi como Deputada. Tenho uma ligação com a categoria, mas não tenho um trabalho específico na área neste momento. Quando somos chamados a falar e a pensar a nossa ação de políticas públicas ligadas à Psicologia, nossa profissão, com certeza temos que parar para refletir. Agradeço, então, pela oportunidade que tive de parar e refletir para estar aqui conversando com vocês.

Talvez o que eu vá falar não seja novidade, ou talvez seja, dependendo do ângulo que vamos olhar. Concordo com o que

o Marcus Vinícius, que estudou na nossa época, disse: não tivemos uma formação com a política pública. É lógico que o olhar do psicólogo e a reflexão ajudam, mas tivemos que refazer, estudar, discutir e repensar a nossa ação, a nossa formação. Vejo que até hoje a universidade, não só na Psicologia mas em outros cursos, não contribui muito para que possamos estar influenciando diretamente na nossa sociedade. É com essas dificuldades que temos que estar repensando o dia-a-dia, refletindo o dia-a-dia.

O que são as políticas públicas para nós? São aquelas políticas necessárias e fundamentais para garantir os direitos assegurados às pessoas e à coletividade . saúde, educação, segurança, habitação, lazer, assistência social, cultura para que haja desenvolvimento humano como um todo. É tudo aquilo que vai garantir os direitos para o ser humano, o cidadão, o coletivo e a sociedade. Quando pensamos no nosso papel de psicólogos para garantir as políticas públicas, aí está o grande desafio. O tema desta Mesa é *Políticas Públicas como um Desafio para os Psicólogos*. Como responder a essa questão? O que a Psicologia tem a ver com as políticas públicas?

A Psicologia tem as suas técnicas: psicologia educacional, psicologia social, psicologia institucional, psicologia clínica, psicologia jurídica e, por que não, psicologia veterinária. Então, a Psicologia tem instrumentos e técnicas para que possamos estar trabalhando dentro das políticas públicas para implementá-las.

O que nós, cidadãos e psicólogos, temos a ver com isso? Em primeiro lugar,¹ como o companheiro do CRP-03 falou, todos somos pessoas, cidadãos, pertencentes a uma categoria. Fizemos uma escolha profissional de sermos psicólogos, mas pertencemos a uma classe social, a uma raça, a um gênero, a uma sociedade, a um país, a um estado, a uma cidade. Quer dizer, não somos psicólogos soltos; estamos localizados em algum lugar, em algum espaço. Além disso, somos mulheres, homens, pais, mães, filhos, filhas. Antes de fazermos Psicologia somos seres humanos, somos cidadãos. O que nós, psicólogos, temos a ver com a Psicologia, que é a nossa profissão e o nosso estudo, e como podemos contribuir para desenvolver políticas públicas dentro da nossa sociedade?

O compromisso dos psicólogos com as políticas públicas tem a ver com a inserção social enquanto cidadão. Tem a ver, então, com isso que eu disse: o lugar que estamos, o lugar que ocupamos, o espaço que estamos vivendo. Quero colocar algumas experiências da minha possibilidade de estar exercendo o papel de prefeita, enquanto psicóloga, numa cidade que, na época em que assumimos, tinha 200 mil habitantes e quando largamos o governo tinha 300 mil habitantes. É uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, uma cidade que cresce muito, que tem todos os problemas sociais de uma grande metrópole, em proporção menor. Tem criança de rua, mendigo, população de rua, problema de analfabetismo. Tinha muito problema de infra-

estrutura, mas agora diminuiu bastante. Não havia políticas

públicas de saúde, de educação, de infra-estrutura. Betim era uma cidade considerada, há uns três anos, a oitava economia do país; uma cidade com a segunda arrecadação de ICMS do Estado de Minas Gerais e uma cidade onde existia um grau de exclusão social muito grande em todas as áreas - educação, saúde, assistência social, emprego.

Assumimos essa cidade, depois de alguns anos de luta. Depois de catorze anos de caminhada, com um partido da esquerda não foi só o PT, foi uma frente conseguimos assumir essa cidade com o desafio de implementar políticas públicas que diminuíssem a exclusão. Tínhamos clareza de que o governo municipal não acabaria com a exclusão social. Só há fim para a exclusão social com um projeto político maior, estadual, nacional e até mundial. Sabemos que o município tem uma contribuição muito grande a dar, mas ele não resolve todos os problemas. Ele tem uma contribuição a dar nesse campo.

Eu trabalhava como professora -nunca fui diretora de escola, *tinha consultório e militava na área de direitos humanos do PT quando ganhamos a prefeitura com alguns propósitos de políticas públicas: participação popular, orçamento participativo, investir na educação, investir na saúde. Quando assumimos a prefeitura, encontramos vários desafios. Primeiro, a prefeitura, a instituição, não estava preparada para fazer o*

tipo de trabalho que queríamos. Havia um tipo de projeto implementado há quarenta anos. O que aconteceu? Acreditávamos que era importante haver participação popular para resgatar a

cidadania e os direitos da população, para que a população se sentisse representada e participasse. Implementamos o orçamento participativo, que foi uma experiência muito rica, muito interessante. Nós aprendemos muito. Primeiro, aprendemos a dividir o poder; depois, aprendemos a distribuir renda .estou chamando o orçamento da prefeitura de renda. O orçamento era empregado só no centro da cidade e conseguimos fazer com que ele fosse dividido para todas as áreas da cidade.

Depois do orçamento participativo, as pessoas se sentiram importantes, respeitadas, cidadãs. No final do mandato, houve o segundo mandato da frente.

No final do primeiro mandato, uma universidade fez uma pesquisa na cidade que mostrou o nível de consciência que o orçamento participativo levou para as pessoas. Antes, as pessoas não participavam de nada Depois dos quatro anos do orçamento participativo, e a partir da participação no orçamento, as pessoas começaram a ir para os conselhos de *saúde*, de educação, de infra-estrutura, associações de bairro, movimentos de igreja e partidos políticos, não necessariamente o PT.

Essa pesquisa mostrou, no segundo ano do segundo mandato, com seis anos de trabalho de orçamento participativo, que o orçamento participativo produziu a divisão do dinheiro da

cidade e a divisão do poder, e fez com que as pessoas começassem a se sentir cidadãs e começassem a procurar outros espaços para

participar. Acho que essa foi uma das grandes riquezas que percebemos no trabalho do orçamento participativo.

Há outra coisa interessante. Tivemos muitas mulheres no Governo e tivemos muitos psicólogos. Nunca dissemos: vamos colocar mulher porque é mulher. Fomos escolhendo as pessoas de acordo com a área, com os quadros e com a aliança que tínhamos feitos. Então, de catorze secretarias, em um momento havia nove mulheres. Isso não ocorreu porque a prefeita era mulher. Isso foi interessante e houve um trabalho diferente. Na Secretaria de Saúde teve um homem e depois, uma mulher; na jurídica, uma mulher; no planejamento, mulher. Na área social e em outras áreas também havia mulheres.

Tivemos muitos psicólogos. Quando pensamos como havia mulheres e psicólogos, a impressão, para quem é de fora, é a de que escolhemos por corporativismo. Não foi por isso. Eu era psicóloga, o colega que foi Secretário de Governo era psicólogo e a companheira, Secretária de Saúde, era psicóloga.

Além disso, trouxemos os profissionais psicólogos para o Governo. No início, tínhamos sessenta psicólogos em todo o Governo. Foram contratados, por meio de concurso público, para atuar nas áreas de assistência social, saúde, esporte, cultura,

assistência social, principalmente na instalação do trabalho com criança e adolescente de rua, no trabalho preventivo. Também não buscamos só os psicólogos, mas vários profissionais.

Outra coisa que foi importante, porque o psicólogo ao mesmo tempo contribuiu e aprendeu, também, é que trabalhávamos

com a interdisciplinaridade. Existia na época um projeto de saúde mental. Depois acho que vai ser falado, porque a Marta Elizabeth foi uma das coordenadoras de saúde mental. Betim não tem hospital psiquiátrico, mas internava, em Belo Horizonte, em torno de quatrocentos pacientes por ano, em 1992. No final de 1993, internávamos em torno de quatro a seis pacientes por ano, depois que instalamos o trabalho de hospital-dia, muito baseado em Santos. Discutimos a experiência de Santos. Tivemos dois mandatos lá e perdemos agora. Acredito que a internação hoje já deve ter sido ampliada de novo.

Quando ganhamos a prefeitura, em 1992, já tínhamos Santos, Santo André e Porto Alegre como exemplos. Aprendemos muitas coisas com essas cidades. Inclusive aprendemos muito sobre o orçamento participativo com Porto Alegre.

Hoje, acredito que já voltou a internar de novo. Não tenho a estatística. Isso tudo que estou falando de políticas públicas tem a ver com projeto. Eu acho que nós, psicólogos, por mais que queiramos contribuir, não temos condições de contribuir apenas enquanto psicólogos, apenas enquanto uma ciência. Temos condições de contribuir se tivermos

também um projeto político que tem compromisso com o cidadão e com o ser humano. o avanço que tivemos não foi apenas por haver uma psicóloga no governo ou porque havia vários psicólogos no governo. Havia um projeto político. Havia uma proposta para a cidade, que era de resgate da cidadania, de participação popular e de fazer política diferente. Então, com esse objetivo, o

psicólogo teve muito a contribuir, e pode contribuir muito. Por quê? Porque é um trabalho conjunto de pensar o ser humano como um todo.

Eu estava lendo -vou fazer uma propaganda -o último livro da Ana sobre a experiência da loucura. Eu fiquei lembrando do nosso hospital-dia e do Centro de Internação de Saúde Mental. No livro, ela fala da possibilidade que o hospital-dia dá às pessoas, pois há interlocução e convivência -o motorista, o psicólogo, o médico, o assistente social. Todos estão trabalhando no dia-a-dia com as pessoas que estão com sofrimento mental. No hospital, o que acontece? Você interna. Eu acho que tudo isso é muito a questão de projeto político e de decisão política. Muitas vezes as pessoas podem ter um projeto político, mas, na hora de implementá-lo, não há uma decisão política do governo. É preciso haver decisão política e projeto político.

Vou falar um pouquinho da Bahia. Quando cheguei aqui, brinquei: uma terra tão bonita desta e um ACM! Como se não tivéssemos também "Newton Cardoso", que é da Bahia e foi para

lá; como se não tivéssemos os nossos “coronéis”.

Os nossos companheiros Deputados contam que em qualquer manifestação contrária as pessoas apanham. Houve uma tentativa de uma audiência pública para não deixar privatizar a companhia de água e esgoto e os Deputados Estaduais da oposição apanharam, foram jogados para fora do plenário. Foram fisicamente jogados fora. É um absurdo! É nesse tipo de sociedade que estamos

vivendo há anos e anos. É nesse tipo de sociedade que nós, psicólogos, temos que intervir, e isso não pode ocorrer isoladamente. A mudança só existe se conseguirmos ser coletivos, contribuindo com o nosso olhar e com a nossa escuta de psicólogos.

Para encerrar, quero falar do nosso desafio. Qual é o olhar, a escuta e todos os sentidos do psicólogo para contribuir com a implantação das políticas públicas? Para quem essas políticas públicas estarão voltadas? Vamos fazer políticas públicas para as minorias, como diz o Marcus Vinícius, ou para a maioria excluída?

A Psicologia pode ajudar muito com o trabalho da análise institucional. Nós vivenciamos isso lá em Betim. Fizemos análise institucional nas nossas secretarias, na nossa equipe de governo. Trabalhamos, em cada secretaria, com dinâmicas de grupo. Acredito que isso aconteceu porque eu era psicóloga, porque percebi isso. Percebi os conflitos, as brigas, os ciúmes,

as vaidades. Sabemos que onde há ser humano isso ocorre. Então, o olhar e a escuta nos possibilitou isso. A Psicologia contribuí ao entender a instituição e ao perceber a doença da instituição. Vivenciamos a análise institucional com a nossa equipe de governo e, depois, as secretarias de governo fizeram a análise. Então, a Psicologia tem essa contribuição que as outras categorias não têm e as outras categorias têm contribuições que nós não temos.

Então, devemos nos somar a essa interdisciplinaridade para que possamos construir uma sociedade melhor, com pessoas que são cidadãs, têm direitos e sentem-se no direito de participar e de criar uma sociedade diferente. Vejo que só contribuimos quando ajudamos as pessoas a serem gente e ajudamos as pessoas a quererem fazer a sua história e a história das suas comunidades. E com esse espírito que podemos contribuir com as políticas públicas e, mais do que nunca, podemos refletir a sociedade que vivemos. Não avançamos muito porque muitas vezes ficamos apenas numa sociedade que tem um papel de não deixar as pessoas serem cidadãs. Eu acho que o nosso papel de psicólogos é contribuir a fim de que haja políticas públicas que tornem as pessoas cada vez mais cidadãs e querendo fazer a sua própria história.

Muito obrigada.

COORDENADOR - No começo, eu disse que tínhamos muitos problemas para compreendermos o contexto. De certa forma, como dizia o velho Marx, quando a humanidade é capaz de formular um problema é porque a solução já está a caminho. De certa forma, essa fala da Maria do Carmo indica que nós, psicólogos, temos muitos problemas para nos inserirmos nas políticas públicas, mas o caminho já está aberto. Temos, na fala da Maria do Carmo, um motivo de orgulho para os psicólogos, exatamente por podermos contar hoje com experiências tão

destacadas de psicólogos que, fazendo essa leitura, também fazem essa intervenção.

Tenho certeza de que os nossos três convidados para esta Mesa representam essa resposta que já está sendo engendrada nas práticas concretas.

O Antônio Lancettí já está presente.

Com a palavra a Maria Cristina, que vai nos contar como os psicólogos, no Sul, estão construindo intervenções nesse campo das políticas públicas.

PALESTRANTE II

Eu queria agradecer, na pessoa do Marcus, por este convite do Conselho Federal de Psicologia.

Cumprimento os meus colegas de Mesa, a Maria do Carmo, que conheci ontem, e o Antônio Lancetti, com quem estive em

algumas oportunidades lá no Sul pois nos visita com alguma frequência.

Cumprimento a todos nesta terra linda e luminosa.

É uma alegria encontrar muitas pessoas que eu não via há algum tempo. Há uma característica que vem acontecendo, que é uma coisa de retorno. Na verdade, por uma questão de escolhas profissionais, tenho estado pouco entre psicólogos, ou seja, pouco tenho sentado e conversado com os psicólogos, até em função de uma intensa atividade na área da saúde, que é o trabalho que desenvolvo na Secretaria Municipal de Porto Alegre. Essa atividade tem me feito estar com profissionais das

diferentes áreas, entre eles, os psicólogos. Há muito tempo eu não participava de um evento de psicólogos e para psicólogos.

O primeiro encontro unificado dos psicólogos, que se deu em Brasília, nos idos de 89, foi muito marcante para mim. Depois disso, muitas coisas aconteceram. Ganhamos as eleições na cidade de Porto Alegre, tivemos a primeira administração popular e, na época, eu participei desse congresso porque fazia parte da direção do Sindicato dos Psicólogos. Esse congresso reuniu a Federação dos Psicólogos, organização nacional dos sindicatos, e o conjunto dos Conselhos. Lembro-me que na época o Marcus Vinícius nos desafiava e dizia: muitos dos psicólogos preocupados com as questões sociais e políticas estão organizados nos sindicatos e não encontram uma expressão de organização maior, não só dentro da categoria mas também fora da

categoria e, de alguma maneira, não valorizam a instituição que os representa enquanto categoria, que é o Conselho.

Acho que os anos provaram que o Marcus Vinícius tinha toda razão. Muitos de nós estamos hoje trabalhando ativamente dentro dos Conselhos e produzindo coisas como as que me fizeram estar feliz de conversar novamente com os psicólogos.

A Mostra de Psicologia, que teve como tema *Psicologia e Compromisso Social*, também foi motivo de orgulho. Foi realmente muito especial. Um outro momento que para mim foi bastante importante foi o Fórum Mundial. Os Conselhos e os psicólogos organizados nas suas categorias, em diferentes meios e oficinas, tiveram uma presença importante e uma participação no sentido que o fórum colocava, ou seja, refletir e pensar em alternativas de transformação social. Podemos ser parceiros de outros nessa construção. Sinto que estou em um retorno, num momento que é inspirador.

Esta Mesa é uma determinação de um congresso anterior, mas o fato de um seminário ter como tema as políticas públicas, num contexto de encontro de psicólogos, é inaugural, é um novo tempo. Há alguns anos isso era impensável. E claro que o fato de realizarmos hoje este evento é porque nós, psicólogos, estamos construindo práticas e estamos obrigados a fazer uma reflexão dessa prática. Na verdade, primeiro inventamos e estamos respondendo, na prática, a alguns desafios. E isso que nos coloca na posição de parar e conversar sobre isso. Já criamos um lugar outro para a Psicologia e, de alguma maneira, estamos

tentando articular algumas respostas.

Pensei em comentar com vocês duas coisas. Uma é contar um pouco a minha experiência, porque deve interessar, principalmente a partir da apresentação do Marcus Vinícius. De fato temos uma experiência, que é um feito da cidade de Porto Alegre e dos seus cidadãos, e os psicólogos estão incluídos nisso. Estamos na quarta administração popular, uma administração que efetivamente coloca em questão a participação popular e a transformação das condições de vida das pessoas, com os limites que o governo municipal pode colocar. Ganhamos um impulso muito importante nesses dois últimos anos, quando estamos tendo uma administração popular no governo do Estado.

Vou contar algumas coisas e, ao longo do dia, poderemos conversar a respeito. Vocês verão claramente qual é a minha filiação nesse sentido, do ponto de vista de poder construir esse processo da administração popular na cidade, como um compromisso social e político, na condição de cidadã, vamos dizer assim. Já na primeira administração, na condição de psicóloga, ou seja, como profissional, trabalhei na Secretaria Municipal de Saúde. A minha experiência é muito centrada na saúde mental. A seguir haverá uma Mesa específica sobre saúde e o companheiro Lancetti tem esse percurso. Não vou me estender na questão mais específica da saúde, mas vou fazer alguns comentários a respeito. Eu trouxe alguns apontamentos de leitura que vão nos ajudar na reflexão sobre esse campo.

A administração popular em Porto Alegre iniciou-se no ano de 1989. Eu ingressei na prefeitura no ano de 1991. Eu tinha um percurso na administração. Para os senhores terem uma idéia, em toda a prefeitura podíamos contar com seis ou sete psicólogos que estavam na Secretaria da Administração ou cuidado da parte de recursos humanos. Os que estavam na prefeitura cuidavam das questões de recursos humanos. No ano de 1991, realizou-se um concurso público e foram nomeados os primeiros psicólogos. Em torno de 30 ou 35 psicólogos ingressaram na mesma época. Eles foram trabalhar nas diferentes secretarias, na fundação que cuida da assistência social, na área de educação. Temos uma organização de autarquias: uma cuida da limpeza urbana; outra,

da habitação, e assim por diante. Para todos esses lugares, os psicólogos se dirigiram.

A prefeitura tinha em torno de doze postos de saúde muito pequenos, o hospital de pronto-socorro, que é o de urgência, e uma atividade na área de saúde muito dirigida à questão do atendimento materno-infantil. Nessa primeira administração houve todo um esforço no sentido da construção de uma política de saúde para a cidade de Porto Alegre, com a defesa do SUS e a possibilidade de se municipalizar a saúde. Isso foi acontecer já na segunda para a terceira administração. Foi uma mudança gradativa.

Existia uma experiência na época. Os assistentes sociais, os médicos e os psicólogos se reuniam e pensavam as questões relativas às suas áreas específicas. Já na perspectiva de pensar as diretrizes políticas de saúde e também as políticas de saúde mental, essa foi a primeira questão que tratamos de romper para que pudessem se encontrar e pensar do ponto de vista integrado, ou seja, o que é específico da saúde mental não diz respeito apenas aos especialistas em saúde mental. Essa foi a primeira ruptura.

O Marcus Vinícius já está me sinalizando a respeito do tempo.

Acho que houve um marco para nós que foi a realização das conferências, a Conferência de Saúde e a Conferência de Saúde Mental, que ocorreu no ano de 1992, que definiu um plano

municipal de saúde. Essa conferência reuniu em torno de mil

profissionais e usuários, enfim, mil delegados, vindos das diferentes profissões. Para construir essa conferência, foi necessário um percurso na cidade, nos conselhos locais de saúde. Era um fato novo para os psicólogos discutir com a população o que era, afinal, a saúde mental e escutar qual era o conceito que havia sobre isso. Essa experiência de uma construção de política com uma construção coletiva nos marca.

É exatamente a consolidação desses espaços que, na minha avaliação, tem permitido que esse processo não sofra rupturas. Ele permanece e segue. Efetivamente é nesses espaços de participação, que vão desde o orçamento participativo até os Conselhos Municipais de Saúde e da Criança e do Adolescente, que se discute a questão dos direitos humanos. Enfim, o cidadão é chamado e responde a isso. A possibilidade de esses espaços produzirem desafios e a população ter que se organizar para dar conta disso é o que nos faz, inclusive na qualidade de profissionais, ter que pensar respostas para isso que a própria organização popular está nos apontando.

Na verdade, temos podido ser co-autores de um processo coletivo da cidade e temos sido, enquanto categoria profissional, desafiados cotidianamente a pensar além do nosso umbigo.

Acho pertinente a forma como o Marcus Vinícius coloca a questão das políticas públicas até como uma estratégia de

sobrevivência da nossa profissão, muito embora tenhamos que fazer uma discussão sobre uma questão que é de um princípio

ético mesmo. Estamos acostumados a pensar a Psicologia como algo da esfera privada. Muitas das nossas teorias se ocupam do indivíduo e do comportamento do indivíduo. Do ponto de vista desse conceito é como se pudéssemos supor que esse indivíduo está solto no mundo e que não estabelece relações com outros. Sabemos que é de outra coisa que se trata.

Então, é mais do que a própria sobrevivência da Psicologia, porque ela só vai sobreviver se for importante, se tiver uma contribuição social. Caso contrário, se ela tiver que desaparecer, não faço nenhuma defesa da Psicologia pela Psicologia, e acho que nenhum de nós faria isso. Acho que essa é a questão ética que estamos tendo que dar conta.

Eu estava falando de um apontamento de leitura. Vou confessar para vocês que é uma coisa bem inicial e talvez muitos já tenham descoberto há mais tempo. Hannah Arendt tem uma reflexão que nos importa fazer, ou seja, pensar a questão do espaço público e do espaço privado e o que a política diz disso. Quando pudermos ampliar a nossa concepção de política, como espaço político sendo aquele que nos coloca na possibilidade de ter um lugar e definir as mudanças desse mundo, vamos sair de uma posição muito preconceituosa que temos da política, uma relação que a política da sociedade de massas tem colocado:

política do convencimento, política da astúcia. Não é essa a

política que nos interessa. Desse ponto de vista, como cidadãos e psicólogos, estamos, sim, num espaço que é público e temos um compromisso para dar conta disso. A forma de agir nesse espaço

público e, sim, política. Temos que sistematizar o ponto de vista de uma política que tem uma série de ações e que se ocupa de determinados temas, como direitos humanos, educação, saúde, mas política é mais do que isso e espaço público é maior também do que o espaço que supomos.

Uns amigos psicólogos, ao saberem que eu vinha para cá, perguntaram-me o que eu viria fazer aqui. Falei que iria participar da Mesa *Políticas Públicas como um Desafio para os Psicólogos*. “Ah, claro, tu trabalhas na Secretaria de Saúde, que é uma instituição pública, e isso te diz respeito.” Eu tomei isso como uma provocação. Se eu não estivesse, hoje, trabalhando em uma instituição pública, políticas públicas não me diriam respeito? É essa visão que estamos começando a mudar. Já temos multiplicadores, pessoas que estão preocupadas em fazer uma outra reflexão sobre isso. Consequentemente, poderemos ter uma prática que produz efeitos no sentido da transformação social.

Vou parar por aqui.

Muito obrigada.

COORDENADOR - Temos, hoje, um patrimônio já estabelecido nesse campo das políticas públicas. Acredito que devemos partir desse patrimônio para fazer uma reflexão crítica acerca dessa

experiência.

A Cristina fez o resgate de uma certa história de construção que geracionalmente estamos produzindo. É complicado

porque a Maria do Carmo já disse que estamos ficando de meia-idade e a Maria Cristina lembra coisas de muito tempo atrás. O jovem vai ser o Antônio Lancetti, a quem passo a palavra.

PALESTRANTE III

Quero agradecer ao Conselho Federal de Psicologia pelo convite, pois, em primeiro lugar, fazia tempo que eu não tinha oportunidade de vir a esta cidade e, em segundo lugar, por encontrar vários amigos, como a Lumêna .já que não consigo encontrá-la em São Paulo, eu a encontro aqui em Salvador .e a Maria do Carmo, que há tempo eu não via.

Vou tentar transmitir, com algumas cenas, de maneira mais ou menos telegráfica, o que acho importante para esse tema de psicólogos e a abertura para o campo das políticas públicas.

O primeiro ensinamento que recebi a respeito de como o psicólogo poderia se abrir para o campo das políticas públicas foi um relato de um supervisionando meu há muito tempo atrás. Era um psicólogo que trabalhava num manicômio judiciário. Havia um paciente que sempre falava o seguinte para ele: "Quero falar com o senhor porque sei que o senhor é o único que pode me escutar. Eu sei que o senhor é "psicótico." Ele dizia que era

psicólogo, mas o paciente afirmava: “Não, é psicótico.” O nosso supervisionando aceitou a posição de “psicótico” e, a partir desse momento, começou a dialogar com aquele interno do manicômio judiciário.

A outra experiência forte que tive com os psicólogos foi durante o período em que trabalhei em Santos, quando fui assessor de um programa de saúde mental no primeiro governo democrático e popular do PT. Depois fui Secretário de Assistência Social. Quando chegamos à cidade, havia poucos serviços e os poucos profissionais da área social, incluindo médicos, dentistas, psicólogos e assistentes sociais, estavam lotados nas escolas, porque lá prestavam atendimento. Não havia serviço de saúde na cidade e não havia acontecido a municipalização de nada. O ano era 1989. A totalidade dos psicólogos trabalhava nas escolas fazendo testes, classificando os meninos que eram deficientes e analisando se a deficiência era treinável ou não.

Fui chamado pelo Secretário de Saúde, da época, o David Capistrano, para criar um programa de saúde mental. Como iríamos criar um programa de saúde mental com pessoas que não tinham a mínima idéia dos problemas da cidade? Elas olhavam apenas para os núcleos de crianças nas quais deveriam testar com os seus métodos ou fazer algumas sessões de terapia. Era o máximo que os psicólogos faziam. A idéia que tivemos, para trabalhar com eles,

foi a de deixá-los sem função. Rapidamente começamos a construir o sistema de saúde e foram chamados todos os profissionais para trabalhar nas chamadas policlínicas. Em Betim eram chamadas de UAI .Unidade de Atendimento Imediato. Bem mineiro! Em Santos, inspirado nas policlínicas cubanas, o David batizou de policlínicas.

Então, os médicos e os enfermeiros foram trabalhar nas policlínicas. O que fazer com os psicólogos? Começamos a estudar os testes, que eram uma coisa terrível. Chegou na nossa mão a história de como havia nascido a escola especial. No Ocidente, a escola especial nasceu na Itália, em 34. Foi uma invenção fascista. Iríamos convencer essas pessoas ou chamá-las de fascistas? Não era um bom caminho. Optamos, então, por dizer: "Vocês não precisam fazer nada, está bom assim." Isso foi muito baseado numa idéia que um companheiro nosso teve, quando trabalhava no Juqueri. O sonho dele era tirar todos os pacientes do Juqueri para que os funcionários e os enfermeiros se tocassem que estavam internados. Se levassem todos para passear, eles começariam a refletir sobre o que era a vida deles.

Os psicólogos começaram a protestar porque não tinham o que fazer. O David Capistrano conseguiu interceptar um parecer a respeito do que acontecia no único hospício da cidade e montamos uma estratégia militar de intervenção na Casa de Saúde Anchieta, caso que já é conhecido pois foi contado umas quinhentas vezes no Brasil inteiro. Quando fizemos a intervenção . a nossa

prefeita, Telma de Souza, não era psicóloga – chamamos os psicólogos. Já estávamos em pleno calor da briga, porque toda hora havia mudança. A equipe de intervenção tinha que sair, porque o juiz determinava o fim da intervenção. Aí, ia para o Superior Tribunal de Justiça, daí voltava. De 1989 a 1994 ficamos nessa batalha. Fechou-se,

então, o hospital e substituiu-se o atendimento pelo NAPS e outros serviços que havia em Santos.

Quando os psicólogos chegaram, foi muito engraçado. O Roberto Tykanori era o diretor do hospital, o interventor. Os psicólogos perguntavam ao Tykanori: “Onde é a minha sala?” Ele respondia que não tinha sala. “E o que eu faço?” “Você vai para o pátio do hospital e invente. O que inventar está bom.” Eu me lembro que uma moça disse: “Eu não consigo inventar nada. Tem uma gorda que me persegue para tudo quanto é lado. A única coisa que consegui fazer foi me enfiar embaixo de uma mesa e a gorda ficou me ameaçando.” “Então, você vai lá, junto ao diretor clínico, pegue um alicate e corte unhas.” “Mas eu estudei quatro, cinco anos. Cortar unha de paciente?” Como não havia mais o que fazer, eles iam cortar as unhas dos pacientes.

Cortando as unhas dos pacientes, eles descobriam que poderiam estabelecer um vínculo, poderiam conhecer a história e a biografia. Enfim, poderiam pensar sobre o futuro daquelas pessoas, por que estavam ali, como poderiam contribuir para que

saísse daquele local e assim por diante.

Para uma pessoa nova, que se formou numa faculdade, é muito difícil passar aquilo que se transmite como ideologia e como diversas correntes das diversas psicologias, incluindo a psicanálise. É preciso que passe por rupturas desse tipo para que consiga enxergar o ponto número um que é a cidade, o local. Nós também passamos por muitas violentações até chegar ao momento de pensar, de olhar para a cidade ao invés de olhar para

o divã. O que fazer com as crianças que moram na cidade em que trabalho? Temos que pensar uma política para todas as crianças ou para todas as pessoas que padecem de algum sofrimento.

Em Santos, por exemplo, criamos o Programa Integrado da Criança e do Adolescente, que foi encomendado e quem escreveu fui eu. A idéia central era: todas as secretarias precisam trabalhar para a prioridade número um que é a criança. Então, não tem especialista para se dedicar à questão da criança. Primeiro, como fazer para dar onze anos de escolaridade para todas as crianças que moram nessa cidade?

Só para os senhores terem uma idéia, em um dia visitamos todos os domicílios de Santos. Todos os funcionários da Prefeitura, que eram dez mil, os voluntários, os conselheiros de todos os conselhos, a igreja e os escoteiros foram de casa em casa e tinha que ser no mesmo dia, porque senão não havia graça para ver todas as crianças que estavam fora da escola. As políticas públicas devem combinar, no meu modo de ver, ações

desse tipo, ou seja, que mexem com toda a cidade, com ações específicas. Também não adianta dizermos que vamos colocar todas as crianças dentro da escola e a professora continuar chamando de “burros” os alunos que não aprendem com o método que se está usando.

Em Santos também fizemos coisas exemplares, como a Escola de Verão. A Escola de Verão era composta por oito prédios onde se acolhiam todos os jovens com dificuldades, que não queriam repetir de ano ou que já tinham abandonado a escola. Havia,

então, um enorme desafio: ensinar aqueles que a escola não ensinava. Colocava-se os professores que estavam dispostos a fazer a experiência e partia-se do princípio de que nenhum dos dispositivos comuns da escola iria funcionar. Se tinha violência, não chamava a polícia. Não havia inspetor. Tudo isso já havia fracassado. Tínhamos que inventar outra maneira. Havia o grupo de elite, que chamávamos de “pronto-socorro pedagógico”. Era um grupo de cinco pessoas e, quando os professores não sabiam o que fazer, iam lá encontram uma solução particular para o caso particular.

Demonstrou-se, nessa experiência, que oitenta por cento desses meninos passaram de ano. Meninos que não assistiam a aulas comuns trocaram suas férias, o craque e as drogas para permanecer na escola. Foi isso que nos inspirou para fazer o Grupo de Arte Tam-tam, que alguns já devem conhecer. Tínhamos uma rádio, chamada *Rádio Moleque*, feita por meninos de rua e

usuários de craque e por um rapaz que tinha paralisia cerebral. Cem por cento desses meninos largaram as drogas, porque era fascinante preparar o programa, entrevistar Antônio Fagundes, o juiz, os políticos e os candidatos a prefeito. Isso foi algo que aprendemos na reforma psiquiátrica e desenvolvemos em vários campos, no campo da criança de rua.

Vejam o que é uma política pública. As vezes, as pessoas se ofendem quando falamos assim, porque acham que somos prepotentes, mas é só didático. Eu falava, na época, que o nosso programa era uma espécie de anti-axé. Se eu falar isso

aqui na Bahia, as pessoas vão se ofender. Por quê? É a mesma ideologia, são os mesmos conceitos, o mesmo ideário. Só que Axé é um projeto de dentro para fora, começa com o trabalho na rua, depois cria o circo, a escola, o trabalho e todas as condições para a criança se desenvolver, para desenvolvimento pessoal e social como se aplica aos adultos. Por que em Santos era diferente? Tínhamos escolas municipais para todos os meninos ou, então, parceria com o Estado. Tínhamos o programa de Aids, os programas de saúde mental, os centros de convivência, as creches não tão belas como as de Betim. Nunca vi creches tão belas quanto as de Betim. Por exemplo, temos o Projeto Meninas, programa das meninas vítimas da prostituição. Então, eram educadoras, inclusive algumas eram ex-prostitutas que iam à região do porto convidar outras meninas para o projeto. Elas entravam pelo salão de beleza, porque ali se trabalhava a auto-

estima. Depois elas faziam as oficinas de sexualidade. Um dia convidaram-me para falar sobre o amor. Então, o que fazer com aquela menina? Incluir na escola? Já havia um trabalho feito na escola, e o trabalho de sensibilização com as professoras para elas comprarem o desafio. Havia o trabalho com médicos. Então, havia condições de inclusão daquele sujeito. Havia um complexo de relações.

No nosso programa de apoio à família, só a metade das pessoas que estavam lá recebiam a renda mínima. As famílias eram apoiadas. Tirava-se um projeto de vida junto com cada família e elas eram apoiadas de diversas maneiras, com frentes

de trabalho ou com uma creche. O menino mais velho não ia para a escola porque tinha que cuidar do bebê. Se havia um espaço na creche, o mais velho poderia assistir às aulas. Só a metade recebia.

Vi, pela primeira vez, realizar-se o famigerado trabalho interdisciplinar. Havia um objetivo claro: como apoiar aquelas famílias? Lá não havia especialistas. Eram psicólogos, assistentes sociais, geógrafos, arquitetos, médicos.

Digo isso para entendermos que o campo da produção da subjetividade não é algo da especialidade do psicólogo nem é algo privado que se faz no divã.

Quando uma experiência não dá certo é porque a rede de divãs está funcionando, porque cada um briga e pensa de acordo com o que seu terapeuta fala. Por que nunca se termina de

construir o Hospital Cândido Ferreira em Campinas? Porque lá tem os jungianos, os lacanianos. Cada um tem que defender o seu peixe.

Não me perguntem se sou laciano ou jungiano. Sou corintiano! E isso é uma mentira porque, na verdade, torço para o Palmeiras.

O campo que os psicólogos têm é precioso mas para podermos nos lançar nesse campo temos que olhar para a cidade toda, temos que aceitar que os componentes da subjetividade não são só a linguagem, a relação dual ou grupal. É a mídia, a cultura. Não é que estejamos desprezando ou saindo da nossa pureza teórica e ética para nos tornarmos ideológicos e

defendermos a luta antimanicomial. Isso daí é a abertura, a participação nos conselhos, a intervenção no campo da política pública -saúde, assistência, habitação. Toda elas dizem respeito à subjetividade. É um campo muito mais rico que requer de nós muito mais rigor e muito mais estudo, e é muito mais apetecível para o enriquecimento teórico e prático e, principalmente, para o enriquecimento das nossas pobres vidas, que muitas vezes se tornam amargas, trancadas nos consultórios, repetindo os conselhos que nossos terapeutas e supervisores nos dão. Essa ruptura é uma abertura para o enriquecimento de todos os aspectos que compõem a nossa profissão e fundamentalmente a nossa vida, que precisa de saúde mental e daquilo que nos torna mais felizes e alegres e justifica que estejamos aqui juntos

discutindo.

Obrigado. (Palmas.)

COORDENADOR - Temos, ainda, quinze minutos para participação dos presentes e perguntas dirigidas à Mesa.

Peço às pessoas que utilizem o microfone.

EMANUEL - Sou mestrando de Política Social e senti falta da expressão "política social" nessa discussão da política pública, tendo em vista que política pública sempre se vincula à política de Estado. Pensar em Estado é pensar, ainda, em assistência e em tentativa de regulação e controle social.

Penso eu que o papel do psicólogo é muito estratégico no que se refere à tentativa de criação de políticas sociais que não necessariamente sejam políticas públicas governamentais.

Temos uma experiência no interior do Rio Grande do Norte, onde ainda há uma política extremamente coronelista. Conseguimos formar grupos de idosos e de adolescentes e tentamos trabalhar a educação para a vida. Inclusive a inserção política é discutida nesse aspecto.

Há uma tentativa de se formar cooperativas a partir de vários profissionais da área de saúde, que desejam se engajar nesse projeto.

É interessante que se discuta e que se abra esse leque de possibilidades para o psicólogo, profissional extremamente

estratégico, e para a Psicologia, instrumento extremamente eficaz no que se refere tanto à doutrinação de pessoas como à tentativa de ampliar canais de comunicação, de autonomia, de conscientização no que se refere, inclusive, à inserção política mais partidária que chegue ao Estado, que ainda detém o maior poder de decisão sobre as políticas mais globalizantes e universais. E interessante que se reflita um pouco sobre essas questões.

Outro aspecto que senti é: até que ponto pensar política pública vai gerar autonomia, vendo essa política pública vinculada ao Estado? Vai gerar autonomia e inserção e vai nesse viés da descentralização do poder. Então, devemos pensar uma Psicologia inserida nessa política pública que vise ao contexto que viabilize a autonomia pessoal e a questão da descentralização do poder como você coloca, frente a esse projeto político que você encabeçou.

COORDENADOR - Não havendo mais participações, vamos passar a palavra à Mesa.

PALESTRANTE I - Emanuel, quando falamos da política pública ligada à questão governamental, acho que falamos muito do lugar que ocupamos em determinado momento.

Vou dar um exemplo. Hoje sou deputada e estou participando da discussão de um projeto que está para ser votado

com urgência constitucional, sem debate, que é o projeto da privatização do saneamento, a privatização das águas, no momento em que estamos sentindo o reflexo da privatização da energia, com o apagão e tudo o mais. Por mais que consigamos discutir e ir para as cidades, não conseguimos atingir o povo como um todo. É um desafio muito grande. Então, estando num organismo governamental, com certeza temos condições de atingir um maior número de pessoas.

Também tivemos essa experiência da escola, já no nosso segundo mandato. Quantos alunos, que nunca tinham conseguido aprender, aprenderam. Tivemos a experiência das creches e das escolas, a implementação da infra-estrutura da cidade, por uma decisão política numa situação governamental de trabalhar uma política pública de resgate da cidade.

Acredito, pessoalmente, que há possibilidade de haver esse trabalho da política social desvinculada do Estado. Agora, por mais que seja desvinculada, ela sempre tem apoio de algum setor. Pode não ter apoio da política governamental do momento, da época. Às vezes é ligada à igreja, associações, ONGs. É possível que isso ocorra.

Hoje não temos mais o governo lá. Tivemos dois mandatos. Existe lá, hoje, uma ONG que trabalha a questão da criança e do adolescente, porque o atual governo acabou com todo o trabalho que existia. Essa ONG não é ligada ao governo e o governo não a apóia em nada. Agora, essa possibilidade existe. É uma

debilidade maior. Primeiro, é um direito. Nós, a população, é que às vezes não temos essa clareza. A educação, a saúde, o lazer e a questão da criança são direitos constitucionais. Às vezes não trabalhamos isso.

Quanto à essa questão de trabalhar política social desvinculada do poder público, primeiro, ela existe. Agora, ela deveria ser obrigatoriamente trabalhada pelo poder público, porque é um direito constitucional. Como não existe, como não é cumprida, devido ao projeto político que temos no país, existem essas alternativas. Há muitas alternativas importantes que dão conta e trabalham. Acredito nisso. Elas sobrevivem a muitas dificuldades e problemas. O papel do psicólogo também aí é importante.

O Lancetti abordou um ponto, que considero importante. O psicólogo tem o papel dele. Agora, se está em conjunto com

outras categorias, o trabalho vai ser como um todo. Se trabalhamos a questão de um olhar apenas, do olhar do psicólogo, com certeza esse olhar vai ser vesgo, vai ser torto. Acho que o conjunto, para trabalhar o coletivo, a pessoa, é fundamental.

Quanto à descentralização do poder, é uma questão séria, porque estamos em uma sociedade em que a centralização do poder é mais defendida. Estamos em uma sociedade colocada como democrática, mas governada por medidas provisórias. Nós, Deputados e Senadores, somos o Legislativo e não apitamos" nada. Então, estamos numa sociedade em que há centralização de poder.

Estamos retomando o que a Constituição de 1988 conseguiu, e mesmo assim achávamos que a Constituição de 1988 era capenga, difícil.

Hoje, os municípios estão perdendo o que conseguiram na Constituição de 1988; perdendo a sua autonomia financeira, a sua autonomia política e estão voltando a ficar de pires na mão para o Governo Federal. Além disso estamos centralizados num poder muito maior que é o FMI, a globalização. Numa sociedade extremamente centralizada, é um desafio muito grande a descentralização do poder. Aí, acho que há uma questão que podemos contribuir, se tivermos claro: como trabalharmos essa questão? Mesmo sendo de esquerda, mesmo tendo um projeto diferente desse que aí está, muitas vezes não conseguimos sair da cultura de centralização de poder, dessa cultura autoritária.

Há uma contribuição que podemos dar se tivermos claro para nós isso.

Para que queremos o poder? Para repetir o que está aí ou para fazer diferente? Por que queremos acabar com o hospital psiquiátrico? Hoje tem uma lei, uma conquista, há um caminho.

Por que queremos o SUS? Para ter um Sistema Único de Saúde para todo mundo. Já conseguimos isso?

É uma luta muito grande, mas é importante e vale a pena.

(Gravação interrompida.)

PALESTRANTE II - ...fato de existir e de ocupar a política pública nesse nível, que é o nível do Estado, e estar numa posição de poder, nos dá governabilidade sobre o que seriam os objetivos e as diretrizes de uma política pública, com todas as dificuldades que isso possa acarretar. E inegável que a governabilidade e o poder nos dão isso.

Agora, preocupa-me a expressão da cidadania que se dá fora do espaço estatal. No momento, estamos vivendo uma quarta administração; daqui a pouco essa cidadania se expressará nesses dispositivos. Eu acho que isto é uma coisa que temos que estar toda hora nos perguntando: para onde essa cidadania se expressa para além disso? Isso vai retornar para os dispositivos estatais, que exercem a fiscalização, o controle social e a própria construção dessas políticas. Essas experiências de sucessões e de descontinuidade em algumas administrações também nos mostram o quanto essa passagem pelo poder produziu efeitos que se mantêm apesar de não se estar mais naquela cidade e

naquela posição. O movimento social organizado está dando sustentação a uma série de políticas que permanecem nas organizações de categorias profissionais, nos sindicatos e nas ONGs, que são a grande novidade dos nossos últimos anos. Venho de uma organização sindical e hoje vemos que as ONGs têm um papel muito importante na construção das políticas e nas ações que agem no tecido social. Essa é uma preocupação.

Eu venho de uma cidadezinha, realmente ao sul do sul

Estado. Na minha casa, fui conhecer a eletricidade aos oito anos de idade. Tínhamos um gerador que mantinha alguns equipamentos. O grande acontecimento foi o dia em que a luz elétrica chegou à cidade. Foi uma revolução, uma mudança radical nas nossas vidas. Com ela veio tudo aquilo que o progresso nos dá, tanto do ponto de vista de um certo conforto, quanto do ponto de vista do acesso às novas tecnologias. Pensamos hoje no cuidado que o Governo tem, principalmente a nível nacional, com os nossos direitos e, portanto, com os seus deveres - se é um direito do cidadão é um dever do Estado. Estamos, portanto, vivendo essa questão da política energética, que é política pública. Ela atravessa as nossas vidas.

Hoje, enquanto movimento social, não temos governabilidade sobre isso. Temos os nossos representantes nas diferentes escalas. É essa apropriação e esse olhar da cidade que muitas vezes fazemos das questões mais específicas do psicólogo. Essa é uma das coisas que aprendemos com os outros. Fazer política pública é fazer com os outros, enquanto outros

cidadãos e enquanto outros profissionais. Quanto mais conseguimos fazer isso com os outros, mais conseguimos romper com o sectarismo e com a fogueira das vaidades, que não nos permitem olhar. Aí começamos a fazer a política do avestruz. Enfiamos a cara no chão e dizemos assim: não estou vendo e não estou sendo visto. Aí o Marcus Vinícius pode ter razão: não vamos ter muito futuro.

PALESTRANTE III - Seria importante vocês ouvirem com delicadeza o que a Maria Cristina falou porque a experiência de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul é uma aula de civilidade para o Brasil inteiro e para a América Latina.

Eu gostaria de colocar um paradoxo, Emanuel. Também sou institucionalista. Sou analista institucional. Aprecio os movimentos sociais autônomos e tenho sérias resistências a qualquer tipo de organização estatal. O que vemos, na realidade, é que não é o espontaneísmo que junta as pessoas. Nós, esquerda, precisamos aproveitar o pouco tempo que temos uma gestão municipal é de quatro anos, pouquíssimo tempo. Falamos em Santos nas prioridades máximas. Prioridade número um é fazer agora, já. Primeiro faça e depois pense. O que acontece com a quantidade de desempregados das metrópoles brasileiras? Violência intrafamiliar, abuso sexual. A violência se distribui de todas as maneiras, menos como organização social e revolucionária.

Depois de setenta anos de socialismo, agora os russos estão percebendo que perderam o sistema de saúde. Por que as pessoas ficam facilmente fascinadas com as pontes? Esse negócio de fazer política social, ter escola, as pessoas não apreciam. Isso é tarefa dos psicólogos. Por que as pessoas perdem a preciosidade? Trabalhei em Betim, com o programa bolsa-escola.

Eu vi o que fizeram. Em Santos, estão contaminados com dengue. Os pacientes da saúde mental não tem comida nem remédio, e ninguém fala nada. Se o Estado não intervém e não organiza, as pessoas não se organizam. Desculpe-me, mas temos que apreciar um pouco mais o Sistema Único de Saúde, senão isso vai para outros países da América Latina. Não existe trabalho para psicólogo em serviço público porque não tem serviço público.

Fui a uma cidade, perto de Buenos Aires, e visitei uma creche de uma ONG, que era gratuita. Era a única creche gratuita de uma cidade do porte de São Bernardo, em São Paulo. Todas as outras eram particulares. As creches da igreja também cobravam mensalidade. Todo o serviço médico foi privatizado. Não existe trabalho pago para o psicólogo em outros países da América Latina como existe no Brasil. Então, temos que cuidar disso. Por exemplo, o per *capita* da saúde de duzentos reais é baixíssimo. A Argentina gasta o dobro, mas aqui o serviço é muito melhor. É público e vemos todas essas coisas que estão construindo. Conselho de saúde que não existe em lugar nenhum do mundo. Há centenas e milhares de pessoas que participam. Eu faço críticas.

Agora saiu um artigo no jornal de Psicologia e fui chamado de neoliberal. Fico muito feliz só de imaginar as contas que tenho na Suíça, pois já estou pagando todas as dívidas que tenho de uma vez só. Trabalho no programa de saúde da família, sobre o qual falarei em outra Mesa, no sábado. Sou neoliberal porque estou

trabalhando lá na periferia com os pobres. Acho bárbaro ser chamado de neoliberal. É uma estupidez absoluta.

Temos que juntar forças porque o Sistema Único de Saúde é contra, por exemplo, a ordem econômica mundial. As nossas conquistas, a reforma psiquiátrica, são conquistas do movimento. A nossa participação nas equipes multidisciplinares é preciosa.

Um dos êxitos do orçamento participativo é porque ele não é institucionalizado. Vejam que fantástico. Não é como um conselho de habitação que tem a participação paritária. É um paradoxo. Tem um lado que é movimento social, mas se não tiver a organização do Estado a coisa não funciona. Então, temos as duas coisas.

Vejam o exemplo de Porto Alegre. São quatro gestão. Tem consequência, plano de consistência e projeto de mudança da sociedade. Para isso, tudo o que temos a contribuir é fantástico e esperam a nossa contribuição.

COORDENADOR - Eu gostaria de agradecer muito à Maria do Carmo Lara, ao Antônio Lancetti e à Maria Cristina Carvalho pela presença.

Como disse a vocês, essa atividade pretende construir uma ferramenta de trabalho, de pensamento e de intervenção dos psicólogos no campo das políticas públicas. Todo esse material está sendo gravado e será transformado em uma publicação que será

colocada à disposição dos psicólogos para que sigamos pensando.

Passaremos, agora, à próxima Mesa.

PALESTRA I

PSICOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

COORDENADOR: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

PALESTRANTE: Carmem Teixeira

DEBATEDORA: Lumêna Almeida Castro Furtado

COORDENADOR - Para as palestras, convidamos profissionais com experiência e tarimba em uma determinada área de política

pública e buscamos convidar um colega psicólogo que milita nessa área de política pública.

Vamos aqui fazer uma interlocução entre os desafios que estão colocados no plano mais geral das políticas públicas. Trabalharemos neste seminário especificamente com saúde, educação e segurança pública. Vamos, então, tentar perceber quais são as questões que estão colocadas como desafios, problemas, preocupações no campo dessas políticas públicas.

Teremos, como debatedor, um psicólogo que está atuando, problematiza ou intervém na área dessa política pública. Acreditamos que esse material servirá de base para uma futura elaboração estratégica dos Conselhos e dos colegas nessa direção.

Para a primeira Mesa com essas características, gostaríamos de convidar a Prof^a. Carmem Teixeira, professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, que vem, desde o movimento da reforma sanitária, buscando contribuir com o processo de elaboração de um pensamento acerca das políticas de saúde no nosso país, sempre problematizando as dificuldades e as saídas que encontramos. A Carmem, então, vai fazer o informe exatamente no campo dessa política pública em saúde.

Vamos convidar, para atuar como debatedora, a nossa colega Lumêna Almeida Castro Furtado, Presidente do Conselho

Regional de Psicologia de São Paulo. A Lumêna é também uma

sanitarista que vem ajudando a construir, nas Secretarias Municipal e Estadual de Saúde de São Paulo, o processo de reforma sanitária e o SUS, sempre numa posição destacada de pensamento nessa área.

Vamos ouvir, primeiro, a Carmen, que disporá de trinta minutos e, depois, a Lumêna, que terá vinte minutos para apresentar questões. A Carmem, então, terá mais dez minutos para trabalhar as questões colocadas pela Lumêna. A seguir, teremos mais trinta minutos para que todos possam participar do debate.

PALESTRANTE

Quero agradecer pelo convite para estar aqui com vocês. Quando eu estava concluindo o curso de Medicina, pensei em fazer saúde mental. Fiquei dois anos trabalhando em hospital psiquiátrico e passou-se comigo algo parecido com o que foi falado na Mesa anterior: desisti de olhar para o divã e fui olhar para a comunidade.

Comecei a ler sobre reforma psiquiátrica, Basaglia, em 1977, e acabei me decidindo pela saúde pública. No campo da saúde pública, acabei trabalhando com política de saúde. De certa forma, esse convite me faz retornar às origens das minhas preocupações com saúde.

Não sei se vou conseguir falar o que quero em trinta minutos. Por favor, avise-me se eu estiver me excedendo. Eu trouxe os *slides* exatamente para não falar demais.

Em primeiro lugar, pensei em colocar a concepção com a qual nós, do Instituto Saúde Coletiva, estamos trabalhando as políticas de saúde. Faço parte de um grupo, juntamente com os Profs. Jairnilson Paim, Lígia Vieira da Silva, Ediná Costa e Dreyer. Estamos, há alguns anos, ensinando políticas de saúde para os alunos de Medicina, na residência em saúde da família e, também, no mestrado e no doutorado em saúde pública.

Em segundo lugar, pensei em apresentar, conforme o Marcus havia solicitado, quando entrou em contato comigo há algum tempo, em grandes linhas a situação de saúde da população brasileira hoje, os principais problemas de saúde da população, que se constituem em desafio no campo das políticas públicas de saúde e especificamente e os problemas do sistema de saúde.

Como todos sabem já foi falado na Mesa anterior, estamos praticamente há doze ou treze anos implantando uma nova política de saúde definida pela Constituição de 1988, e um dos eixos e a construção do SUS. Esse processo tem sido extremamente complexo, cheio de dificuldades. Eu pensei em colocar rapidamente as características desse processo, fechando com a situação atual. Na situação atual é importante colocar quais são as proposições políticas que estão na pauta, na agenda da política de saúde hoje no Brasil, até usando o relatório da

XI Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em dezembro do ano passado.

Este seminário está se realizando num momento extremamente importante porque ocorreu a XI Conferência. O movimento social e as organizações governamentais, como sempre, participaram da conferência, e dela saiu um conjunto de propostas. Eu retirei as principais, que vão definir, mais ou menos, o rumo da política de saúde nos próximos anos.

Concepção de política de saúde com que estamos trabalhando: é um conjunto de respostas econômico-sociais aos problemas de saúde, materializadas na forma de intervenção do Estado sobre os determinantes ou efeitos desses problemas. Reparem que até estou me referindo um pouco à discussão levantada pelo Emanuel. Não se trata de colocar a política de saúde somente como política estadual ou somente como aquilo que é feito pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e pelas redes. Devemos entender o Estado como ponto de confluência disso, quer dizer, o Estado como uma condensação das relações de forças. O que a política de saúde expressa é exatamente essa correlação.

Sem dúvida alguma, no Brasil, o Estado ainda tem um papel fundamental porque representa a correlação de forças que temos de movimento social, que ainda está se reconstruindo. Há praticamente dez ou quinze anos estamos tratando de consolidar uma democracia com participação ampla e com organização da

chamada sociedade civil. Não é à toa que quando vamos analisar

política de saúde acabamos analisando muito mais o que o Estado vem fazendo, porque é exatamente isso que se constituiu no eixo.

O momento atual é de retomada de movimentos sociais, com surgimento de novas formas de organização social. No final da minha apresentação esse é um ponto que poderíamos discutir, enquanto perspectivas hoje.

Estamos entendendo problemas de saúde como necessidades e demandas dos diversos grupos. Quem trabalha, como eu, na área usa muito epidemiológico. Trabalhamos com problemas muito mais na perspectiva do inverso do problema. São as mortes e as doenças, ou, melhor dizendo, os efeitos dos problemas. O que a política de saúde toma como objeto não são necessariamente os efeitos ou podem ser, e aí fica realmente de uma política muito restritiva. Advogamos que o objeto deve ser determinantes e as condições de vida ou seja, de onde surgem as necessidades e os problemas e as demandas a serviços de saúde. Essa concepção ampliada é importante para servir como elemento de crítica ao que se faz. Se o que se faz é só trabalhar com problemas enquanto efeitos - mortalidade e morbidade -, por aí já estamos fazendo uma análise crítica da própria política. Se o que se faz ou se pretende fazer vai além disso e atinge os determinantes, as condições de vida e chega, inclusive, a problematizar o que é hoje o principal problema social do Brasil, que é a desigualdade

social, aí é uma política de saúde realmente ampla, que não se limita a pensar simplesmente na assistência a quem está doente

ou, no caso da violência, uma dos nossos principais problemas, assistência às vítimas. Trata-se de prevenir e, assim, estamos recuperando a concepção ampla de prevenção e de promoção da saúde, até como forma de impacto sobre determinantes de problemas e de necessidades.

As respostas sociais tanto podem ser limitadas à assistência, a problemas e a atendimento de demandas quanto podem ser ações específicas de assistência a doentes, prevenção de riscos ou até promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida. Faço uma distinção, porque tendemos a considerar que as ações de promoção são inespecíficas. É muito importante pensarmos que as ações inespecíficas não são, hoje, monopólio de nenhum profissional. Elas são, inclusive, compartilhadas por outros profissionais além dos de saúde. Hoje a perspectiva de promoção vai além do que entendemos como categoria profissional no campo da saúde. Se pensarmos a questão da violência, vamos estar trabalhando com segurança, com o pessoal da área do direito, da polícia e da justiça, ou seja, além do que convencionalmente entendemos que sejam os profissionais de saúde. É uma extensão conceitual. O que está por trás disso é a própria concepção de saúde, além do que entendemos convencionalmente como saúde, que é a ausência de doença e essa

coisa mais antiga.

Qual é a situação de saúde no Brasil hoje? Quais são os principais problemas que a população brasileira tem? Estou me

baseando nos estudos feitos pelo Prof. Maurício Barreto e apresentados na XI Conferência, em dezembro, em Brasília.

Envelhecimento da população. Essa é uma tendência demográfica que tem, evidentemente, efeitos diretos sobre o perfil de problemas e necessidades de saúde. Se estivéssemos fazendo essa análise há vinte, trinta ou quarenta anos, a situação seria completamente diferente. Se eu estivesse na área médica, pensaria em formar pediatra. Agora, precisamos pensar em formar o pessoal que possa trabalhar na área da saúde do idoso, com os problemas específicos que surgem em função do aumento da expectativa de vida ao nascer, do aumento da vida fora do ambiente do trabalho, com problemas como depressão, que hoje é um problema internacional e começa a atingir, também, a terceira idade. Não é só a questão das quedas, dos acidentes, ou, por exemplo, osteoporose ou neoplasias, cânceres, etc. Puxando para área de Psicologia, há a questão da depressão.

Predomínio das doenças crônicas degenerativas. A principal causa de óbito no Brasil hoje são doenças cardiovasculares. Houve uma modificação completa do nosso perfil epidemiológico, considerando o que acontecia há quarenta anos.

Do que se morre hoje? Basicamente de doenças

cardiovasculares. O que causa a mortalidade por doenças cardiovasculares? Quatro coisas: hábito de fumar, uso de anticoncepcional, estresse e vida sedentária. Sempre cito esse exemplo, porque qualquer um entende. Não precisa ser

profissional de saúde. Como se faz para reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares? Controlando o uso do tabagismo. Existe, hoje, um programa de controle do tabagismo e estamos brigando com as multinacionais de propaganda de cigarro e para reduzir a publicidade de cigarros em eventos esportivos. É uma das coisas mais interessantes e inovadores na nossa política de saúde hoje no Brasil. É recente, na época do Ministro José Serra.

Segunda coisa: vida sedentária. Modo de vida, estilo de vida, correr, andar na rua. Alguns podem correr e outros, não.

Terceira coisa: redução do estresse, muito problemático no nosso caso. Vocês sabem melhor do que eu que tanto tem a ver com o desemprego e com a insegurança em ao futuro, quanto com a desmotivação, com alienação, com a falta de interesse pela vida. Enfim, há uma série de coisas que tem a ver com a subjetividade desse mundo que temos hoje na contemporaneidade.

Quarta coisa: uso de anticoncepcionais, no caso das mulheres, que afeta todo o equilíbrio hormonal.

Como fazer para evitar essas quatro coisas? Não pode só

com médico e com enfermeiro, com o modelo tradicional que temos implantado na área de saúde.

Terceiro grande problema, que será objeto deste seminário: predomínio da mortalidade por causas externas. Causas externas incluem acidentes e violências, acidente de trabalho, acidente de trânsito, homicídios e Hoje, é

a segunda causa de morte na maioria das capitais brasileiras. Quando vamos desagregar a configuração dessa mortalidade, encontramos coisas realmente absurdas. Por exemplo, a proporção de mortes, por homicídio, entre adolescentes, nas periferias, principalmente se são pobres e principalmente se são negros. Dentro disso, a proporção de óbitos que são causados pela chamada intervenção legal, ou seja, pela intervenção policial, pela repressão.

Então, isso configura uma situação completamente nova em termos de Brasil, comparando-se com quarenta anos atrás.

As neoplasias, os cânceres, de maneira geral, estão crescendo de importância, mas não se reduziu completamente as doenças infecciosas e parasitárias. Estamos vendo epidemias de dengue, febre amarela, para não falar de Aids e de outras doenças que são infecciosas e parasitárias e estão constituindo, hoje, um gravíssimo problema de saúde pública. Tuberculose. Todos se preocupam muito com a Aids. Eu tenho me preocupado muito com a tuberculose. Há dez anos a prevalência de

tuberculose não abaixa na Bahia. Temos hoje a mesma prevalência de tuberculose que tínhamos há dez anos. Como está sendo o controle da tuberculose na Bahia? Tem um programa, com três ou quatro pessoas trabalhando, para uma população de doze milhões de habitantes. A tuberculose não tem, como no caso da Aids, o peso das ONGs e do movimento social organizado, que conseguiram fazer com que o Brasil, hoje, seja um dos Únicos países do mundo em que o tratamento é completamente gratuito. Vejam o exemplo.

Quem está morrendo de tuberculose? Quem está tendo problema com Aids? São grupos sociais diferentes com distintos poderes de vocalização de suas demandas e de participação no processo de elaboração das políticas. Pode até existir a política formulada, mas, na prática, ela não se implementa com a intensidade que seria necessária porque não existem grupos sociais organizados pressionando, reclamando, exigindo e fazendo acontecer, como dizia a companheira Deputada, os seus direitos, como colocados na Constituição de 1988.

Finalmente, um dos principais problemas é a coexistência da chamada co-morbidade, ou seja, a coexistência de diferentes problemas em determinado grupos. Há um mito muito grande na área de saúde que sempre tratamos de desconstruir: determinados problemas são mais comuns na população mais pobres e determinados problemas são mais comuns na população mais rica. Isso não existe.

Hoje, rio Brasil, como em outros países que enfrentam a chamada transição epidemiológica, a situação mais se assemelharia a um mosaico epidemiológico. Determinados grupos sociais, em função das suas condições de vida, apresentam uma justaposição de problemas. Há essa coexistência de problemas nos grupos que são mais inferiorizados socialmente ou chamados de excluídos.

Oito milhões de pessoas ainda vivem no escuro. Vocês viram isso? A *Folha de S. Paulo* publicou isso nesta semana. Eu também vivi aquela situação que foi relatada aqui, pois vim de

uma cidade do interior. Quando deixamos de usar lampião de querosene, que inclusive provoca asma crônica, houve uma mudança de vida. Atualmente, há oito milhões de pessoas que ainda estão sem luz, acordam quatro e meia, cinco horas da manhã, vão trabalhar na área rural e, quando voltam, vão dormir às oito horas da noite porque não tem um toquinho de vela, um lampião, uma lamparina, um fifó. Há quinze milhões de pessoas, na área de saúde, que estão sem saúde. A estimativa é do próprio programa Comunidade Solidária. Esses oito milhões que não têm luz também não tem saúde. Acrescentem, ainda, sete milhões que estão nas periferias das grandes cidades e que têm o mínimo de saúde, e, portanto, ainda podem ser considerados excluídos. Esses números não foram inventados por mim. São do programa Comunidade Solidária, do próprio governo, que sabe que um dos efeitos

perversos da globalização tem sido exatamente aumentar a desigualdade e criar essa massa de excluídos que não tem importância do ponto de vista econômico. Este é o dilema: não tem importância do ponto de vista econômico, não tem organização do ponto de vista política e, então, não se faz representar no processo de luta pelas chamadas políticas sociais.

Em função desse processo que estamos vivendo mais intensamente nas últimas décadas, desse contexto mais amplo de globalização, de ajuste estrutural e de reorientação de políticas sociais, o que tem acontecido especificamente na área da saúde? É importante colocar isso. Há uma discussão muito grande, embora não seja muito ampla, sobre a redefinição do

papel do Estado na área de saúde. Ai aparece toda uma discussão em torno das funções do Estado. Financiador, provedor ou regulador? Financiador e provedor? Apenas regulador? Essa discussão já vem acontecendo em alguns congressos da área de saúde coletiva. Essa discussão foi iniciada quando Bresser Pereira era Ministro da Administração e da Reforma do Estado e foi levada ao Ministério da Saúde em alguns momentos, mas nunca se generalizou. Na prática, ela vem sendo colocada e vou explicar isso para vocês.

Quando, no final dos anos 80, o movimento social estava organizado em função da transição democrática e foi até a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986. Conseguiu, então, colocar na Constituição de 1988 os princípios da reforma sanitária.

Estávamos tentando construir um Estado do bem-estar social nos moldes do estado do bem-estar social europeu, com os princípios da universalidade, integralidade e equidade, numa conjuntura completamente desfavorável. É como se houvesse se estabelecido uma dissonância, pois o movimento social queria, em termos de política de saúde, construir um estado de bem-estar social nos moldes da Inglaterra e da Itália, num momento em que o próprio estado do bem-estar social europeu estava entrando em crise e sendo completamente reformulado numa perspectiva neoliberal.

Sintetizando, o que temos vivido no Brasil nos últimos dez anos é exatamente essa luta entre a tentativa de construção de um sistema único de saúde universal, equitativo, integral,

descentralizado, participativo, enfim, como se estivéssemos construindo um estado do bem-estar social - e a implementação de uma reforma setorial baseada nos princípios do chamado neoliberalismo com a redução do papel do Estado, racionalização de custos, descentralização enquanto desresponsabilização, privatização. Muito que tem acontecido na política de saúde brasileira é reação á uma reforma da reforma. Temos uma reforma e, ao mesmo tempo, uma contra-reforma, e o que se coloca na prática é o que resulta do embate entre as propostas de reforma e as propostas de contra-reforma.

As vezes, fica difícil entender. Alguns acham que

determinadas coisas são parte da reforma e outros, que são parte da contra-reforma.

O programa de saúde da família é um exemplo muito interessante. Alguns acham que é parte da reforma; outros, que é parte da contra-reforma. As vezes, quando juntamos o pessoal para discutir o programa de saúde da família, não chegamos a lugar nenhum, porque cada um vê aquilo que gostaria de ver estratégias que vêm sendo implementadas. Esse é um debate ideológico, e é assim mesmo.

A única coisa que pode definir, digamos assim, a direção e a prática. Só na prática é que se define para onde vão as políticas de saúde no âmbito do município e do estado. As coisas que vão sendo construídas de fato e que não necessariamente são irreversíveis podem ser construídas numa determinada administração e destruídas na outra- como ocorreu em

São Paulo. Foram construídas no Governo da Erundina e destruídas no Governo de Maluf. Há outros exemplos. Alguns lugares conseguem construir com mais continuidade, e outros não. Uns vivem em uma situação de maior instabilidade do ponto de vista do processo de construção. Então, vivemos essa tensão.

Quais são os resultados desse processo? Do ponto de vista jurídico, conseguimos a legislação básica, ainda que com limitações. Do ponto de vista político-institucional, o financiamento foi o ponto crítico em termos de instabilidade em

todos os anos 90. Do período Color até 1995 tivemos um desfinanciamento da saúde. Em 1995, com Jatene e a CPMF, retornamos. Só agora, com a Emenda Constitucional nº 29, é que vamos ter um pouco de estabilidade. Não vou entrar nesse ponto, que é mais específico. Se alguém tiver interesse, depois respondo.

Do ponto de vista da gestão, houve um processo extremamente complicado, com centralização no início do Governo Color. Começou uma descentralização muito tímida com Itamar a partir de 1993; intensificou-se com Fernando Henrique a partir de 1998 e só agora coloca-se uma proposta efetiva de reorganização do processo de gestão com a nova Norma Operacional da Assistência à Saúde, que é limitada, pois só atinge a assistência médico-ambulatorial e hospitalar, não pegando a atenção básica. Um dos grandes problemas da NOAS é desvincular a atenção básica da atenção secundária e terciária.

Do ponto de vista do modelo de atenção, a novidade dos anos 90 foi exatamente a saúde da família, que começa com programa vertical de combate ao cólera, é redefinido em vários estados como estratégia de mudança do modelo, e em outros não, ficando como programa vertical completamente desvinculado. A partir de José Serra, tomou uma extraordinária e passou a ser o eixo da política de saúde em termos de mudança do modelo assistencial. Então, hoje temos mais de cem mil agentes comunitários no Brasil todo e não

sei quantas equipes de saúde da família no Brasil. Está sendo colocada como prioridade a expansão e a consolidação do programa de saúde da família. Isso não é uma grande novidade, não. Quem trabalha na área de saúde pública sabe que saúde da família é uma coisa que se discute há trinta ou quarenta anos. Entrei para fazer saúde pública discutindo medicina comunitária, saúde comunitária. É novidade para quem está entrando há pouco tempo.

Agora, a grande novidade é a abrangência que atingiu. Quando discutíamos há vinte ou trinta anos, eram projetos-piloto lá no norte de Minas Gerais ou em áreas de grande tensão social, até como forma de repressão e de controle. Agora é colocado como um eixo de mudança do sistema como um todo, atingindo mais ou menos 23% do sistema, só com a atenção básica, mas pode chegar ao sistema como um todo.

Paralelamente a isso, parte desse processo contraditório de implementação das políticas públicas tem sido o que o Faveret Filho chamou de universalização excludente. Como o sistema

público foi desfinanciado e a qualidade caiu, a classe média saiu do sistema público e passou a integrar o sistema de assistência médica supletivo. Garanto que a maioria dos presentes aqui têm plano de saúde, pago pelas companhias seguradoras ou pela instituição em que trabalham. Hoje, quarenta e oito milhões de pessoas neste país estão pagando plano de saúde. Praticamente, um quarto da população do país paga

duplamente pelo serviço de saúde. Existe subsídio governamental, porque na hora de fazer o imposto de renda há um desconto. Então, é um consumo diferenciado, de alto custo, subsidiado pelo governo. Isso é política pública também. O que esse pessoal está deixando de pagar está deixando de chegar aonde precisa, na periferia, na base.

Uma das propostas da XI Conferência foi o chamado ressarcimento. Quando se atende a uma pessoa que pague plano, o plano deveria ressarcir pela pessoa que é atendida no âmbito do SUS. A outra proposta era supressão do desconto do imposto de renda para quem paga plano de saúde. Quer dizer, deixar de haver esse estímulo & compra de seguro-saúde privado.

Para isso, o que o Governo tem feito é uma coisa muito incipiente ainda, que foi a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o início da regulamentação dos planos, com a definição de cobertura, exigência com relação a doenças preexistentes e tabelas de preços. Já é uma resposta a uma demanda social. Esse pessoal todo que passou a pagar plano e, na hora em que precisava, não tinha assistência, começou a

reclamar. Em 1997, o Congresso teve que aprovar *essa Lei nº 6.956*, que regula os planos de saúde.

Principais proposições políticas no momento atual. Já falei de quase todas.

Fortalecimento do nível local, com a

microrregionalização; promoção da equidade na distribuição de recursos, que é uma discussão existente hoje sobre a distribuição de recursos para as regiões do Brasil. A Bahia é um exemplo muito interessante e na hora do debate falarei a respeito. Fortalecimento da inteligência epidemiológica, que é o uso da informação sobre problemas e necessidades de saúde para o planejamento e programação a nível local. É uma coisa mais técnica, mas é fundamental. Construção de municípios saudáveis, que é um movimento de municípios e cidades saudáveis do Canadá, e já está se espalhando. No Brasil há alguns exemplos: Campinas, Fortaleza, Curitiba. Esse movimento já está influenciando o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS -, que têm feito encontros para tratar da necessidade de se trabalhar a saúde numa perspectiva mais intersetorial, articulada com outros setores.

A priorização da mortalidade por acidentes e violência é outro problema que está ocupando, hoje, as agendas de vários partidos políticos. De repente, o nosso prefeito, Imbassahy, foi elogiado pelo Lula em função do programa de promoção da paz que está implantando em Salvador.

Expansão da saúde da família e regulação do setor privado, contratado e conveniado.

Muito obrigada.

COORDENADOR - Temos que agradecer muitas vezes à Prof^a. Carmem pela clareza, didatismo e concisão e por ter falado exatamente em trinta minutos sobre essas informações tão importantes.

Vamos passar a palavra a Lumêna Furtado, que vai problematizar elementos ou fazer uma interlocução com a fala da Carmen.

DEBATEDORA

Vou fazer uma inversão, porque a Carmem tratou de pontos fundamentais para a construção do Sistema Único de Saúde e de políticas públicas em saúde. Vou tentar pegar alguns pontos e fazer uma provocação para nós, psicólogos, a fim de analisarmos como estamos lidando com eles quando trabalhamos a questão da saúde. Não vou, portanto, levantar pontos e polemizar.

A Carmen começou falando da situação da saúde e definindo o conceito de saúde. Ao colocar a situação de saúde como primeiro ponto, já percebemos a perspectiva que o interlocutor está tratando a questão das políticas públicas de saúde. Nós, psicólogos, temos que pensar. Quando vou pensar o meu trabalho na área da saúde, tenho clareza de que conceito de saúde estou partindo? O conceito de saúde que assumo define a proposta de

sociedade que tenho. Devo ter muita clareza de que essas coisas estão muito ligadas, porque, caso contrário, continuo

trabalhando numa pseudo neutralidade do saber técnico e continuo negando a responsabilidade que tenho, como profissional, de assumir uma proposta de sociedade quando vou olhar para a área da saúde e tentar propor intervenções ou formas de estar lidando com as questões que a população coloca.

No início, ela falou que o Estado representa uma correlação de forças. Só existe correlação de forças quando há tensão social; só existe correlação de forças quando estamos inseridos numa sociedade que ainda tem muitos e diferentes interesses sendo defendidos de forma desigual por diferentes atores sociais. Quando sou uma psicóloga, inserida na área de saúde, tenho que ter convicção, clareza e certeza de que estou metida no meio dessa correlação de forças, de que sou parte atuante desse sistema social, dessa tensão social que vivemos na sociedade tão desigual como a nossa.

A Carmem nos provoca muito bem quando diz que não podemos discutir políticas públicas de saúde se não discutirmos a situação de saúde que temos, o Estado temos e onde estamos nessa tensão social que está colocada nas determinações que temos para a área da saúde.

Foi colocada com muita clareza a questão do terceiro setor e do Estado. Estamos falando de um dever do Estado quando falamos de saúde. Enquanto profissionais de saúde, podemos estar inseridos no sistema ligado ao sistema único, que pode ser

público ou não, em uma ONO ou em uma associação. Temos que ter clareza de que o papel e a atuação que hoje vem crescendo no terceiro setor não pode vir no sentido de desresponsabilizar o Estado nas questões de políticas públicas. Acho que o terceiro setor tem que ser um parceiro, um aliado, um setor social vigilante para que o Estado possa estar, de fato, cumprindo com o seu papel.

Esse é um primeiro ponto de provocação que a Carmen coloca para nós.

O segundo ponto é muito interessante. Trata-se da conceituação que a Carmem fez dos problemas de saúde. Ela definiu problemas de saúde como necessidade de grupos. Ela não falou que os problemas de saúde são aqueles diagnósticos que encontramos no CID. Não, problemas de saúde são necessidades de grupos. Muitas vezes nós, como categoria, entendemos que problemas de saúde são aquelas questões que aprendemos a tratar na faculdade. Ai vamos para o sistema de saúde como psicólogos, não enxergamos a necessidade dos grupos que estão em torno e começamos a definir as práticas em cima dos problemas que nos ensinaram a atender na nossa formação, que ainda é uma formação distante da discussão da realidade brasileira.

Essa segunda provocação da Carmem de entender problema de saúde como necessidade -faz com que saíamos de uma situação confortável, de um profissional que tem alguns CIDs colocados no bolso e com os quais pode trabalhar quando entra no sistema de

saúde. Faz, ainda, com que olhemos para essa população com a qual vamos trabalhar. E esse olhar deverá entender quais são as necessidades que estão colocadas aí.

Carmem, você não teve tempo de tratar de um assunto, mas eu gostaria que você nos ajudasse a pensar. Ao falar que problema de saúde é necessidade, acho que a Carmem trata de uma outra provocação: quem é que define prioridade? Necessidade eu posso entender várias, a Carmen pode entender outras e cada um dos presentes terá diversas a apresentar. Fica colocada uma questão fundamental para o psicólogo no sistema de saúde: a discussão de quem define a prioridade de atuação que aquele grupo ou aquela unidade vai ter. Defendo que essa definição de prioridades tem que se dar num processo de planejamento local, com uma ampla participação popular. Não estou só falando de controle social e de direito dos conselhos, atores fundamentais na definição de prioridades, mas estou recuperando uma discussão da outra Mesa que colocava também a questão da participação popular.

Às vezes olhamos o orçamento participativo como uma proposta de governo mais geral. Nos locais em que há orçamento participativo, eu me desobriço de fazer a definição de prioridades de uma forma diferente daquela mais clássica em que o técnico, na verdade, é quem define o que seria prioritário. Seria uma discussão importante: como remos feito essa discussão

de prioridade nas equipes que compomos nos diversos níveis dos sistemas de saúde?

A Carmem citou como exemplo a questão da violência e falou que para conseguir resolver o problema da violência temos que começar a olhar esse problema de uma forma mais plural. Acho que também aqui está colocado um desafio novo para a discussão da interdisciplinaridade. Os psicólogos fizeram uma trajetória. Começamos no momento em que trabalhar junto com outros profissionais era trabalhar em salas vizinhas. Tinha, então, a sala do psicólogo, a sala da terapeuta, a sala do clínico. Já era alguma coisa. Pelo menos sabíamos quem estava na sala do lado. Acho que estamos no momento seguinte em que topamos fazer coisas um pouco mais ousadas do que atender junto e fazer a discussão clínica. Ainda era o momento, na minha visão, em que o meu saber psicológico terminava aqui e o seu começava ali. Vamos ver como cada um enxerga esse paciente. Acho que já crescemos muito nessa possibilidade.

Quando a Carmen traz a questão da violência, está trazendo um outro desafio para a questão interdisciplinar, que é: como vou conseguir construir explicações para o problema de forma já interdisciplinar na sua explicação? A violência se presta muito a isso. Nenhum a categoria conseguiu explicá-la. Nem do ponto de vista psicológico, "a violência é". Ninguém se arrisca a fazer um a colocação dessas e achar que ela está

completa. Alguns problemas têm saltado na área da saúde, depois de uma análise epidemiológica um pouco melhor. A violência se coloca como um exemplo muito bom disso. Temos que começar a ser capazes já na formulação do problema fazê-la de forma interdisciplinar.

Acho que está colocado para nós um desafio de repensar exatamente o que é esse nosso grande lugar de segurança. É fundamental, é o trabalho interdisciplinar. Como temos lidado com isso, frente a questões novas que vêm se colocando cada vez com mais importância? Ao falar isso, de jeito nenhum estou dizendo saber específico perde importância. Pelo contrário. Tenho cada dia mais convicção de que quanto mais conseguirmos qualificar a intervenção psicológica, quanto mais conseguirmos aprofundar a contribuição que a Psicologia pode dar naquele problema específico, quanto mais formos capazes es, enquanto psicólogos, a termos uma contribuição mais ampla e profunda daquele problema, mais seremos capazes de nos preocupar menos com as delimitações de campo e mais com essa possibilidade de uma visão um pouco mais multiteórica da compreensão dos problemas.

Talvez a saúde seja um laboratório muito importante e uma das áreas de atuação do psicólogo que pode nos ajudar a superar esse momento de interdisciplinaridade. Pode nos ajudar a entrar em um outro patamar da discussão interdisciplinar tanto

na produção do conhecimento quanto no exercício profissional, pensando na formulação e no enfrentamento de problemas de forma um pouco mais coletiva, coletiva no sentido de ser interprofissões. Esse é um outro ponto que a Carmem também nos questiona.

A Carmem traz com muita propriedade e faz isso em seus textos e em toda a sua trajetória o olhar epidemiológico sobre os problemas que temos hoje na área da saúde e a situação de transição que estamos vivendo agora na discussão da questão epidemiológica, até pela desigualdade mantida com um certo desenvolvimento social. Talvez tenhamos uma interface com a nossa formação ainda muito complicada. Pelo que tenho acompanhado das discussões de formação da Psicologia, o instrumental, o epidemiológico, é quase nulo dentro dos cursos de Psicologia. O psicólogo acaba indo trabalhar na saúde sem nenhuma apropriação do instrumental epidemiológico, sem nenhuma apropriação do olhar que a epidemiologia nos traz, ajudando a compreender os processos de saúde e de doença. Essa é uma questão que temos que discutir. Temos relegado a discussão epidemiológica para o sanitarista e o psicólogo não se apropria dela.

Acho que há uma brincadeira. A Carmen citou os exemplos do envelhecimento, câncer, doenças cardiovasculares e causas externas. Olhando do ponto de vista da saúde mental, há a questão da depressão. Você pode fazer isso, porque é sanitarista. O psicólogo tem feito isso. Ele olha para o quadro que você apresentou e fala: ````Isso aí não tem

muito a ver comigo. Vou pensar do ponto de vista da saúde mental como vou entender: aí tem a depressão, tem a psicose.”

Esse também é um problema porque temos que ser capazes de olhar para aquele quadro que a Carmen apresentou e falar: a

população brasileira está adoecendo e morrendo de câncer, doenças cardiovasculares, causas externas. O que a Psicologia pode contribuir para mudar esse quadro epidemiológico? Senão, vamos continuar nos chamando profissionais de saúde, mas entrando nela somente por um viés. Essa brincadeira para chamar a atenção que enquanto não conseguirmos fazer essa pergunta onde estou a população adoece e morre disso. É tenho que ter na minha mão, como ciência e Tenho que olhar e tenho que ter o desafio de pensar como a Psicologia pode contribuir para reverter esse quadro. Não estou, com isso, negando que é fundamental que continuemos bastante empenhados em reverter a situação que temos na mão, talvez mais específica, como responsabilidade, na tradicionalmente chamada de “questão de saúde mental”.

Ou o psicólogo se insere nessa discussão de rever ter a atual situação epidemiológica do país ou ele, de fato, será um meio profissional de saúde que ainda não conseguiu ter o desafio maior na mão do que só aquele colocado pela tradição da Psicologia.

Quando a Carmem fala da Aids, ela fala do financiamento.

O financiamento externo tem garantido o tratamento da Aids, como um programa bastante fechado nele próprio. Esse financiamento termina no ano que vem. Em 2002 termina o nosso acordo com o Banco Mundial para financiamento externo no Brasil. Em São Paulo, todos que trabalham com Aids estão fazendo uma grande

discussão. Estamos discutindo o que pode ser feito para não perdermos a qualidade.

Na saúde mental também estamos discutindo financiamento específicos para refazemos a discussão de financiamentos dentro de uma perspectiva mais sistêmica.

A Carmem falou da reforma sanitária e da reforma do Estado. Acho que estamos correndo um risco grande com a atual direção que se está tomando. A NOAS vem nos ajudar na regionalização mas vem dificultar outras questões da municipalização. Está colocado dentro do Sistema Único de Saúde o risco do SUS mínimo. Tem o Estado mínimo e tem o SUS mínimo, que é deixar os municípios cuidarem do sistema para pobre, da atenção básica.

Vou concluir, porque não tenho muito tempo. Na discussão de modelo, acho que poderíamos falar sobre a razão de mudarmos as estruturas. A Mesa anterior falou sobre isso e poderemos aprofundar os debates.

Muito obrigada.

COORDENADOR - A Carmem disporá, agora, de dez minutos.

Essa sistemática visa, sobretudo, documentar uma reflexão que possa ser uma ferramenta de intervenção do trabalho dos psicólogos nas políticas públicas.

PALESTRANTE - Agradeço à Lumêna pelos comentários, pois sempre aprendemos. Ela fez provocações para todos nós.

Iniciando a conversa, destaco dois pontos que a Lumêna frisou que são fundamentais. Um deles é a questão do paradigma clínico, da relação com a epidemiologia. Tenho trabalhado mais com isso e até posso dar uma ajuda.

Realmente, em toda a área de saúde - médicos, enfermeiras, odontólogos, psicólogos - a força da clínica é terrível. É essa perspectiva do individual, do enquanto doença. Toda essa discussão que estamos fazendo é sobre a superação, e não sobre o abandono, a negação e a rejeição da clínica. É uma perspectiva social e daí vem a importância da visão epidemiológica. Não é à toa que venho do Instituto de Saúde Coletiva. A nossa contribuição ao debate é que a realidade é complexa demais para ser recortada apenas na perspectiva do indivíduo e da clínica. Somos o que somos porque somos parte de grupos sociais, mantemos relações sociais.

Quando a Lumêna coloca a questão da epidemiologia como parte da formação do psicólogo, quero assinar A epidemiologia é

uma ciência que permite esse olhar, que instrumentaliza esse olhar sobre o social. Como a epidemiologia tem problematizado muito sua relação com a clínica, ela hoje tem uma aproximação muito grande com as ciências sociais, com a antropologia, com a sociologia, quer dizer, tem uma ponte entre a vis ao biológica, do quantitativo, do médico, e a visão social, da antropologia, da sociologia e da ciência política.

É muito interessante que vocês pensem ate na Inserção de alguma coisa na área da epidemiologia no currículo da Psicologia, até como matéria optativa.

O segundo comentário é sobre a questão da interdisciplinaridade e da intersetorialidade. Estou defendendo a epidemiologia, estou defendendo a disciplina epidemiologia. Quero também defender a interdisciplinaridade. É um problema dos objetos. Cada disciplina recortou os seus objetos. Esse é o meu pedacinho e vou ver o mundo, com esse binóculo, com esse microscópio. Hoje estamos sendo chamados a trabalhar não a mas a relação entre as coisas. questão do Isso desloca completamente o nosso olhar. Vocês, psicólogos, que trabalham basicamente como sujeito, devem estar vivendo uma ansiedade enorme com essa transição paradigmática. Hoje, quando começamos a pensar na produção nenhuma disciplina mais dá conta, porque não estamos preocupados com a explicação do pedacinho de cada um, mas, sim, com a relação entre elas. Quando trabalhamos com

saúde e pensamos em saúde não como a doença que eu consegui isolar na patologia e consegui isolar numa lâmina, num microscópio, mas como agente relação.

Pensar a violência não é pensar o indica dor, é pensar nas relações sociais violentas. A violência é um adjetivo. E essa coisa que está nos obrigando a pensar a diferença. A violência não é uma coisa em si E uma característica das relações sociais. As relações sociais podem ser violentas ou não. Quando

são violentas produzem efeitos, quais seja, sofrimento e morte. Se queremos mudar essa situação, devemos mudar as relações sociais.

Por exemplo, a exclusão social. Não tem relação social mais violenta no Brasil do que aquela que exclui quinze milhões, oito milhões. A sociedade brasileira é violenta. Não se trata da violência física que se dá entre dois sujeitos, entre a polícia e um grupo, mas, sim, da relação que se dá num país que tem cento e sessenta milhões de pessoas e mantém quinze milhões como vidas ao léu. Estou citando o título do livro da Sarah Escorel, "Vidas ao Léu". Ela se baseia na Hannah Arendt para pensar isso. E uma característica de regimes totalitários ter uma parcela da população que não serve para nada e se dar o luxo de descartá-la. Isso, do ponto de vista ético, é inadmissível, é barbárie, não tem nada a ver com civilização. No entanto, vivemos essa situação e achamos que é isso mesmo.

Estou citando dois exemplos e uma forma de pensar diferente. Começamos a nos preocupar mais com sujeitos e relações, com o tema do nosso congresso no ano passado, o sujeito da saúde coletiva, essa necessidade de sair dos objetos para pensar nos sujeitos e a questão da epidemiologia. A epidemiologia tem sido para nós um estímulo para sairmos do objeto fechado da clínica. Dai a questão da saúde coletiva e a epidemiologia como um eixo da saúde coletiva.

COORDENADOR - Vamos abrir, agora, para a participação da platéia.

ROGER

Sou de Belo Horizonte e sou diretor da Fenapsi, da Secretaria de Políticas Sociais da Fenapsi.

Estou muito feliz com este encontro. Também sou baiano. Não estou feliz pelo ACM, mas continuamos felizes, torcendo para haver um desfecho bom: cassação.

Eu gostaria que o Dr. Marcus Vinícius me desse um pouco mais de tempo, porque, senão, vou ficar perdido na minha fala.

Quando penso em políticas públicas, tenho uma certa preocupação, como tenho quando falamos em direitos humanos. Ficamos muitas vezes nos perguntando o que é isso. Por que políticas públicas? Por que tem que ter direitos humanos e políticas públicas? Do ponto de vista dos direitos humanos, não

tem nem como duvidarmos, porque as coisas já estão instituídas, estão colocadas. Que direito tem que ser mais colocado, se temos a Constituição válida que confere a nós direitos e, ao governo, os deveres? Ficamos pensando: que coisa louca que vivemos num país deste, especialmente no caso específico do Brasil. No caso das políticas públicas, ficamos perguntando a mesma coisa: por que temos que estar lutando por políticas públicas, se temos, na Constituição, garantias de vida e direitos constituídos?

Quando a Grécia inventou a democracia, foi a maior tacada que já se deu no mundo. Demarcou o que era público e o que era privado. É aí que vem a questão das políticas públicas, porque temos que exigir daquele que pagamos que ele retorne com serviços e benefícios. Pagamos impostos para que ele cumpra legitimamente o seu dever de restituir aquilo que pagamos. É nesse momento que o "bicho pega" de novo. Se temos uma Constituição, se temos regras e se temos normas, são regras frias que têm de ser cumpridas. São leis, e leis têm de ser respeitadas.

Tem uma parte da sociedade que não respeita, porque é legítima e chama-se cotidiano. O cotidiano resiste a qualquer regra, a qualquer norma, a qualquer lei que venha botar algemas, enclausurar. Essa é a grande saída para as demandas sociais interessadas nas diversas esferas da vida. Essa é a grande

tacada para estarmos discutindo.

Vou concordar com a fala do Marcus Vinícius: o psicólogo é um grande promotor de saúde, promotor da vida. Temos um lastro muito forte com o cotidiano, muito mais do que com as questões teóricas em si. Na realidade, na relação com os outros, nunca se pensa na questão das leis, das regrinhas, das teorias, mas pela escuta, pelo diálogo, pela interlocução. Esquecemos todos aqueles livros e passamos a escutar o outro. Isso é fundamental no cotidiano.

Fiz uma série de levantamentos. Durante todo o nosso seminário vou poder dizer algumas coisas. Vamos ter que

trabalhar com as questões do legal e do legítimo, com a questão do poder civil e da desobediência com a questão do que poderíamos estar colocando do ponto de vista das prioridades das políticas públicas nas quais o psicólogo está inserido. A contribuição social do psicólogo, muito mais do que um compromisso social, é um enfrentamento das políticas neoliberais do Governo Federal deste país, que o tempo todo vai, de maneira mentirosa, passando para nós políticas que cada vez mais acentuam a miséria.

Durante o tempo todo vamos esclarecendo algumas coisas.

COORDENADOR - Com a palavra a Maria Cristina.

MARIA CRISTINA CARVALHO - Agradeço, Carmen, porque,

confesso, tenho uma certa dificuldade com essas questões da epidemiologia e a forma como o assunto foi abordado, também seguido pela Lumêna, é importante no sentido do tratamento que se dá a esses dados e com que categorias de análise se está trabalhando. Na saúde, muitas vezes temos o dado com um tratamento unicamente estatístico.

Isso não nos dá um instrumento de trabalho, a não ser o da constatação. Essa forma de pensar o tratamento dos dados, do ponto de vista epidemiológico, coloca-nos numa outra posição.

Eu queria comentar, a partir do que foi situado, o quanto para nós é fácil identificar o que seria o tema específico da

saúde mental, das depressões e o quanto é difícil ter um pensamento que seja mais do que interdisciplinar, que aponte para a transdisciplinaridade, que é fundar campos novos. É disso que estamos tratando.

Outro desafio é fazermos isso sem “psicologizarmos” o tema.

Uma das questões difíceis não é interpretarmos o fato social desde a Psicologia, mas fazermos uma reflexão a partir daquilo, com alguns instrumentos das diferentes teorias da psicanálise.

O psicólogo social não substitui o sociólogo ou o antropólogo.

Estamos vivendo esse limiar o tempo todo. Devemos pensar o singular e a subjetividade, as relações que aí estão, sem perder de vista o nosso contexto, podendo tomar como um campo que está nos interrogando a produção de novas teorias.

Lembrei-me de uma situação que temos dentro da questão da política de combate à Aids. Desenvolvemos uma política que trabalha com a questão da redução de danos e fazemos a troca de seringas. Foi um “auê”. Foi muito complicado. Foi uma discussão muito difícil. Muitos psicólogos e muitas pessoas criticaram duramente essa iniciativa, principalmente as pessoas ligadas ao trabalho com álcool e drogas, que partem de um suposto absoluto da abstinência. Nós estávamos trabalhando de outra forma. De fato, é um trabalho dentro da saúde. Álcool e drogas são uma questão de saúde pública, não é uma questão dirigida aos

especialistas – e tem um atravessamento social que diz como estão as relações uma cidade. A forma de tratar sem produzir exclusão foi aceitar as pessoas na situação em que se encontravam. Com vão ter alguns paradigmas que até então eram as condições para que as pessoas fossem tratadas. É isso que temos que estar fazendo o tempo todo, ou seja, movimento no singular, mas tomando esses atravessamentos no sentido de que a realidade é maior do que algumas técnicas e abordagens que temos podido desenvolver.

COORDENADOR - Com a palavra a Carla.

CARLA PINHEIRO FRANÇA - Sou psicóloga e estou aqui em Salvador há dois anos. A minha área de atuação não é especificamente a saúde. Trabalho mais na área de assistência social, com infância e adolescência. É uma área que tem uma interface, a todo momento, com a educação e com a saúde.

Essa definição de problemas de saúde como necessidade e demanda de grupos sociais nos faz ter de desconstruir um pouco o modelo de construção do problema de saúde. São pessoas dizendo e demandando; não são dados estatísticos e registros. O fato da violência já estar sendo tratada do ponto de vista epidemiológico também não é surpresa, mas coloca-nos em uma situação de alerta. Qualquer política envolve destinação de recursos. Temos dificuldades na área da assistência social. A

violência sempre foi tratada na área da segurança e recentemente na assistência social, com algumas ações pontuais, mas sem política definida. Sendo tratada no âmbito da saúde, parece-me que há possibilidade de haver mais seriedade enquanto definição, contextualização, mas não como intervenção.

O perigo é que também nós, psicólogos, ao termos essa demanda na área da saúde, possamos estar ocupando esses espaços ainda com aquele olhar de tratamento, que a violência seja tratada do ponto de vista clínico, uma vez que tenhamos recursos

e políticas na área de saúde. Há necessidade de os psicólogos estarem pensando de que forma serão chamados quando a violência ficar claramente definida como problema de saúde.

Eu gostaria que você falasse um pouco sobre como vem sendo essa intervenção através dos Conselhos Municipais de Saúde do ponto de vista da definição de recursos. Podemos ter políticas e boas intenções, mas precisamos de vontade política e de controle social e de recursos. Esses recursos vêm sendo discutidos de forma geral? Aqui em Salvador temos esse prefeito que foi elogiado por uma política de paz, mas ele também destituiu, recentemente, um Conselho Municipal de Saúde, que não havia aprovado as contas e concluído que haviam sido destinados recursos para propaganda e desviados da saúde.

De forma geral, como tem sido a atuação dos Conselhos de saúde.

COORDENADOR - Estou sendo avisado de que haverá uma atividade aqui às 12 horas e 30 minutos e ainda há três pessoas inscritas. Talvez seja mais conveniente passarmos a palavra a Mesa para o encerramento. Enfim, as questões ficarão para uma outra oportunidade.

A Mesa sobre saúde e família será no sábado.

Hoje à tarde haverá uma Mesa sobre controle social, assunto tratado pela Carla.

PALESTRANTE - Pelo que vi do programa, há temas

recorrentes.

Só quero fazer um comentário, pois, pelo que entendi, houve apenas uma pergunta direta, que foi a da Carla. As outras pessoas contribuíram para a discussão.

processo de municipalização que já vem se desenvolvendo tem gerado a criação de conselhos no Brasil todo. No ano passado, o Ministério fez uma avaliação da prática social dos conselhos. Saiu até um livrinho que vocês podem ter acesso pela página do Ministério na Internet. Esse livrinho revela a extrema heterogeneidade da situação dos Conselhos de Saúde no Brasil inteiro. A participação social, como você mesmo exemplificou, depende muito da situação política de cada local. Então, há lugares em que o conselho é meramente formal, quer dizer, foi criado e há uma ata, porque precisava receber recursos, e há locais em que o Conselho é atuante, reúne-se todos os meses ou quinzenalmente, participa, discute. Os

conselhos de saúde, a meu ver, são um espelho da situação política.

Aqui em Salvador não é diferente. Se formos ver a situação específica do conselho, é isso. Tivemos um conselho que tinha uma atuação anterior e sempre se colocou como oposição à atual administração e essa administração, no momento em que foi renovada pelas urnas, tomou uma medida que é perfeitamente legal, ou seja, desconstituiu o conselho. Isso não é legítimo. A

grande discussão que se faz hoje em Salvador é que embora ele tivesse autoridade legal, porque cabe à autoridade executiva definir a composição do Conselho, ele não tinha legitimidade para fazer isso. Então, criou uma situação de confronto entre o Conselho e a Secretaria Municipal de Saúde.

Essa é uma questão muito específica na Bahia e foi denunciada na XI Conferência e na Conferência Estadual que aconteceu em novembro. Só não entrou no relatório porque havia uma decisão, da comissão de relatoria, de não colocar nome de políticos no relatório. A moção de repúdio ao prefeito não passou. O fato em si foi denunciado até como exemplo de abuso de poder administrativo. Isso acontece no Brasil inteiro.

Você falou da concepção epidemiológica. Quando trabalhamos a questão da violência, não é que estejamos monopolizando a questão da violência como uma questão de saúde pública e, daí, o enfoque epidemiológico. Não sei se entendi mal. É problematizada a violência como um problema social que exige um olhar interdisciplinar. Então, essa perspectiva

epidemiológica se soma. O programa de promoção da paz que existe em Salvador é interdisciplinar e modular e envolve o pessoal da área de Justiça, de segurança pública, do Departamento de Trânsito, da saúde, da educação, da assistência social, da iluminação pública. Sei disso porque tive o privilégio de ter treze alunos que eram funcionários das secretarias de governo do município no curso de planejamento no ano passado. Certamente

eles estavam trabalhando na operacionalização do plano. Agora, esse plano tem mil dificuldades para ser operacionalizado.

Hoje mesmo vou ter que ir a Valéria, periferia de Salvador, com meus alunos de graduação, tentar discutir alguma coisa para fazermos lá em Valéria. Levamos três semanas para conseguir um ônibus da prefeitura para levar os alunos até lá. Como conseguimos o ônibus para hoje, vou ter que sair rapidamente para ir a Valéria.

Adoro seminários, ainda mais quando não é de saúde pública.

COORDENADOR - Com a palavra a Lumêna.

DEBATEDORA - Vou pontuar algumas questões em relação ao que o Roger falou.

Acho que a preocupação do psicólogo é exatamente estabelecer um compromisso social que permita mudança.

Quero pontuar a questão dos Conselhos, Carla. O psicólogo tem um papel importante na qualificação dos conselheiros. Em São Paulo, temos feito um trabalho bastante interessante na discussão da qualificação, porque sem a qualificação fica complicado.

A última coisa, sobre o financiamento. É importante quando formos discutir equidade entre regiões e per *capita* nacional fazermos isso com muita seriedade. A Bahia, no ano passado, foi o

Estado que mais conseguiu aumentar os recursos, e sobraram trinta milhões no final do ano. No entanto, faltaram trinta e cinco milhões no teto de São Paulo. Acho que a discussão não é tão simples, não é Estado pobre e Estado rico.

COORDENADOR - Agradeço a todos pela participação.

Lembro que às 14 horas retomamos com os trabalhos do I Seminário Nacional de Psicologia e Política Públicas, com a Mesa *Psicologia e as Políticas Públicas em Educação*.

Muito obrigado a todos.

PALESTRA II
PSICOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

COORDENADORA: Carla Pinheiro França

PALESTRANTE: Romualdo Luís Portel de Oliveira

DEBATEDOR: Sérgio Antônio da Silva Leite

COORDENADORA - Vamos dar continuidade ao I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas.

Na parte da manhã houve duas mesas-redondas tratando das políticas públicas e das políticas públicas em saúde. O tema desta mesa-redonda é *Psicologia e as Políticas Públicas em Educação*.

Hoje pela manhã, os palestrantes e as pessoas que fizeram as intervenções travaram uma discussão muito rica. Todos pudemos refletir um pouco sobre as novas demandas que surgem para nós, psicólogos, na área de políticas públicas. Falou-se muito em políticas públicas e em saúde para todos. Falou-se, também, no conceito de problemas na área de saúde, de serem vistos hoje como atendimento a demandas, à necessidade de grupos. Acho que esse é o caminho das políticas públicas de uma forma geral.

A educação, juntamente com a saúde, faz parte de quase cem por cento dos programas de políticos de todos os partidos. Enfim, não existe um programa de político que não trate de saúde e de educação.

Para fazer a introdução do nosso tema, eu gostaria de propor um exercício que faço, quando trabalho com adolescentes, pensando no conceito de inclusão, em uma sociedade inclusiva. Falamos que queremos educação e saúde para todos, mas esse “todos” é o todos de cada um. A Lumêna falou um pouco sobre isso de manhã. Aquilo que entendo como sociedade norteia um pouco a minha prática. Ou seja, o “todos” de um pode não ser o “todos” de outro.

Eu queria que os presentes procurassem pensar, agora, no que significa “todos”, quando falamos em saúde e educação para todos. Eu vou falando alguns segmentos e vocês vão pensando se estão incluídos nesse “todos”. Empregadas domésticas, crianças, adolescentes, mulheres, soldados, pobres, filhos de políticos,

gordos, drogados, ladrões, vesgos, meninos de rua, surdos, negros, homossexuais, anões, ostomizados, servidores públicos, médicos, assaltantes, assaltantes de caixa eletrônico, policiais, desempregados, transexuais, trabalhadores rurais, evangélicos, população de rua, adolescente infrator, vaqueiros, professores, psicóticos, hermafroditas, soro positivos para o HIV, estupradores, velhos, brancos, índios, imigrantes, refugiados, psicólogos, cegos, crianças superdotadas, líderes comunitários, míopes, pessoas muito altas, jogadores de futebol, pagodeiro, pescador.

Poderíamos elencar uma série de outros. O que importa é que, se esquecemos de pelo menos dois itens, o nosso conceito de inclusão não contempla realmente a todos.

Passamos, agora, ao nosso tema. Eu tenho aqui a minha esquerda Romualdo Luis Portela de Oliveira, professor da Faculdade de Educação da USP, nosso palestrante, e à direita, Sérgio Antônio da Silva Leite, Conselheiro do Conselho Nacional de Psicologia e professor da Unicamp.

O palestrante terá trinta minutos e o debatedor, vinte minutos. A seguir, o palestrante disporá de mais dez minutos e haverá um debate com duração de trinta minutos.

PALESTRANTE

Inicialmente, eu queria agradecer ao Conselho Federal de Psicologia pelo convite. Na verdade, é um pouco o dilema de como fazer essa abordagem, porque, no fundo, sempre temos muito a dizer e é difícil organizar o tempo.

Para darmos um pontapé nessa discussão, considero importante pensarmos em quais são os condicionantes e a natureza das políticas públicas de educação na década de 90. A partir daí, temos possibilidade de perceber alguns dos desafios que têm de ser respondidos na política pública de educação nos próximos anos.

Para pensar um pouco no quadro das políticas públicas de educação no Brasil não vou me deter muito nessa parte e necessário mencionar alguns pontos para formar esse quadro. Que novas demandas a educação é chamada a responder num contexto de revolução informacional, de globalização econômica e de certa hegemonia da visão neoliberal de gestão do Estado? Como essas mudanças se refletem e condicionam as opções políticas existentes no Brasil? Vou tratar rapidamente de cada um desses pontos só para chamar atenção que uma parte do nosso debate tem que olhar para esses dois processos.

Quando falamos em globalização, uma série de temas nos vêm à mente, mas eu queria ressaltar um que tem sido razoavelmente difundido pela mídia, que é a mudança do perfil do emprego, como decorrência tanto da globalização quanto da

introdução de novas metodologias no processo produtivo. A primeira consequência desse processo no emprego é um tendencial desaparecimento do emprego típico da base técnica taylorista-fordista. O trabalho mais repetitivo, mesmo que permaneça em alguns lugares, é muito mais um reflexo de atraso econômico e tendencialmente ele some, porque o custo relativo da tecnologia diminui. Portanto, observa-se no mundo todo, e no Brasil já é um fenômeno bastante perceptível, que o número de empregados nas plantas industriais, mantido o produto, tem diminuído brutalmente. Então, há processos muito drásticos do emprego no setor industrial. Isso ocorre no mundo todo e no ABC paulista é bastante evidente. Isso significa que o tipo de trabalho que sustentou o desenvolvimento econômico durante praticamente quase todo século passado tendencialmente desaparece ou perde importância e tem de arrumar outros nichos para poder se alocar. Portanto, o emprego que subsiste e tende a permanecer é mais qualificado. Esse é um discurso bastante difundido pelos meios de comunicação.

No nosso caso, é muito diferenciado o tipo de implantação, de penetração dessas novas formas de emprego, mas é observável. Portanto, é possível reconciliar uma separação que, parece-me, era importante na determinação das políticas educacionais na base técnica anterior. Educação passa a ser uma parte importante do processo de formação da força de trabalho. Particularmente no setor industrial, o tipo de educação a que se podia recorrer era um tipo de educação que poderíamos chamar de

instrumental, quase um treinamento. O Senai é um bom exemplo. A educação não tinha muita importância real para a qualificação da força de trabalho ou, quando tinha, era no sentido de treinamento ou de formação profissional *stricto sensu*. A educação no sentido mais amplo do ponto de vista econômico só era necessária para a formação da elite. Ela não tinha importância do ponto de vista da qualificação da força de trabalho no sentido mais mecânico como a teoria do capital humano colocava. Acho que aí tem uma mudança de importância da educação no debate político mais geral.

Um exemplo que eu gosto sempre de mencionar é um processo que a Fundação Bradesco, o Instituto Herbert Levy e o Instituto Liberal fizeram no começo dos anos 90. Eles montaram grupos de trabalho, no período do Governo Collor a globalização está aí, as barreiras alfandegárias vão diminuir para definir como o empresariado deveria se preparar para se inserir no processo de globalização. Montaram diversos grupos de trabalho e um deles foi de educação. Como é que eles fizeram? Como sempre fizeram: discutiram educação profissional. O empresariado entrou na discussão com o seguinte pensamento: como é que eu faço para garantir a minha força de trabalho? Começaram a discutir educação profissional e, lá pelas tantas, abandonaram o negócio. "Isso aqui, para nós, é inútil hoje, do ponto de vista de longo prazo. Por quê? Porque há uma base técnica que muda muito rapidamente. Então, se trabalharmos com a idéia de que vamos ensinar um operário a operar uma determinada máquina e essa

máquina muda, tendencialmente, muito rápido, esse cara não nos adianta.” O resultado desse grupo foi ter produzido um documento que se tornou, talvez, marcante, do que seria a política educacional dos anos 90, do ponto de vista das elites no Brasil, chamado *Educação fundamental e competitividade empresarial*. Na verdade, tornou-se estratégica a formação geral, a velha formação clássica, humanista, com o fundamento dos conhecimentos nas áreas de matemática, ciências, português e uma segunda língua. Em vários discursos dos anos 90 vemos isso presente.

Nessa mesma lógica, a reforma do ensino médio, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, está na mesma linha. O que fizeram? Garantiram a formação média geral para todo mundo e a formação profissional *stricto sensu* se tornou complementar no mesmo período ou, então, posterior à educação média de natureza geral. Isso dá uma briga porque mantém a dicotomia entre a formação geral e a formação para o trabalho, mas, de qualquer forma, responde a uma novidade. Essa educação geral é a formação estratégica com os novos tempos. Esse é um ponto importante para compreendermos algumas das mudanças que acontecem do ponto de vista da demanda da educação.

Hoje debate-se muito na universidade o retardamento do processo de profissionalização para garantir, ainda, um tempo inicial do estudante na universidade numa formação geral, mais pluridisciplinar. No fundo, essa é uma tendência estratégica. Não adianta antecipar o processo de formação profissional

stricto sensu numa organização do trabalho que muda muito rapidamente. Temos que dar instrumentos para o indivíduo se readaptar, se amoldar às modificações que vai enfrentar no processo produtivo.

Na mesma linha, aquele documento da Unesco, *Educação Um Tesouro a Descobrir*, trabalha muito com esses conceitos, incluindo a idéia do aprendizado para a vida toda. Não vou me deter muito aqui¹ senão não chegarei ao meu objetivo. De qualquer forma, há uma mudança do ponto de vista da demanda por educação que é muito condicionada por essas transformações mais gerais decorrentes do processo de globalização econômica e de revolução informacional. O tipo de trabalho muda, a natureza de trabalho muda e o tipo de demanda para a educação também muda.

Agora, de qualquer forma, cria uma possibilidade interessante porque a educação, do ponto de vista estratégico¹ passa a ser a mesma para o empresariado e para os trabalhadores. Quer dizer, a educação geral conflui os dois interesses, que não era o que acontecia antes. Quando o empresariado falava da importância da educação no discurso anterior, estava falando da formação da sua mão-de-obra e, portanto, em cursos de baixa qualidade, do ponto de vista intelectual, muito instrumentais e de pouco acesso à cidadania, à cultura do tempo, à cidadania de sentido mais geral. Por isso, inclusive, no Brasil, o ensino profissional sempre foi associado como ensino de segunda categoria e ensino para pobre.

O segundo leque de questões, ainda para criar um quadro geral, que tem uma certa relação com isso e tem a sua especificidade que não podemos perder de vista, é que tivemos, no mundo todo, uma inflexão, no final dos anos 80 e no início dos anos 90, do ponto de vista político-ideológico. No Brasil esse fenômeno é bem nítido.

Eu gosto de usar um exemplo. Eu me lembro que, em 1988, quando se terminou a redação da Constituição, um dos debates que se fazia era se a esquerda deveria ou não assinar a Constituição. Em 1993, os mesmos setores que discutiram se deveriam ou não assiná-la estavam fazendo campanhas populares para manter as conquistas da Constituição. Por que isso ocorreu? Porque a correlação de forças mudou brutalmente no período de quatro anos. Aquilo que em 1988 era visto como uma vitória tímida em 1993 era uma grande vitória para a qual valia a pena se mobilizar para defender. Na área da educação isso é muito nítido. Se compararmos, por exemplo, o texto da Constituição, no que diz respeito à educação, com a LDB, que é de 1996, só vemos piora. Claro, a Constituição é, ainda, a definição dos grandes marcos e a LDB os regulamenta. Certamente, é um documento muito mais conservador do que o documento legal expresso na Constituição. Isso fica mais claro se pegarmos todos os projetos de LDB. Vamos perdendo coisas em cada um deles até a versão final.

Eu diria que o último grande documento, nessa linha do assenso de conquistas populares e de ampliações dos direitos que

têm relação com a área da educação, é o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. A partir daí, os documentos legais que dizem respeito à educação vão incorporando uma concepção bem mais conservadora. Há alguns ganhos, mas é uma visão do ponto de vista mais geral, pois não se está colocando no centro da questão a ampliação dos direitos sociais e da cidadania. Isso está bastante presente no texto da Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como todo tipo de documento legal, há problemas e contradições, mas contradições no sentido de ampliação de direitos, o que não é o que temos depois pelo menos em alguns aspectos.

Acho que temos que levar em conta esses dois elementos para pensarmos um pouco nas políticas educacionais na década de 90 e os desafios que elas nos trazem.

Tenho desenvolvido nos últimos anos uma tentativa de interpretação do movimento na política educacional no Brasil que tem uma similaridade muito grande com o debate ocorrido em outros países, mas com especificidades muito marcantes entre nós. Para facilitar a exposição, vale a pena sintetizar.

A grande característica das políticas educacionais nos anos 90 é a redefinição da polaridade entre centralização e descentralização num contexto muito grande de expansão das oportunidades de escolarização. Vou tentar esmiuçar um pouco as idéias. A primeira idéia é importante, porque condiciona muito as possibilidades de execução de política. Tenho um amigo que diz que é possível traçarmos a história da educação ou da

política educacional sem falarmos nos políticos, porque o administrador enfrenta uma falta de opção. Ele tem uma gama de problemas com os quais se depara e, se não responder a esses problemas, não consegue fazer o que quer que seja. Então, aquilo entra na pauta antes de qualquer outra coisa.

No Brasil, temos possibilidade de perceber isso com bastante clareza. Houve uma dinâmica de expansão da escolarização desde os anos 30. Em 1930, a nossa escolarização formal era praticamente inexistente. A estruturação do sistema era composta basicamente de escolas primárias, com um nível de atendimento da população bastante pequeno. Dos anos 30 aos anos 50, houve uma expansão muito grande do nível primário, num primeiro momento, e dos ginásios, depois, tanto é que se teve de erguer, nos anos 40, a barreira do exame de admissão, que significava uma grande barreira para a expansão do sistema. De qualquer forma, houve uma expansão muito grande das oportunidades de escolarização da população nesse período.

De 1930 a 1970 vivemos um período de quarenta anos de expansão das oportunidades de escolarização. Nesse período, basicamente a nossa política educacional era construir escola. Constrói escola e põe qualquer coisa lá dentro, porque é isso que a população está demandando.

Essa lógica de política educacional se manteve pelo menos até o final do anos 80. Quando se falava em defender a educação fala-se em construir escolas. Claro que há vários elementos que

permitem considerações a respeito, mas o fundamental é que essa política tinha eco porque faltavam escolas.

Já ouvi Secretários de Educação perguntarem, em plenários, o seguinte: “Qual de vocês tem o pai mais escolarizado?” O número de pessoas que levanta a mão é muito pequeno. De uma geração para outra, está se expandindo o número de anos de escolarização da população brasileira, tanto é que no final dos anos 80 atingimos, do ponto de vista global, estatístico, portanto, a universalização da escola fundamental. Na virada dos anos 80 para 90, ou, ainda, 91, ano do Censo, tínhamos, na escola fundamental no Brasil, a mesma população que lá deveria estar, ou seja, estava matriculada a população de sete a catorze anos. É claro que não eram todos os de sete a catorze anos que estavam na escola. Do ponto de vista de esforço do sistema, atingiu-se a universalização.

Ao longo dos anos 90, oferecemos mais vagas no ensino fundamental do que a população de sete a catorze anos. O ápice disso acontece em 1999. A população de sete a catorze anos era algo em torno de 28 milhões de habitantes. Em 1999, oferecemos 36 milhões de vagas no ensino fundamental, ou seja, oito milhões a mais do que a população de sete a catorze anos. Mesmo assim, ainda não tínhamos cem por cento da população de sete a catorze anos na escola, mas estava bem perto. Dois por cento estavam fora. Do ponto de vista histórico, é um feito.

O fato de haver 36 milhões matriculados, quando deveria haver 28 milhões se o sistema funcionasse, também reflete um

problema. Quer dizer, estamos pagando uma dívida social do passado porque a primeira forma de exclusão da escola entre nós foi não ter escola. Conforme a população vai conquistando acesso à escola, a escola vai criando mecanismos internos de exclusão.

Aí, desenvolve-se um fenômeno que se tornou bastante conhecido na literatura, que é a exclusão no interior da escola, a exclusão pelas múltiplas reprovações. No final dos anos 80 debateu-se a exclusão da escola, ou seja, se ela se dava por evasão ou por reprovação, quando se comprovou que a evasão era uma consequência de múltiplas reprovações.

Estou querendo chamar a atenção, como primeira grande característica dos anos 90, para o fato de que se ampliam as oportunidades de acesso à escola. Estou falando, neste momento, do ensino fundamental. No começo da década de 90 atingimos o oferecimento de vagas para cem por cento da população na faixa de sete aos catorze anos e mesmo assim ampliou-se a oferta, chegando a 36 milhões, em 1999, e a 33 milhões em 2000. Começou a cair. O que significa esse "começou a cair"? Significa que se está jogando para a frente aquela população que eram os múltiplo repetentes. Quer dizer, começa o processo de regularização do fluxo, fruto dos múltiplos programas, Brasil afora, de regularização de ciclo, de regulação de fluxo, progressão continuada. Podemos discutir do ponto de vista da eficiência, mas do ponto de vista de acesso significa ganhos bastante significativos, particularmente se olharmos numa perspectiva histórica. Essa é a primeira característica que tem uma

importância muito grande para pensarmos nos próximos anos. Por quê? Num contexto em que o perfil do mercado de trabalho e as exigências do mercado de trabalho mudam, havendo um processo que tendencialmente leva à universalização do ensino fundamental - e só a posse do diploma do ensino fundamental não garante coisa nenhuma em termos de mercado de trabalho - temos uma demanda de expansão do sistema crescente.

Vamos pegar, primeiro, o ensino médio. O ensino médio, no Brasil, no começo da década, atendia a três milhões e setecentos mil pessoas. Em 2000, atendeu a sete milhões e meio. Para atender a toda população na faixa etária dos quinze aos dezenove anos, admitindo um ensino médio de três anos, temos que oferecer dez milhões e meio de vagas. Significa que, sem contar com a população fora da faixa, na hora em que o fluxo do ensino fundamental está regularizado, temos que oferecer 10,5 milhões de vagas no ensino médio. Portanto, hoje, uma das grandes contradições que a política educacional tem que responder, independente do que a pessoa queira fazer, é: de onde vai tirar dinheiro para criar vaga no ensino médio?

São Paulo chegou a fazer sorteio, porque não tinha vaga para todo mundo. Fazia sorteio para ver quem ia para o ensino médio, porque não tinha vaga para todo mundo. E não dá para sustentar isso por muito tempo. Em um ano você faz isso, no outro, a população já está voando no seu pescoço e, depois, vai meter o pé na porta da escola. No Brasil todo há uma pressão social muito grande para expandir o ensino médio. Se não

expandir, temos um espaço de mobilização muito forte. Estamos crescendo muito na oferta do ensino médio, mas estamos em defasagem em relação à população ideal. Não tem vaga para todo mundo, se todo mundo demandar a escola.

Ocorre, então, um fenômeno muito interessante. No começo da década, de cada cem crianças que iniciavam a escola fundamental, vinte e duas chegavam a oitava série, ou seja, a seletividade dentro do ensino fundamental era muito grande. Com esses mecanismos, que podemos até chamar de artificialização da reprovação, enfim, de tendencial regularização do fluxo, em 1999, chegamos a 65% de conclusão no ensino fundamental e não está longe de irmos aos 100%. A rede de ensino médio não está crescendo na mesma proporção. Vejam, o cara tem o diploma do ensino fundamental e quer matricula no segundo grau. Há, então, uma pressão de expansão muito grande.

A segunda pressão que já está começando e vai aumentar nos próximos anos é pela expansão do ensino superior. O sistema, no Brasil, funcionava por uma oferta insuficiente e por um gargalo no ensino fundamental. Quando se destampa esse gargalo, a pressão sobre os níveis superiores aumenta muito e o sistema não está equipado para expandir a oferta. Portanto, há uma contradição aí.

No começo da década de 90, havia um milhão e meio de estudantes universitários; em 1998, tínhamos dois milhões e cem mil e estamos, agora, na faixa de dois milhões e meio. Está crescendo.

Qual foi a grande política de expansão? Se pegarmos 1968, que é ano do ápice da crise dos excedentes na universidade, tínhamos trezentos mil estudantes universitários. Naquela época, dois terços estavam em escolas públicas. Hoje é o contrário: praticamente dois terços estão em escolas privadas. O que os militares fizeram para expandir o ensino superior? Criaram as condições para a expansão da escola privada. Então, passamos de trezentos mil para dois milhões e trezentos mil, multiplicamos por sete o número de estudantes universitários, em trinta anos, basicamente pela iniciativa privada, oferecendo cursos de baixa qualidade, mensalidades compatíveis com os setores da classe média baixa, que pagavam mensalidade relativamente baixa e recebiam serviço de qualidade duvidosa. Não se pode mais fazer isso.

Quem é essa nova leva que faz a pressão agora? Eram os historicamente excluídos da escola. Se fizermos uma correlação, quem eram os excluídos da escola que reprovava muito no ensino fundamental? Os setores mais pobres. Portanto, são os setores mais pobres que passam a atingir os níveis superiores. Agora, são tão pobres que não conseguem tirar dos seus rendimentos dinheiro para pagar uma escola privada de ensino superior de péssima qualidade. Então, onde eles vão fazer a pressão? Na escola pública. Por isso há, nos últimos anos, uma pressão muito grande para relativização dos critérios de ingresso nas universidades públicas. O debate das vagas para estudantes oriundos da escola pública reflete exatamente essa contradição.

Ou seja, é uma população que começa a ter o diploma do ensino médio, quer ir para o ensino superior, mas não pode ir para o ensino privado. Então, vai pressionar para ingressar na escola pública, usando as armas que têm. Uma das armas é: o vestibular é um jogo de cartas marcadas para essa população. Portanto, ela vai querer passar por fora do vestibular e usar outros critérios, quer dizer, reserva de vagas, o debate das quotas.

Na USP, neste ano, teve um mês de acampamento do Movimento dos Sem-Educação. Eles nem chegaram a prestar o vestibular. Eles diziam: "Queremos estudar aqui. Esse negócio de vestibular, para nós, não interessa. Queremos entrar." Esse é um negócio interessante porque, se pegarmos a correlação de candidato/vaga por curso, em algumas áreas está explodindo a demanda. Por quê? Onde está crescendo muito a demanda candidato/vaga nos vestibulares? Nos cursos de meio período, em primeiro lugar. Por exemplo, presto vestibular para Medicina e entro, dou um jeito de entrar. Não consigo fazer a escola de tempo integral porque preciso trabalhar.

O nosso curso de Pedagogia tem uma atração para a população de baixa renda, porque pode ser feito em meio período, a empregabilidade é muito rápida. Embora o salário não seja grande coisa, é um salário. Dobramos a demanda de 1995 para 1996. Em três anos aumentou por dois a nossa relação candidato/vaga. Em outras áreas, às vezes não se sente isso. Nos cursos de formação de professores, há aumento de demanda; há uma pressão muito grande por expansão de cursos noturnos das

escolas públicas, exatamente porque seria o curso do aluno-trabalhador.

Na verdade, essa dinâmica de pressão por expansão está gerando demanda, do ponto de vista da ampliação da oferta, que estava longe de passar pela cabeça dos nossos neoliberais. Quando eles trabalhavam com a idéia da regularização do fluxo, estavam pensando em como economizar. A Rose Neubauer, Secretária de Educação de São Paulo, em 1995, quando assumiu, falava: "Temos dois ou três milhões de reprovações por ano. Temos, portanto, um prejuízo de 10 milhões por ano em virtude das reprovações. Portanto, se a reprovação diminuir, eu economizo."

Essa é a lógica de contador. Qual é o problema? Mesmo que diminua artificialmente a reprovação, as pessoas não saem do sistema. Elas querem continuar estudando. Então, há uma demanda por expansão dos níveis posteriores e há uma contradição de natureza nova: o cara sabe que não está aprendendo. Ele sabe que está sendo empurrado para a frente. Portanto, cria-se as condições políticas para disputa pela qualidade. Como se resolvia isso? O cara desistia. A escola está boa e o cara é ruim. Depois de reprovar várias vezes, ele vai embora. Esse é universo ideológico em que a escola estava montada.

Ora, se o cara está lá dentro, fica um tempo lá e não aprende nada, temos que enfrentar a questão da qualidade e não podemos penalizar a vítima por isso. Portanto, começamos a ter base material para uma disputa política pela qualidade de

ensino. Uma, que é divertida, não dá em nada ainda, mas é divertida, são os processos na Justiça contra o Governador ou contra o Secretário de Educação que emite um diploma de primeiro grau, sendo que o aluno não tem os conhecimentos correspondentes. Se o cara tem um diploma, documento público que tem validade jurídica, dizendo que o cara tem e o cara não tem aqueles conhecimentos, é uma atitude fraudulenta, ou seja, pode-se processar o Secretário de Educação por emitir diploma falso, não é? No fundo, no fundo, é uma boa escaramuça para entrar na discussão da qualidade. O cara tem direito à qualidade mas ele não tem essa qualidade. Esse é um debate que só aparece quando o cara está na escola. Antes, a escola era de boa qualidade e o cara é que não passava.

Sei que há contradições. Não tenho dúvidas de que essa coisa da promoção automática tem contradições do ponto de vista pedagógico, mas cria desafios de natureza nova e cria um desafio real para a escola, porque a escola nunca soube trabalhar com as crianças de camadas populares, sempre se acomodou com a história de botá-las para fora. Quando elas estão lá e vão ficar lá, a escola tem que enfrentar o desafio do aprendizado de uma maneira nova.

Eu brinco muito com o professor que usava como recurso para garantir a quietude o seguinte: "Fica quieto, senão você ganha ponto negativo, nota baixa e tal. Ou você fica quieto ou não passa." A situação mudou. Ficando quieto ou não ficando, o cara vai passar. Então, ou você arruma um outro jeito de

distrair esse cara ou ele vai incomodar e, no ano seguinte, ele estará na série seguinte. Ou seja, esse “recurso pedagógico” vai para as calendas e, portanto, a escola tem que se repensar enquanto ambiente de ensino e de aprendizagem.

Já esgotei o meu tempo. Pelo menos consegui desenvolver essa primeira parte da minha argumentação. Há uma expansão de oferta que gera problemas de natureza nova e é bastante instigante para pensarmos a respeito.

A segunda parte eu vou apenas enunciar: ao longo dos anos 90 criou-se um processo de descentralização da gestão e do financiamento, ou seja, isso está sendo jogado tendencialmente para a comunidade, e centralizou-se os mecanismos de avaliação e de definição dos parâmetros pedagógicos, exatamente o contrário do que era a dinâmica de 70. Em 1970, o que estava centralizado? A gestão e o financiamento. O financiamento era centralizado, inclusive com a presença efetivamente maior da União no financiamento propriamente dito, e a escola lutava por autonomia para desenvolver o seu projeto pedagógico. Hoje, inverte-se. O discurso da autonomia é generalizado. O Governo diz: “Você tem autonomia para fazer o que quiser, mas eu vou avaliar a escola. Nesse exame que eu vou fazer, usarei os parâmetros curriculares que eu defini. Você pode fazer o que quiser. Agora, se você não responder a isso, você está ‘frito’.” Portanto, há um mecanismo de centralização pedagógica. A escola pode se virar para arrumar dinheiro – “amigo da escola, parente,

tio, não sei o que lá e o Estado vai se retirando, não se fala da privatização.

Para não ser muito indisciplinado, vou encerrar por aqui.

COORDENADORA - Passa a palavra para o Sérgio, a fim de que faça as suas considerações.

DEBATEDOR - Estou entendendo que o papel do debatedor é trazer para a Mesa algumas idéias que façam a ponte entre nós, psicólogos, e essa realidade que o Romualdo está apresentado, apesar de não termos conversado. Não tivemos a oportunidade de trocar idéias.

Na realidade, as coisas não estão tão fáceis. Eu estava tentando montar uma fala que nos motivasse a um debate que trouxesse um pouco essa questão de como nós, enquanto profissionais, que atuamos na área de educação, ficamos diante dessa realidade. Estou pensando na atuação profissional, mas não em qualquer atuação profissional. Estou pensando num tipo de atuação que é desenvolvida numa perspectiva de luta política que ocorre dentro da escola visando à construção de uma sociedade mais justa, quer dizer, uma ação que não lute apenas por emprego, mas por uma forma de construir, enfim, uma sociedade mais justa através do seu trabalho.

A primeira idéia que me vem à cabeça não é tão otimista. Quando olho a história dos psicólogos com relação à educação ainda percebo uma história complicada. A educação, sabemos,

historicamente não tem sido uma área de atuação para nós, e isso quem fala são os dados. Nunca me esqueço de um primeiro levantamento que o Conselho Federal fez, em 1988, que gerou um trabalho que foi marcante, chamado *Quem é o psicólogo brasileiro*, que colocava a educação como terceira ou quarta área. A escola era a terceira área de atuação principal, com 12% dos psicólogos dizendo que faziam alguma coisa ali. O mais triste é que quase metade desses 12% fazia dobradinha com alguma outra área, geralmente clínica. Mesmo o pessoal que atuava lá não tinha uma atuação integral. Parece-me que essa realidade não mudou muito.

Mais tarde, em 1992, houve um novo levantamento do Conselho Federal, onde esse quadro se repete. Recentemente, em 1995, o Regional de São Paulo fez um levantamento e o dado, em relação a 1988, piora, porque apenas 8% dos profissionais disseram realizar algum tipo de atividade na escola.

Quando olhamos mais de perto o que essa pequena parcela que atua na escola faz, aí a coisa complica mais ainda, porque os dados mostram que das dez atividades mais citadas sete são basicamente atividades que vieram da clínica psicológica, tipo: diagnóstico, distúrbios de aprendizagem, testes etc. Estou me baseando no trabalho do CFP. Apenas três atividades podem ser chamadas essencialmente de educacionais: projetos educacionais, avaliação de currículo e acompanhamento de pessoal, assim mesmo um termo meio vago. Montei esse quadro, Romualdo, porque

estamos falando para uma categoria que não tem uma história de atuação.

Fiz um trabalho para os alunos de Guarulhos. O que vi dos dados, em São Paulo, foi um crescimento violento, na última década, da área de saúde. Ou seja, os psicólogos que atuam em hospitais e ambulatorios são 5%, e há dez anos não apareciam nas estatísticas. Obviamente, isso não exclui que discutamos as questões. Estou tentando trazer dados de realidade, sem falar no outro lado do nosso trabalho que é a partir de que idéia os psicólogos têm atuado em educação. Não vou repetir, mas é basicamente uma atuação centrada no modelo médico que, via de regra, culpabiliza o aluno e tende a colocar o fracasso ou o sucesso em função de causas puramente subjacentes. De uma forma, o sistema está protegido por essa forma de agir, reproduzindo na escola o modelo muito copiado do que chamo de clínica tradicional ou individual, que conhecemos bem. Sabemos que, historicamente, esse modelo vingou, porque caiu como um luva para um sistema baseado numa concepção liberal de homem, em que sucesso ou fracasso se deve única e exclusivamente ao indivíduo.

Isso nos tem levado, com exceções, é óbvio, a uma atuação visando, basicamente, à adaptação do indivíduo ao sistema escolar e frequentemente trabalhando em cima de uma concepção inatista, que acho extremamente complicada.

O agravante desse quadro é que todo esse modelo teórico foi reproduzido pelos nossos currículos. Os trabalhos que já

fazíamos nos anos 80, de análise de currículo, mostravam isso. Via de regra, eram essas as idéias discutidas pelos alunos. Esse é o quadro que, acho, ainda não mudou. Ainda tenho uma visão meio pessimista porque os dados que consulto mostram esse tipo de tendência. Como nos propomos a discutir um pouco, chegando a relação do psicólogo com a educação, acho que alguns pontos de agenda necessariamente têm de ser abordados.

O primeiro deles é a questão do papel da escola. Não podemos pensar no profissional que vai atuar na área da educação sem estar levando uma discussão sobre “Afiml, o que é a escola?” Sabemos que a concepção que temos de escola varia, variou e, dependendo do ângulo que vemos, vamos ter uma concepção. Nunca me esqueço como foi importante para mim, no final dos anos 70, conhecer o trabalho da Barbara Freitag, naquele livro *Escola, estado e sociedade*, em que ela mostra como, historicamente, veio mudando a concepção de escola em função dos vários momentos históricos. Ela vai mostrando que, na época, estávamos com uma concepção de escola como mecanismo plenamente adaptativo ou, então, uma crítica violenta da escola enquanto mecanismo de reprodução, a concepção reprodutivista da escola. Não tínhamos, talvez, há vinte ou trinta anos, uma perspectiva de escola enquanto confronto, enquanto espaço civil no qual ocorre o confronto como qualquer outra instituição civil. É sobre isso que estou falando. Temos que estar discutindo o papel da escola para poder entender que essa também

é uma forma que temos de construir uma sociedade nova, diferente e mais justa, desde que conheçamos, para poder interferir.

O segundo ponto de agenda, no qual os psicólogos não podem deixar de pensar, é quais são os grandes desafios que se colocam para a escola hoje. Estou partindo do pressuposto de que a luta pela escola pública é fundamental, é básica. A defesa da escola pública e gratuita é básica. Isso ainda diz pouco. Temos que avançar. O grande desafio que ainda temos que enfrentar diz respeito à democratização da escola. Embora o Romualdo tenha mostrado um lado muito interessante, que é a expansão da escolarização, isso não pode ser confundido com o sistema que se democratizou. Temos indícios muito claros de que esse sistema tem muito o que caminhar.

Afinal, o que seria uma escola democrática? Temos inúmeras dimensões a considerar neste quadro, mas eu gostaria de tratar de pelo menos três. Escola democrática implica três dimensões que me parecem fundamentais.

A primeira eu vou chamar de dimensão quantitativa. É importante ter escola para todos, sim, mas, mais importante ainda, é que sejam criadas condições que garantam a permanência do aluno na escola. O nosso grande problema, hoje, não é mais a reprovação, mas, sim, a evasão. Trago dados de São Paulo. Inclusive, há orientandos que estão mexendo com isso. O nosso grande problema, por exemplo, na quinta-série, é o altíssimo nível de evasão, o que funciona como mecanismo de exclusão. O problema da permanência do aluno na escola passa pelo

enfrentamento do que alguns autores chamam de fatores interescolares que funcionam como verdadeiros mecanismos de exclusão. Por exemplo, sistema de avaliação. O sistema de avaliação tradicional é um sistema de exclusão, sim. É a maneira pela qual a escola, de alguma forma, exclui aqueles alunos que não se enquadram nas normas esperadas ou não têm um desempenho esperado. Então, a dimensão quantitativa é séria e envolve muito mais coisas do que a mera expansão do sistema.

A segunda dimensão é o que vou chamar de dimensão qualitativa, ou seja, o que se aprende e o que se ensina na escola. Esse é um problema sério porque diz respeito a objetivos e conteúdos. Essa sempre foi decisão de natureza ideológica. Decidir o que ensinar, seja em termos de currículo, seja em termos de objetivos gerais, a nível de cursos concretos, lá na escola, nunca foi uma decisão técnica. Sempre foi de natureza ideológica. O que se ensina em Língua Portuguesa e em Matemática não é uma questão técnica.

É óbvio que quando se analisa o que a escola tem ensinado percebe-se que tradicionalmente a escola -isso é muito marcado da quinta-série em diante -foi sempre utilizada em função do projeto de minoria. A escola sempre teve os seus conteúdos definidos em função do vestibular. Esse é um problema que ainda persiste. E recente a introdução da discussão na questão da cidadania, que tipo de gente queremos formar.

A dimensão qualitativa, para mim, é uma segunda grande questão que se coloca em termos de agenda para discussão.

Uma terceira dimensão que eu colocaria diz respeito às relações internas. Entendo, hoje, que é possível ter uma escola eficiente se as decisões de poder internas não forem descentralizadas. Vou dar um exemplo típico na minha área. Pesquiso leitura escrita há anos. Hoje está muito claro que qualquer possibilidade de a escola avançar num projeto depende muito menos de construção de proposta pedagógica e passa muito mais pela necessidade de novas formas de relacionamento interno. Não basta que tenhamos bons docentes, é preciso que esses docentes se organizem em função de idéias comuns, que realmente construam projetos. A quebra da idéia de que a educação é um trabalho isolado é fundamental. Não consigo entender uma escola democrática sem que essas coisas ocorram. O que significa a construção de formas de organização interna mais democráticas? Tudo isso que estou falando, obviamente, exige compromissos. Estou levantando essas questões para profissionais que pretendem trabalhar ou que atuam na escola numa perspectiva avançada em termos políticos.

Apesar da crítica que tenho feito aos psicólogos, tenho uma visão mais otimista do que pessimista.

Para esses três desafios que se colocam na escola, entendo que a Psicologia, enquanto área de conhecimento, tem uma contribuição inestimável. Temos um conhecimento acumulado que sem dúvida é fundamental para que a escola supere os seus problemas de nível quantitativo, qualitativo ou de relações internas. No entanto, hoje é muito claro para mim que a

Psicologia se coloca na educação enquanto área auxiliar e não enquanto área central. Fico muito preocupado quando vejo profissionais que acabam reduzindo o trabalho do professor a uma opção teórico-psicológica. Estou pensando nos pontos de vista que, no meu balanço hoje, fizeram muito mais mal do que bem, não por causa da teoria, mas pela maneira desastrada com a qual entraram na escola carregando as suas idéias sobre essas teorias.

Então, isso é importante porque temos que estar participando do movimento da educação. Eu acho que temos o que dizer. O psicólogo é um profissional que pode ter um papel fundamental na medida em que consegue superar os seus modelos tradicionais de atuação em favor de uma postura mais de democratização do conhecimento. A grande tarefa que caberia ao psicólogo é possibilitar ao educador o acesso a esse conhecimento que é fundamental para ele poder desenvolver a sua prática dentro da escola. É óbvio que estou falando em tese, não estou pensando em atividades concretas. Entendo que colocar o conhecimento à disposição dos educadores, implica, obviamente, começar a buscar formas de atuação numa perspectiva de planejamento, preventiva, interdisciplinar, enfim, marcas que não podem ficar apenas no discurso vazio, tendo que ser transformadas em práticas.

É óbvio que tudo isso depende da superação do que vou chamar dos modelos tradicionais e de nos assumirmos enquanto educadores e, ao fazer isso, assumir toda a briga que se coloca

hoje dentro da educação na perspectiva de uma área realmente que tenha um papel político mais forte.

A minha última fala diz respeito à atuação das instituições, conselhos e sindicatos. Eu acho que deixamos de caminhar na área. Já vivi uma época de conselho e de sindicato, não sei se os meus colegas concordam, em que estivemos mais presentes enquanto categoria, através das instituições, na discussão das questões educacionais. Não sei bem por que isso ocorreu. Tenho algumas hipóteses. Acho que temos que resgatar esse espaço e estar mais presentes na discussão a nível nacional e a nível estadual. Cheguei a trabalhar um pouco nessa idéia em São Paulo, nos últimos anos, e em nenhum momento vi a presença de quaisquer entidades discutindo ou participando das questões da área de educação. Demos um salto enorme na área de saúde, mas a educação ficou meio capenga.

Precisamos repensar isso.

COORDENADORA - O Romualdo terá mais dez minutos e depois abrimos o debate.

PALESTRANTE - Quando conceituamos o que é democratização da educação, em geral trabalhamos com três idéias embutidas: democratização do acesso, do sucesso e da gestão.

Claro, não vamos pensar que é primeiro isso, depois aquilo e depois aquilo outro. Um grande obstáculo para a

democratização da educação entre nós, do ponto de vista social, sempre foi a questão do acesso. Inclusive para pensarmos a questão do sucesso ou da permanência, temos que ter o acesso. É muito interessante dialogarmos com certas pessoas que vêm, às vezes, com certo discurso saudosista: “No meu tempo a escola era boa.” Claro que era boa. Costumo sempre usar um exemplo. O Estado de São Paulo, hoje, só nas redes públicas, tem seis mil ginásios, o equivalente a ginásios. Em 1930, tinha três e todos eram públicos. Portanto, é óbvio que aqueles três eram excelentes. Por quê? As crianças do Estado todo que conseguiam fazer uma escola primária e podiam pagar um professor particular para se submeter a um exame de admissão a esses ginásios, evidentemente eram de boa qualidade, eram bons alunos. O nosso desafio é garantir a qualidade para todos.

O primeiro foco para o qual eu quis chamar a atenção e: vamos discutir qualidade quando tem todo mundo na escola. Acho que estamos chegando perto dessa situação. Ai eu ia pegar essa coisa de garantir a permanência.

De maneira mais geral, o que é garantir o aprendizado na escola? É um negócio complicado. Não vou entrar a fundo no que significa o aprendizado do ponto de vista pedagógico, porque não é a minha área. Vamos tentar pensar nisso enquanto política. Acho que daí tenho algumas observações a fazer. Envolve duas coisas: primeiro, para garantir a qualidade do acesso da população à educação, quanto eu vou gastar e como vou saber se estou gastando certo ou se está sendo atingida essa qualidade.

O Sérgio mencionou um dos instrumentos de medida da qualidade da educação que talvez tenha mais legitimidade social e é um dos mais discutíveis, que é o vestibular. Quando você diz que aquela escola é boa, por que ela é boa? Porque ela aprova bastante no vestibular. Essa idéia está introjetada, do ponto de vista social, enquanto um critério de qualidade. E uma idéia profundamente discutível, mas tem legitimidade social. Tem escola particular, por exemplo, que se legitima dizendo: "Nossos alunos passam no vestibular".

O Governo Federal, nos últimos anos, tem lançado mão de uma multiplicidade de instrumentos de avaliação do sistema. Do ponto de vista de análise macro, é um problema relevante. Não tínhamos tradição, no Brasil, de perguntar: "Como está a nossa educação." Estamos ensinando, não estamos? Acho que tem esse mérito de colocar na praça o debate de como é que fazemos uma avaliação do ponto de vista sistêmico. Eventualmente, se estou numa escola, sei como ela está. Enquanto política pública, tem que se pensar no conjunto.

Bom, o mérito acaba aí, porque ele lançou mão de uns instrumentos que acabam simplificando o debate e às vezes é mais fácil ficarmos com o problema do que com a falsa resposta. Às vezes é melhor dizer que não sabemos o que fazer, mas está aqui para pensarmos, do que dizer que vamos fazer de determinado modo.

Basicamente, os instrumentos que têm sido lançados são testes cognitivos de aprendizado dos alunos dos diferentes

níveis. Mesmo que os desenhos e os tipos de avaliação sejam diferentes, o SAEB Sistema de Avaliação do Ensino Básico, o ENEM Exame Nacional do Ensino Médio e o Provão partem da idéia de que, se fizermos um exame sobre as crianças num determinado momento, vamos ter informação sobre a qualidade da educação que essas crianças tiveram. E uma idéia bastante simplista porque desconsidera, em primeiro lugar, uma variável fundamental nesse debate que é a contribuição inicial da família. Em que medida não estou embutindo na avaliação da escola a contribuição da família? Sobre isso já temos conhecimento acumulado que nos diz o seguinte: dependendo do meio cultural em que a criança está inserida, o aprendizado dela às vezes independe da escola. Portanto, se vou avaliar o sistema com exame e não levo em consideração isso, naturalmente já estou enviesando, e o meu instrumento, como medida, não é bom.

o vestibular define quem entra onde. Bom, faço um exame, no final, parecido com o vestibular. Ora, evidentemente, quando faço esse exame no final, não estou avaliando só o processo de aprendizado que esse jovem teve entre o vestibular e depois. Está embutido, ali dentro, o conhecimento anterior, a diferença já existente anteriormente. Portanto, enquanto instrumento de medida, ele é enviesado. No fundo, no fundo, o que fica enquanto debate para discussão de avaliação é: reconhecendo a necessidade de uma avaliação do ponto de vista de sistema, como fazê-la de tal maneira que não se dê uma falsa resposta para um problema relevante? Essa é a primeira questão.

A segunda questão, que me parece mais complicada do ponto de vista de política, é: feita a avaliação, o que faço com ela? Há basicamente dois modelos de ação. Eu costumo sempre opor a lógica americana e a lógica inglesa, porque, primeiro, elas são de Primeiro Mundo e o debate tem cinquenta anos. Aqui, chegou na década de 90. Nos Estados Unidos, há um mecanismo de avaliação do sistema para definir as populações ou os grupos sociais que vão receber atendimento preferencial. Esse mecanismo tem quase oitenta anos. Eles utilizam o mecanismo de avaliação de sistema para definir quem merece mais atenção. Portanto, trabalham com uma idéia de que isso seria um instrumento balizador da política pública para redução de desigualdade. Por isso há as políticas de atendimento específico para população negra, para população hispânica. Nesses testes sistêmicos, descobriu-se que eles têm um desempenho médio nesses tipos de testes pior e, portanto, merecem atenção prioritária e tem de haver programas específico para que essas populações entrem em grau de competitividade com os outros. É uma lógica social-democrata.

A lógica da reforma da Thatcher era exatamente o contrário. Era a de não premiar o preguiçoso. Vamos dar mais dinheiro para quem está melhor, vamos premiar a competência. Portanto, o que acontece? Trabalha numa lógica de expansão da diferença.

Tem um debate relevante aí de como medir. Mesmo assim, utilizando os instrumentos de medida existentes, que são

discutíveis mas estão aí, o nosso problema maior é que não botaram na mesa, ainda, o que vão fazer com esses instrumentos de medida. As amostras que temos, tímidas ainda, são no sentido de uma opção à Thatcher. Um exemplo que tivemos, no ano passado, foi da Secretária do Estado de São Paulo. Na verdade, ela foi pega com a boca na botija, porque não estava aplicando todos os recursos que deveria. Para não sofrer um processo no ano seguinte, pois tinha uma sobra de dinheiro, ela resolveu dar um abono para os profissionais do magistério no final do ano. Qual foi o critério que ela usou? Quem faltava menos e os diretores e os professores das escolas que tinham desempenho melhor no instrumento de medida que ela definiu. Ou seja, foi mais dinheiro para quem estava melhor no instrumento de medida. Portanto, em princípio, estava trabalhando com uma lógica absolutamente competitiva e o Estado simplesmente legitimou a desigualdade já existente. Temos explorado pouco essa faceta do debate da avaliação. Tudo bem, mesmo que não saibamos como avaliar melhor, os instrumentos de avaliação que temos têm de subsidiar políticas e ações para reduzir a desigualdade e não para ampliá-la.

No nosso caso, a literatura utiliza-se três grandes focos para olhar a desigualdade: a desigualdade de classe, de gênero e de raça. Entre nós, a desigualdade de classes é evidente. Com essa distribuição de renda que temos, teríamos que ter, via educação, políticas para as populações mais pobres.

Desigualdade de raça. Também a nossa população negra é sistematicamente prejudicada dentro do sistema educacional. De gênero não é. Neste caso, a situação típica é de opressão masculina. As mulheres têm desempenho médio, na educação, melhor do que os homens, no Brasil. Enfim, de qualquer forma, políticas diferenciadas para população negra e pobre já temos, nas elas se confundem, pois estão associadas com trabalho. Os meninos têm mais oportunidades de trabalho, que são contraditórias com a escola do que as meninas. No caso das meninas, pelo menos até uma faixa etária, o trabalho doméstico pode ser compatibilizado com a escola.

Era isso que eu tinha a dizer para introduzir um pouco a discussão da avaliação. Não vou falar do financiamento.

COORDENADORA - Vamos dar início às discussões, estabelecendo três minutos para cada participante.

Está inscrito o Roger e o Manoel.

ROGER -A discussão está muito boa, principalmente porque estamos tratando de um tema primordial em nossa vida, que são as políticas públicas.

Eu já tinha feito uma abertura hoje de manhã falando da democracia e da democratização, que veio dos gregos, que estabeleceram o que é público e o que é privado.

Agora, a minha preocupação maior, quando tratamos da questão do legal, é que envolve a questão da Seguridade Social

em si. Vamos pegar Previdência, Saúde e Assistência. E a questão da Constituição, com regras estabelecidas e instituídas.

Temos que entender que, além do que é legal, existe o que é legítimo. São duas condições diferentes para se fazer política. Uma é instituída, é regra, é norma e é lei. Outra coisa é ser legítimo. Por exemplo, no caso da saúde mental, a lei do Cabral, por exemplo, sabemos que ela não atinge a questão da saúde mental, porque não podemos dizer que existe neste país, hoje, uma reforma psiquiátrica. Não existe. Existe no ponto de vista de que toda uma sociedade se mobilizou para mudar serviços substitutivos, mas a Psiquiatria, em si, não mudou os seus conceitos. Quando se mudam os serviços substitutivos, tem que se mudar, também conceitos, aqueles conceitos que carregamos debaixo do braço, naqueles livros de tratados de Psiquiatria. Isso é muito sério para tratarmos dessa questão.

Há uma outra questão que eu queria trazer em termos de políticas públicas. Quando falamos no que são os direitos humanos, no que são políticas públicas e nos perdemos nesse contexto, temos que trabalhar questões de poder e de desobediência. Isso é muito sério e faz com que cada um de nós, psicólogos, que temos um certo compromisso social, pensando na perspectiva dos conselhos e em enfrentamento político no caso da Fenapsi, por exemplo, enfrentamos políticas neoliberais - tenhamos que enfrentar tudo isso.

No caso do poder, temos gestores, gestor e ordenador de despesa, que pega de fundo a fundo e investe, e não se faz

política sem dinheiro. E impossível fazer política sem dinheiro. O Sr. Fernando Henrique está lançando agora a questão do voluntariado. Todo mundo tem que ser voluntário, trabalhar de graça. Junta um bocado de gente que nem sabe o que é política de vida, nem a política da vida dela ela sabe. Então, bota um remendo daqui, paga com o próprio dinheiro e vai surgindo essa gama de voluntariado. Não sabem como é fazer política e vai mantendo a mesma gosma que está instalada neste país. Cuidado, gente, com essa questão de voluntariado que é muito séria.

Do lado do gestor, temos a sociedade civil. A nossa grande cartada é a sociedade civil se organizando, quer seja nos conselhos, quer seja nas comunidades de base, em qualquer instância, desde que não seja voluntário. Além do compromisso social devemos ter o enfrentamento político das políticas perversas que vêm lá de Brasília. Os programas "Roda Moinho" e bolsa não sei de que são paliativos no sentido de amenizar, pois poderíamos estar fazendo muito mais do que isso tudo.

A Psicologia, no momento em que tem certeza e sabe muito bem que trabalha questão da escuta, de mudar da posição, do descentramento, do distanciamento, tem que começar a se envolver muito mais, talvez, do que um compromisso social. Temos que enfrentar políticas perversas que são manipulatórias, mentirosas. Como disse Fernando Henrique uma vez, essa é uma categoria não essencial para retirá-la do PSS e para retirá-la, inclusive, da essência do SUS e de qualquer movimento de políticas públicas. Não, o que o psicólogo faz não é aquilo que

fazemos, que é medicamento, porque tem um bom relacionamento com as grandes produções farmacêuticas.

Depois, para concluir, vamos começar a trabalhar a questão da mobilização da periferia para o centro, até nos colocarmos nas questões das políticas públicas realmente do ponto de vista das prioridades dessas políticas.

COORDENADORA - Com a palavra o Manoel.

MANOEL Sou professor de Psicologia Social.

Eu queria me juntar com o Sérgio quando ele coloca que vamos ter que falar aqui em uma prática de Psicologia que tenha um compromisso político de fazer avançar uma política com um maior compromisso social.

Eu queria tentar sinalizar em que medida podemos reconhecer ranços de conservadorismo no nosso próprio modo de pensar e de falar educação e de falar de políticas públicas de educação.

O Romualdo fez um diagnóstico muito interessante de como, em determinado momento, coincidiu o interesse do próprio capital com o tipo de escolarização, de políticas públicas de escola, e o interesse do trabalho. A pergunta que faço é: será que o trabalho já não tem um novo sentido de educação ou não pode pensar num novo sentido de educação que faça avançar a luta pela cidadania? De certo modo, vamos ter que reconhecer que os interesses pela ampliação do número de vagas, de manutenção do

próprio sistema escolar e de ampliação de vagas na universidade interessa a uma política, que podemos chamar de lógica produtivista. Que tipo de escola, que tipo de política educacional não interessaria a uma lógica produtivista e poderia jogar um pouco para a frente a utopia de uma educação cidadã?

Parece-me que vamos ter que nos perguntar exatamente sobre o modelo de escola. Aí, a Psicologia, como área de conhecimento, pode indicar o seguinte: até aqui temos uma escola que considera que educação é uma educação que pretende fazer de qualquer indivíduo, de qualquer segmento do campo social, um só indivíduo ou um único indivíduo, a saber, um indivíduo produtor. Aí, vamos considerar que todo processo de escolarização está destinado à formação de indivíduos e nunca se pergunta pelos interesses da comunidade, ou seja, uma escola que seja especificamente organizada ou que lance e aposte no sentido da organização de comunidades específicas e não em um projeto de formação de um modelo de indivíduo que terá de ser produtivo que, por isso, é homogêneo e permite, por exemplo, a centralização das avaliações e dos modelos de currículo.

A pergunta, relação à problematização política da questão da educação enquanto temática nacional, seria em relação aos problemas que temos, por exemplo, na educação indígena. A educação indígena tem uma característica específica. O índio se sente como uma outra cultura não muito pertencente à cultura da sociedade produtiva. Por que isso não pode ser pensado em cada comunidade específica? Ou seja, um projeto de política

educacional que diga: a educação é uma prática social que deve favorecer a organização de cada comunidade e não à preparação de cada indivíduo para o trabalho.

COORDENADORA - Com a palavra a Helen.

HELEN - Sou estudante de Psicologia da UFBA.

Eu teria uma série de coisas para pontuar sobre a fala de cada um, mas escolhi coisas bem particulares sobre questões da universidade que estudo.

Fiz o segundo grau em Minas Gerais e vim fazer o vestibular aqui, porque sou daqui e voltei para conviver com a minha família. Lá em Minas eu notava uma coisa que contrapus muito com os vestibulandos daqui. Lá, por exemplo, não tínhamos aulas aos domingos, no terceiro ano. Tivemos um mês de férias. Aqui em Salvador, é um absurdo pensar um terceiro-anista tendo um mês de férias. Fiquei refletindo muito sobre isso e percebi que isso está relacionado à questão das universidades. Em Minas, temos uma série de universidades federais e podemos escolher. Principalmente onde eu morava, tínhamos facilidade até para ir a São Paulo. Aqui em Salvador não é assim. Só temos a UFBA na Bahia. É a única universidade federal e há um desespero maior para passar nesse vestibular especificamente.

Ao mesmo tempo, vemos que o Governo, hoje, está num processo de sucateamento dessa universidade. Como vamos ficar se há uma exigência cada vez maior de capacitação do profissional

e, ao mesmo, essa sucatização do governo? Só temos uma universidade e não há vaga para todo mundo e, parece, estão querendo que ela se acabe mesmo.

Tenho parentes em Ilhéus e Itabuna. Lá, a universidade é estadual, é a UESC. Lá na UESC, pelo menos até o ano passado, cada estudante poderia ter duas vagas na mesma universidade, pode fazer dois cursos. Na UFRA, isso é impensável. Eu queria saber como fica essa questão das vagas. Não seria melhor restringir, havendo uma vaga para cada pessoa? Como fica a questão de a pessoa ter possibilidade de ter duas vagas, dentro da mesma instituição, dentro desse processo de não haver vaga para todo mundo?

PALESTRANTE - Vou começar pela pergunta da Helen.

Helen, se você fizer um estudo sobre a origem das universidades federais no Brasil, você vai ver como é um bom estudo de clientelismo político. Minas Gerais tem seis universidades federais, o Rio Grande do Sul tem quatro e São Paulo tem duas pequenas. Há três mil vagas nas universidades federais no ensino superior em São Paulo.

Quem cuida do ensino superior público, em São Paulo, é o Estado e, ao mesmo tempo, São Paulo é o paraíso da escola superior privada. Oitenta e sete por cento das vagas do ensino superior, em São Paulo, são privadas. São Paulo é o estado com o maior índice de oferta de vagas no setor privado, no Brasil.

Não é à toa que é o maior mercado consumidor também. Portanto, tinha que restringir a oferta pública para garantir a demanda.

Acho que vamos ter, nos próximos anos, uma pressão muito grande por expansão do setor público no ensino superior, exatamente em decorrência desse processo para o qual chamei a atenção. Qual é o risco? Haver um processo de expansão de vagas sem haver um aumento das condições para garantir os padrões de qualidade. Então, o risco de a universidade pública virar um “colegião” é sério. Não se pode ser contra a idéia de expansão das vagas, porque, na verdade, temos um nível de oferta pública pequeno e temos que aumentá-lo. Ao mesmo tempo, temos que fazer isso porque há uma briga por expansão no interior das universidades e precisamos trabalhar para haver garantias do ponto de vista de financiamento a fim de que haja padrões de qualidade. E uma equação difícil de resolver.

O risco de haver só um sucateamento é muito grande.

O vestibular tem mais peso em alguns Estados porque a oferta é muito menor. O tipo de concorrência é muito mais pesada e os alunos sabem disso. No caso da possibilidade de fazer dois cursos, é claramente uma distorção. Há alguns anos, podia, na USP, depois foi proibido. Agora, arrumaram um jeito de, em algumas condições especiais, poder. Não tem cabimento, havendo tanta demanda social, gastar duas vagas com o mesmo indivíduo. Significa que está deixando de fora um que poderia estar sendo atendido. Do ponto de vista da preocupação social, é um equívoco.

A questão que o Manoel levantou parece-me bastante instigante. Acho que essa é uma questão para a qual não temos resposta. Só para pegar um pouco a relação com o trabalho, durante os anos 70 teorizava-se muito o problema da educação. Ela estava afastada do trabalho, quer dizer, eram dois mundos separados. Isso, inclusive, estava além da ideologia dos anos 70, de capital humano, que colava a educação ao trabalho. Não tinha relação do ponto de vista objetivo. Era muito mais uma distribuição de credenciais do que uma formação efetiva.

Nos anos 80, tentou-se ressuscitar a idéia da politecnia, que seria, na verdade, construir uma síntese entre educação e trabalho numa perspectiva emancipatória. O problema é que o trabalho não se emancipou e a politecnia virou, também, um modelo afastado do trabalho concreto. Pode ser uma formação mais integral, mas não é uma resposta às condições que temos hoje na sociedade.

Na verdade, é um desafio pensarmos o que seria uma educação emancipadora superando a contradição do trabalho alienado. Acho muito difícil que consigamos isso só na educação, descolada de um processo social mais amplo. No fundo, é democratizar o processo de acesso à educação, ou seja, transformar a instituição escolar em algo mais permeável à inter-relação com a sociedade, de onde pode surgir a possibilidade desse salto de qualidade.

Então, acho simpática, por um lado, a sua idéia no sentido de que temos que ter a escola profundamente inserida na

comunidade. Não resta dúvida, mas não pode parar aí, pois, caso contrário, segmentaríamos a desigualdade espacial existente. No fundo, é de novo trabalhar entre duas tensões: ao mesmo tempo em que a escola tem que imergir na sua comunidade, refleti-la e trabalhá-la e nesse sentido Paulo Freire é uma boa inspiração ela não pode parar aí para não segmentar uma desigualdade que é espacial.

Vou dar um exemplo. Há alguns anos atrás, a *Globo* adorou uma experiência. No meio de um condomínio de classe média alta, em São Paulo, Alphaville, havia uma escola pública. Os pais do condomínio resolveram botar dinheiro na escola, e a escola, de fato, virou uma maravilha. A *Globo* até fez uma reportagem: uma escola pública que funciona. Atravessando a rodovia, havia uma favela. Os caras assistem à *Globo* e pensam: ali tem uma escola pública legal, vamos para lá. “Com quanto você vai contribuir para o caixa da escola?” “Com nada, não tenho dinheiro.” “Então você não vai se matricular.” Desenvolveu-se, então, um processo de privatização de escola de boa qualidade. Tem um pouco essa coisa de imergir na comunidade. Tem um nível que é geral e temos que buscá-lo, senão perpetuamos a desigualdade. Agora, eu acho que é uma questão sem resposta hoje, no meu ponto de vista.

Há experiências interessantes.

Uma experiência que eu acho que hoje, no Brasil, tem dado sinais e é mais rica do ponto de vista educacional e de uma política pública democratizadora é a de Porto Alegre. Com todas as contradições que têm, certamente é uma referência. É uma

experiência de gestão pública da educação que tem um sentido democratizador de fato, com todas as peculiaridades que Porto Alegre tem.

DEBATEDOR - Manoel, vou na linha do que o Romualdo falou, mas queria trazer mais algumas questões para pensarmos um pouco.

No primeiro Governo Covas, trabalhei junto à Secretaria de Educação de São Paulo, acompanhando as políticas da Rose no interior. Foi um trabalho muito penoso porque vivíamos dando cabeçadas o tempo inteiro com a política e ela mesmo, enquanto pessoa, tem um jeito meio “tratorial” de tratar. E colega do Romualdo e ele deve conhecê-la mais do que eu.

Apesar de todas as dificuldades que vivemos, pudemos perceber que houve escolas que avançaram e alguns fatores determinaram esses avanços. Em primeiro lugar, nos dois anos que fizemos esse acompanhamento, percebemos que as escolas públicas que avançaram, em termos de qualidade, estavam em cidades menores. Os grandes centros tiveram um quadro muito ruim. Em escolas menores, dois fatores estavam extremamente vinculados com isso. O primeiro fator era a escola ter uma coordenação, ou seja, alguém que fazia com que o processo fosse discutido internamente, sem pensar em grandes maravilhas. Havia um coordenador que marcava reunião com o corpo docente. O segundo fator era a comunidade ter acesso à escola. Os pais participavam. Eles não iam lá só quando o filho tinha problema.

O trabalho de reorganização interna da escola e a perspectiva de vínculo com a comunidade são fatores que fazem bem, que facilitam, talvez, a constituição de uma escola.

COORDENADORA - Ainda temos mais cinco minutos.

Eu gostaria de saber se mais alguém deseja fazer uso da palavra.

NÃO IDENTIFICADA - Quanto à questão de empurrar o aluno, desde o ensino fundamental até o médio, e agora na parte universitária, eu queria saber o que ocorre quando, na verdade, as pessoas não têm conhecimento desde o início.

No meu Estado, Sergipe, a média chegou a 4,1 em determinado momento. Essas pessoas realmente passaram e estão chegando a nível superior e de baixa qualidade.

Eu queria saber se vale a pena a questão de mais espaços, porque essas pessoas, na verdade, não estão se qualificando e o mercado vai crescendo, cada vez mais, e inchando com profissionais que não tem competência. Aumenta-se, assim, a continuidade da diferença de classes sociais, porque quem sabe cresce e se destaca e quem não sabe vira um profissional desqualificado e, por isso, não tem espaço dentro do mercado.

PALESTRANTE - Não tem espaço no mercado porque não tem emprego. A educação é, na verdade, um legitimador disso. Do ponto de vista educacional, chamei a

atenção para o seguinte: a exclusão acontecia dentro da escola pelo mecanismo das múltiplas reprovações e o cara evadia. Hoje, o cara fica na escola mas não aprende. Portanto, cria-se as condições para o enfrentamento da questão do aprendizado, que não era criado, antes, do ponto de vista social. Essa é a observação que eu havia feito.

Agora, isso é mais caro. Para fazer isso a sério, significa dizer que tem de haver programas de acompanhamento de estudo para os que não estão acompanhando o grupo e que, na verdade, acaba significando mais gastos. Não é essa a lógica que tem sido implementada em boa parte dos Estados brasileiros.

Agora, a questão do emprego tem uma relação mais indireta. Na verdade, podemos aumentar para todo mundo emprego de boa qualidade que vai ficar gente desempregada. Vamos discutir quais são os critérios para quem vai ficar desempregado. Esse é o nosso problema. Temos um mercado de trabalho formal que não se expande. Portanto, podemos ter todo mundo com curso superior ou pós-graduação que não vai ter emprego para todos.

Eu queria agradecer pela oportunidade.

Tenho algumas experiências de participação de atividades no sindicato, lá em São Paulo. É uma discussão que temos que fazer mais. Acho sempre muito interessante. É importante haver diversas categorias profissionais preocupando-se com educação. Um dos motivos pelos quais a nossa educação sofreu um processo de deterioração é porque a defesa da educação pública ficou

restrita aos profissionais da educação e, portanto, sempre a defesa da educação pode ser acusada de corporativa. Ai, pegando o caso citado das cidades pequenas, em São Paulo temos três redes. Há uma na cidade de São, outra na Grande São Paulo e outra no interior. A rede do interior é muito melhor, por vários motivos, mas um faz toda a diferença: a elite local está na escola pública. Portanto, o filho do juiz e o filho do prefeito. Isso pressiona a escola para ser melhor. Alguns absurdos acontecem na escola do pobre, na periferia, que um cara na escola em que está o filho do prefeito e o filho do juiz não faz.

DEBATEDOR - As dez escolas públicas de São Paulo também são de classe média.

A colega lá atrás levantou um problema extremamente complexo que diz respeito à questão da avaliação automática, de se empurrar com a barriga. Não vamos poder tratar disso a fundo, mas eu gostaria de expor o que vivi sobre isso.

Em São Paulo, a Secretária de Educação resolveu impor, por decreto, o sistema de aprovação automática por ciclo. Com isso, ela queimou totalmente a proposta que considero uma das principais propostas que temos, ainda, como alternativa ao sistema de aprovação e reprovação. Não podemos confundir. O sistema de avaliação continua, no meu modo de ver, é a única alternativa viável ao sistema atual de aprovação e reprovação. O que ocorreu em São Paulo, vocês devem ter ouvido pela mídia,

deveu-se à maneira totalmente desastrosa com a qual esse Governo implantou, por força de lei, algo que, sabemos, não se muda por lei, algo que implica mudar idéia, crença e valor. Com isso, queimou um instrumento que considero absolutamente importante. No meu doutorado, em 1930, eu já defendia a idéia da avaliação contínua, que é a alternativa real.

Eu também queria me despedir. Eu acho que nós, que atuamos nos Conselhos Federal e Regional, deveríamos estar atentos para resgatar os espaços de discussão dos psicólogos que atuam em educação. Avançamos muito em saúde, em trânsito, mas sinto que em educação não investimos tudo o que temos a investir. Por isso, ficamos fora de discussões extremamente importantes.

Por exemplo, quando a Dra. Rose Neubauer assumiu, ela fez uma reorganização física na rede que envolveu inúmeros problemas psicológicos e não vi nenhuma entidade nossa dizer: "Temos algo a falar sobre isso." É sobre isso que estou falando. Temos que abrir espaços não só para que possamos retomar uma discussão sobre as práticas que desenvolvemos mas também, enquanto categoria, para começar a dizer o que pensamos sobre as coisas que ocorrem na educação.

Fica a sugestão.

COORDENADORA - Agradeço aos convidados pela participação.

O nosso grande desafio é tentar que o sistema possa fazer frente a essa desresponsabilização do Estado, não só na educação, mas também na saúde, como foi dito anteriormente. De que forma nós, psicólogos, podemos estar contribuindo com os nossos instrumentos para esses sistemas de exclusão que deixam fora do sistema educacional crianças e outros segmentos, como os que citei no início da minha fala.

Que isso sirva para a nossa reflexão. Estamos às portas de um congresso nacional.

Fiquei muito assustada com algumas teses que vi nos congressos regionais que traziam esse conteúdo de avaliação, inclusive para o ingresso no curso de Psicologia, de sistemas que reforçam mais essa exclusão.

Que todos possamos pensar se é esse o lugar que queremos estar.

Muito obrigada a todos.

PALESTRA III
PSICOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM
SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADOR: José Carlos Tourinho e Silva

PALESTRANTE: Luís Flávio Saporì

DEBATEDOR: Leôncio Camino

COORDENADOR - A segurança tem sido um serviço público que vem adquirindo uma importância muito grande nos dias atuais, devido ao aumento da marginalidade e da violência. O aumento da marginalidade e da violência vem exigindo, de vários profissionais, estudos e programas que possam atender a essa demanda.

Poderíamos citar duas concepções a respeito do problema. Uma delas parece a adotada pelo Estado: marginalidade e violência seriam um problema do indivíduo, próprios da natureza ou de algum desvio. Nessa perspectiva o remédio estaria na repressão ou na cura, através de algum tipo de terapia.

Uma outra perspectiva seria: marginalidade e violência seriam produto de uma estrutura social violenta e teríamos um conjunto de condições sociais que justificariam a emergência desse comportamento. Poderíamos citar o salário mínimo, as filas do INSS, as filas para conseguir vaga em escola, a exclusão dos serviços públicos em geral e o preconceito por condições raciais.

Dependendo da perspectiva que se adote, a intervenção pode ser a repressão, o tratamento individual ou ações políticas que possam interferir nessas causas, em termos sociais. Parece-me que esse dilema seria instigante nesta discussão.

Temos como convidado, para apresentar esse tema, o Prof. Luís Flávio Saporì, que está à minha esquerda, doutorando em Sociologia pelo IUPERJ Instituto Universitário do Rio de Janeiro, pesquisador da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais,

professor da PUC de Minas Gerais e autor de diversos artigos sobre violência, segurança pública e marginalidade.

Como debatedor, o Prof. Leôncio Camíno, doutor, professor do Departamento de Psicologia da UFPB, pesquisador na área de Psicologia e política e integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

O Prof. Luís Flávio terá trinta minutos para a exposição e, em seguida, o Prof. Leôncio, vinte minutos, para destacar questões polêmicas. O Prof. Luís Flávio disporá de mais dez minutos e, então, abriremos os debates.

PALESTRANTE

Agradeço ao Conselho Federal de Psicologia pelo convite feito, tendo em vista a oportunidade única e rara e, para mim, sempre muito honrosa, de debater e polemizar com profissionais tão qualificados como os da área de Psicologia.

O tema desta Mesa tem merecido a minha atenção há muitos anos, não apenas como pesquisador e estudioso, mas como assessor, consultor e formulador de políticas públicas. Nesse sentido, vou direcionar a minha análise, pensando não a criminalidade de maneira teórica e meramente sociológica, mas refletindo os desafios de formulação e implementação de políticas públicas de controle da criminalidade e da violência. Pretendo refletir essa questão sob a perspectiva das políticas sociais, ou seja, de que maneira as políticas de segurança

pública e as políticas sociais se complementam e se opõem. Esse será o teor da minha exposição.

Perdoem-me pelo esquema, mas é para dar um caráter de maior objetividade à exposição.

Pensar e refletir sobre as políticas públicas de controle da criminalidade no Brasil implica termos clareza de que o fenômeno hoje, mais do que um problema social, tornou-se um problema público. Essa diferenciação conceitual pode parecer banal e tautológica, mas não é o caso. Alguns autores têm refletido exatamente sobre a transição de um fenômeno enquanto problema social tornando-se um problema público e, ao tornar-se um problema público, torna-se passível de intervenção concreta por parte do Estado e de agentes sociais mais amplos.

Eu diria que esse é o caso da criminalidade e da violência no Brasil, considerando que efetivamente se tornou um problema público nos últimos dez anos apesar de ser um problema social certamente há muito mais de cem anos.

Podemos identificar esboços de políticas públicas relativamente consistentes nessa área ao longo dessa década, se formos muito otimistas. Na pior das hipóteses, nos últimos dois ou três anos é que o Governo Federal e os governos estaduais começaram a se atentar sobre o fenômeno na perspectiva de uma racionalidade técnica de planejamento e de intervenção. Nesse sentido, eu não ignoraria o papel relevante dos meios de comunicação nesse processo. Ao contrário de algumas análises que procuram enfatizar o papel de fortalecimento do ideário da

violência, eu diria que os meios de comunicação tiveram, na década de 90, um papel muito relevante de tornar público um problema social muito antigo.

Esse mérito se revela quando analisamos alguns dados e os diagnósticos que vêm sendo feitos do problema no Brasil. Procurei resumir alguns dados e algumas evidências muito elementares que têm sido identificados por pesquisadores do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais. As realidades, a despeito de suas diferenças, apresentam algumas regularidades, conforme apresentadas aí, inclusive no perfil de vítimas. É o jovem brasileiro, na faixa etária de quinze a vinte e quatro anos, que tem se tornado a principal vítima da violência urbana, em especial dos homicídios.

Quando falo de violência urbana e de criminalidade urbana estou me concentrando na criminalidade violenta, aquela que envolve o uso ou a ameaça do uso da força física. O que tem ocorrido no Brasil nas duas últimas décadas é o crescimento vertiginoso das taxas de homicídios e de roubos, paralelamente ao fortalecimento de um novo mecanismo de organização da atividade criminosa, que, do meu ponto de vista, é muito interessante, com peculiaridades muito distintas e muito claras e efeitos muito contundentes. E o caso da consolidação do que estou denominando de criminalidade empresarial e organizada, vide o tráfico de drogas e o roubo de cargas que é certamente o negócio mais lucrativo deste país.

Vou ilustrar alguns dados. Esse gráfico evidencia as taxas de homicídios em quatro regiões metropolitanas brasileiras, para os senhores terem uma idéia de como o fenômeno se incrementou ao longo desses vinte anos. A linha cor de rosa seria o ápice de dados até 1998, referente à região metropolitana do Rio de Janeiro. Como os senhores podem ver, parte de um patamar próximo a vinte homicídios por cem mil habitantes, no início da década de 80, chegando a algo em torno de sessenta homicídios por cem mil habitantes, superando, com uma margem reduzida, a de São Paulo que vem logo a seguir. Como podem ver, a região metropolitana de São Paulo passou por um processo de crescimento da incidência do homicídio muito semelhante. A última linha refere-se a Belo Horizonte, com crescimento menos acentuado, mas também contínuo. A taxa passa de um patamar de doze, atingindo vinte e quatro em pouco mais de dezesseis anos, com um crescimento real acima de cem por cento.

Dados de roubo. Para a região metropolitana de Belo Horizonte, nesse período, o crescimento desse crime violento também é vertiginoso. Esse tipo de crime mais do que triplicou em termos reais nesse período. O mesmo pode ser observado para a região metropolitana de São Paulo, que também saí de um patamar um pouco superior a duzentos roubos por cem mil habitantes, culminando, no anos de 1997, em mais de seiscentos por cem mil habitantes. Houve um crescimento real superior a duzentos por cento.

Eu trouxe esses dados para ilustrar as evidências empíricas que temos coletado e para confirmar que o diagnóstico dos meios de comunicação não é desprovido de fundamento, dada a gravidade do fenômeno, mas agora uma gravidade muito concentrada. Não é a sociedade brasileira como um todo. O fenômeno tem se concentrado muito nas regiões metropolitanas, nas capitais e nas grandes cidades brasileiras, em especial as que tem mais de cem mil, cento e cinquenta mil habitantes.

Para os senhores terem uma idéia, as capitais brasileiras, em 1998, concentravam 22% da população, mas simultaneamente apresentavam o total de 42% de todos os homicídios do país. Esse dado por si só é muito revelador do caráter concentrado do fenômeno. Isso aponta para os desafios de uma política pública, desafios estes que, do meu ponto de vista, devem partir do seguinte diagnóstico: o que tem sido feito até agora tem se caracterizado por pura improvisação e desarticulação intensa entre as organizações que lidam direta e indiretamente com a criminalidade e a violência. É uma história de completa exclusão da comunidade, seja dos cidadãos enquanto indivíduos, seja da comunidade mais organizada e de participação de organizações comunitárias e governamentais. Na questão da segurança pública efetivamente há uma grande exceção, é um cenário muito recente, e uma intervenção pública que até recentemente, e ainda hoje, é pautada por um arbítrio excessivo, pelo abuso do poder, pelas diversas manifestações de uso indevido da violência monopolizada pelo Estado.

Na verdade, até muito pouco tempo – e aí estou pensando nos governos estaduais brasileiros – a intervenção pública se caracterizou por atuações muito pontuais, conjunturais. São atuações, em grande parte das vezes, determinadas e pautadas pela própria mídia, que noticia um crime, que diagnostica um fim de semana violento numa cidade ou numa região metropolitana e na segunda-feira seguinte o governador de plantão determina à sua polícia ações imediatas e na semana seguinte ou no mês seguinte a polícia apresenta responsáveis e faz algumas prisões. É isso que tem caracterizado o que alguns chamam de política de segurança pública no Brasil. É um conjunto de intervenções marcadas pelo grande grau de intuição e de empirismo, no mau sentido do termo, e de clara improvisação.

Isso aponta para um rompimento dessa história de omissão e de ineficiência. Aponta, do meu ponto de vista, para se pensar política de segurança do ponto de vista de uma racionalidade técnica. Envolveria a combinação de elementos e de fases, conforme listadas aqui, que não têm sido apresentadas nas intervenções até então realizadas.

Pensar em política de segurança pública envolveria a realização periódica de diagnósticos precisos da realidade sobre a qual pretende atuar, o que demandaria, de imediato, a sistematização rigorosa das bases de dados estatísticas criminais do Brasil, que até hoje não existem. É difícil, doloroso e custoso tentar entender o fenômeno da violência no Brasil utilizando-se das estatísticas oficiais. Quando existem,

são de péssima qualidade. São poucos os Estados e poucas as organizações policiais que podem apresentar algo crível e rigoroso. Isso envolveria a combinação de diagnóstico com a definição de metas. A partir das metas, definem-se ações e intervenções concretas, definem-se mecanismos concretos de implementação dessas intervenções, mecanismos de monitoramento. A palavra “monitoramento” pode parecer banal para alguns, mas na área de segurança pública é inexistente, ignorada e desconhecida. Não se sabe como fazer, mal se sabe o que vem a ser monitoramento e, muito menos, avaliação das intervenções realizadas no combate direto ao fenômeno da criminalidade.

A necessidade de se pensar o arcabouço de intervenção nesses moldes, no meu ponto de vista, não constitui uma mera utopia, uma mera idealização, mas, antes de tudo, uma necessidade e uma premência que não podem ser mais adiadas, e uma necessidade e uma premência que envolvem a inserção de outros atores profissionais nesse processo, rompendo o círculo vicioso e o monopólio que até então tem prevalecido no Brasil de profissionais ligados às polícias, à área jurídica ou mesmo às forças armadas. São esses profissionais – generais, coronéis, delegados, procuradores, juizes que efetivamente têm comandado a segurança pública no Brasil, têm composto a elite burocrática que chefia e comanda as respectivas Secretarias de Segurança Pública ou de defesa social no Brasil ao longo dos últimos vinte, vinte e cinco anos.

Esses profissionais jamais compreendem um arcabouço como esse. Esses profissionais, ao contrário, têm pautado as suas intervenções no empirismo, na experiência, no que se tem denominado de um conhecimento prático e incisivo que se contrapõe ao conhecimento racional, técnico e científico que poderia pautar intervenções mais efetivas. Esse termo muito usado na área da administração .efetividade .é absolutamente ignorado por esses profissionais.

Pensar políticas públicas nesses moldes envolveria a inserção de profissionais como, por exemplo, sociólogos, psicólogos e pedagogos, que até então têm sido ignorados.

Essa racionalidade técnica deveria e deve necessariamente envolver a combinação de outros elementos, conforme explicitado na tela, que são princípios básicos para formulação e implementação de uma política de segurança pública, que envolveria o respeito aos direitos humanos e a participação comunitária.

Não vou desenvolver muito esses aspectos, pois durante o debate poderemos aprofundá-los.

Esse outro ponto também me parece fundamental hoje e é um grande desafio a nível nacional. Como pensar a divisão de atribuições entre União, Estados e municípios na formulação e na implementação de políticas de combate à criminalidade? Certamente a grande responsabilidade está na mão dos governos estaduais. São esses que têm de assumir, de maneira efetiva, a maior parcela de formulação e de implementação de ações

concretas nessa área. A União cabe uma intercessão mais acessória, não menos fundamental. Ela pode desempenhar o papel de indução a certos caminhos e percursos no combate à violência nas grandes cidades brasileiras.

O que há de novo e no meu ponto de vista muito promissor no cenário brasileiro atual e deve ser desenvolvido é a inserção dos municípios. Os prefeitos podem fazer muito mais na área da segurança pública do que historicamente têm feito. Até hoje os prefeitos e as municipalidades têm se limitado a gastar dinheiro na compra de viaturas, armamentos, construção e reforma de batalhões e delegacias, construção de cadeias, dando um suporte meramente financeiro e logístico. Entendo que as prefeituras e a municipalidade de maneira geral podem desempenhar um papel decisivo na formulação e fazer intervenções mais planejadas, principalmente políticas preventivas da criminalidade e da violência, que vamos abordar mais adiante.

Inserindo a questão da política preventiva, passo para a segunda parte da minha exposição. Até o momento, esboço o que entendo ser um cenário possível, plausível e necessário de política pública de segurança, privilegiando o fortalecimento ou a inclusão de uma racionalidade técnica para lidar com uma realidade cada vez mais problemática e difícil.

O primeiro desafio não é pequeno, não é insignificante, mas passa-se, num segundo momento, a refletir como intervir, que tipo de ações efetivamente adotar, o que é mais eficiente para

diminuir a incidência da criminalidade e da violência nas grandes capitais brasileiros.

O meu argumento é que se deve separar política de segurança pública de políticas sociais, rompendo outro pressuposto de senso comum e outro mito que perpassa a sociedade brasileira: vamos resolver o problema da violência neste país simplesmente investindo em educação, saúde, saneamento básico, habitação e coisas congêneres. E como se, através de políticas de inclusão social nessa área, conseguíssemos a curto, médio e longo prazos diminuir a incidência da criminalidade e da violência. O meu argumento não é contrário a essa suposição, mas pela maximização disso. Não vamos efetivamente diminuir violência e criminalidade pensando em políticas sociais ou pensando que esses tipos de políticas sociais podem diminuir a violência e criminalidade.

E fundamental termos clareza de que a relação imediata e determinante entre pobreza, violência e criminalidade não se estabelece como se supõe a nível de senso comum. Aqui estou me baseando em uma série infindável de estudos e pesquisas que têm sido realizados a nível nacional e internacional, não descartando essa relação. Não estou dizendo que não existe, mas estou colocando-a no seu devido termo. Ao colocá-la no seu devido termo, os desafios de uma política pública de redução da criminalidade e da violência ficam maiores. Quiçá tivéssemos a capacidade de reduzir a violência apenas com uma política de

combate à pobreza. Do meu ponto de vista, lamentavelmente, a realidade é muito mais complexa do que isso.

Cito um exemplo para ilustrar o meu argumento. Há uma suposição de que política de geração de emprego e renda poderia, ao incluir segmentos marginalizados do mercado de trabalho, reduzir a possibilidade de cometimento de crime por parte desse indivíduo. Não é o caso. Estudo recente que realizei em parceria com o Prof. Cláudio Wanderley, da Fundação João Pinheiro, da PUC de Minas Gerais, revelou claramente que a oscilação dos níveis de desemprego ou a diminuição do nível de desemprego, historicamente, nas grandes metrópoles brasileiras, não têm implicado redução concomitante, nem em tempos consecutivos, da criminalidade e da violência, seja do homicídio, seja do roubo. Isso especificamente para um período de vinte anos.

Do meu ponto de vista, esse tipo de pesquisa mostra que a influência de uma política de geração de emprego e renda sobre a incidência da criminalidade é pequena, senão nula. Isso não significa que uma política de geração de emprego e renda não possa atuar sobre a geração de indivíduos motivados para o crime. São coisas e fenômenos completamente distintos, raramente considerados quando se pensa em políticas públicas. É por isso que chamo a atenção para a especificidade do que se está determinando aqui de política de segurança pública. Essa especificidade se resume na capacidade de ela atuar sobre a

incidência da criminalidade e da violência, e um pouco menos sobre a motivação de indivíduos criminosos ou violentos.

Pensemos um pouco mais sobre esse ponto de vista. Em termos teóricos, entendo que a política de segurança pública pode e deve ser percebida nessa dupla dimensão, se quisermos alcançar algum grau de eficiência, de eficácia e de efetividade. Isso implica atuar sobre o contexto de oportunidade do ato criminoso. A idéia de contexto de oportunidade é baseada em uma vertente da sociologia do crime, formulada nos Estados Unidos no final da década de 70, por dois estudiosos, chamados Cohen e Felson. Eles têm evidenciado, desde então, que a ocorrência de um ato criminoso depende muito mais da existência de alvos disponíveis e da facilidade ou dificuldade para realização desse ato, e menos da motivação, motivação tomada como pré-requisito da cena.

Não podemos descartar, obviamente, que qualquer política de segurança pública deve pensar na possibilidade real de atuar sobre a motivação criminosa. É aí que entendo que as políticas sociais de ordem específica podem e devem ser inseridas. Compreendo, então, uma aparente dualidade entre uma política repressiva e uma política social. Elas devem ser pensadas conjuntamente, de uma maneira intrincada e inesgotável.

Aqui estou listando algumas das dimensões que estou denominando de políticas dissuasórias, ações concretas que podem ter a capacidade de afetar a oportunidade do ato criminoso. Elas podem ser resumidas pela última frase que coloquei aí.

Elas têm a capacidade de reduzir o grau de ineficiência do sistema de segurança pública. Nem vou comentar a eficiência, porque o sistema de segurança pública no Brasil é absolutamente ineficiente, desde a atuação da polícia ostensiva militar até o sistema prisional. Política de segurança pública, nesse ponto de vista, envolveria atuar sobre esse funil aí. Eficiência na política dissuasória é alargar a base desse funil, é aumentar a probabilidade de que um ato criminoso seja processado pelo sistema, não necessariamente com prisão. A questão não é aumentar o nível de aprisionamento, não se trata disso. Trata-se de dar fluidez ao sistema. Para os senhores terem um idéia, não temos dados sobre isso no Brasil. Sabemos dessa relação entre prisões e crimes ocorridos.

Há uma ausência completa de dados para reconstituirmos esse funil na sociedade brasileira. Dados para Minas Gerais apontam que para cada cem ocorrências registradas pela polícia militar de Minas Gerais nos últimos quatro anos apenas quatro chegaram a ser sentenciadas pela Justiça Criminal. Apenas quatro! Alguém poderia dizer que é muito ou que é pouco. É absolutamente insignificante! É absolutamente implausível, é absolutamente imperdoável, indefensável um sistema de segurança pública que se pretenda eficaz atuar com patamares tão absurdos de ineficiência. Para não dizer que estou defendendo um modelo repressivo e dissuasório de combate à criminalidade, obviamente qualquer política pública nessa área envolve a maximização da legitimidade do sistema que é obviamente uma variável decisiva e

fundamental. A legitimidade implica aceitação e compromisso da comunidade e da população e tem o efeito de gerar um círculo virtuoso no sistema, legitimando a atuação do Estado perante a população, principalmente perante a população mais carente. É fundamental a acentuação da legitimidade para esses segmentos que historicamente tem sido pautada por um abandono, principalmente pelas organizações do aparato de segurança pública.

De que maneira as políticas sociais inserem-se em uma perspectiva como essa? Conforme já disse, insere-se na vertente da maximização das ações de prevenção. Eu já disse anteriormente: não entendo essa prevenção apenas do ponto de vista da massificação dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico e habitação. Há uma série de evidências empíricas de várias regiões, das grandes cidades brasileiras, em que boa parte desses serviços já existem e a violência permanece como um dado incrustado no cotidiano da comunidade.

É por aí que entendo que devemos pensar intervenções públicas. Isso supõe um diagnóstico e uma análise teórica que envolve claramente o compartilhamento do conhecimento sociológico da complexidade dos fatores geradores do comportamento criminoso e violento. Há algumas evidências que me parecem muito plausíveis a nível nacional e internacional que apontam a violência em sua dimensão simbólica e significativa ou, como gostam de denominar alguns antropólogos, em sua dimensão cultural. A violência não como uma manifestação de

patologia social ou psicológica, mas a violência como um valor que perpetua as relações da sociabilidade cotidiana de certos grupos e de certas comunidades.

Se é assim, como acredito que seja boa parte da situação de certos bairros periféricos de boa parte das cidades brasileiras, políticas preventivas e eficazes envolveriam a capacidade de socializar valores da não-violência. Dai, no meu ponto de vista, a ineficácia de certas políticas de saúde, educação e congêneres. O desafio que se apresenta no combate à criminalidade e à violência nas metrópoles é no sentido de pensar mecanismos de reversão de um contexto social em que o processo de inserção de jovens no mundo da criminalidade e da violência é muito pautado por um processo de socialização de grupos constituídos, como é o caso de gangues de jovens, que atraem e seduzem novos integrantes através da disseminação de valores e crenças e de perspectivas de mundo. Em sendo assim, se essa é a situação de parte de nossa realidade, a eficácia de uma política pública envolveria projetos, como estou denominando aí, que tivessem a capacidade de disseminar valores alternativos, projetos e intervenções necessariamente com alto conteúdo moral, projetos e intervenções de prevenção que efetivamente extrapolem muito a mera intervenção em termos de política urbana. Podemos pensar, também, a prevenção, a capacidade de atuação e de influência sobre a formação de novos criminosos atuando sobre realidades conforme apresentado nessa nova transparência.

Aqui no Brasil avaliamos muito as nossas experiências. Algumas experiências desenvolvidas em algumas capitais brasileiras têm mostrado a premência de se pensar projetos públicos muito direcionados para o combate à violência doméstica, o efeito gerador da experiência de maus-tratos no ambiente familiar e a possibilidade de isso reverter em socialização ou em inclusão em grupos delinquentes. Existe alguma relação do ponto de vista de algumas análises, mas não do ponto de vista de determinação. Da mesma maneira, algumas evidências apontam para a importância de atuação sobre famílias monoparentais, especialmente famílias chefiadas por mulheres.

Alguns estudos feitos nos Estados Unidos mostram que a principal maneira de se afetar o tráfico de drogas é no consumo, é diminuindo a demanda, principalmente através do tratamento do viciado. A eficácia, em termos de resultado, é muito maior do que propriamente em gastos efetivos com repressão, com compra de armamentos, com treinamento de policiais. Pode-se pensar de uma maneira muito clara em projetos e programas para lidar com adolescentes infratores, programas que envolvem um acompanhamento desses adolescentes após alguma política de punição em situações, em comunidades de internação.

Para encerrar, eu gostaria de ressaltar o cerne do argumento que está sendo apresentado. Em primeiro lugar, é um falso dilema opor políticas repressivas ou dissuasórias de políticas sociais. Se o debate nacional continuar sendo pautado por essa perspectiva, no meu ponto de vista não avançamos de

maneira alguma. As intervenções dessas duas dimensões, antes de serem opostas, são absolutamente complementares, e complementares do ponto de vista da forma e do conhecimento acumulado que já temos sobre o comportamento criminoso e sobre o comportamento violento a nível das sociedades ocidentais. É importante combinar a eficácia e a eficiência da atuação na redução das oportunidades ou na redução dos níveis de impunidade que prevalecem no contexto social qualquer e também na capacidade de evitar o ingresso de novos jovens nesse tipo de atividade. Isso tudo combinado, obviamente, com a importância de se pensar em política de segurança pública do ponto de vista de racionalidade técnica, de composição simples de uma elite burocrática capacitada para isso, multidisciplinar, rompendo o monopólio da área policial e da área jurídica.

Por fim, o que me parece que há de mais promissor no contexto brasileiro é a articulação dessa elite burocrática com a sociedade civil organizada. Certamente a inserção das organizações não-governamentais é decisiva e as parcerias com esses tipos de organizações constitui um pré-requisito fundamental no sentido de desenvolver não apenas a legitimidade do sistema de segurança pública mas também no sentido de efetivar políticas públicas concretas. O Estado necessariamente não tem de desenvolver muito dessas políticas públicas preventivas aqui listadas por burocratas públicos, mas através de parcerias, de delegação de poder.

Fico por aqui.

Espero que possamos desenvolver um pouco mais essas idéias ao longo dos trabalhos.

Muito obrigado pela atenção.

COORDENADOR - Como esperávamos e como já havia sido colocado em Mesas anteriores é um tema polêmico e complexo. Como a Lumêna disse, na Mesa sobre saúde, nenhuma profissão explica sozinha a questão da violência.

Prosseguindo, o Leôncio Camino terá vinte minutos para apresentar as suas questões.

DEBATEDOR - Como entendo o papel do debatedor? Vejo dois aspectos. Um aspecto geral seria polemizar. Posso até concordar em cem por cento com o que foi falado pelo Luís Flávio, mas agora caberia a mim polemizar. Em segundo lugar, dentro deste encontro, em que estamos debatendo políticas públicas, às vésperas de um congresso de Psicologia, cabe-me polemizar no quadro da Psicologia, no quadro das práticas psicológicas.

Não vou usar os meus vinte minutos. Vou rapidamente apresentar algumas idéias para que o debate possa ocorrer com mais tempo.

O Luís Flávio coloca como polêmica a não-equivalência entre o que poderíamos chamar de políticas sociais e políticas de segurança pública. Posto de maneira geral, também concordo. É uma obviedade.

De fato, as condições sócioeconômicas de um país

influenciam em forma e em intensidade os atos criminosos. Não são independentes as questões econômicas e as questões sociais das atitudes criminais.

Que as políticas podem ser independentes ou complementares, não vejo nenhum problema. É claro que em países civilizados ninguém rouba galinha. No Brasil, muitos meninos já foram para a cadeia por roubar tênis e por roubar galinhas. No Nordeste, quanta gente apanhou por chupar cana de um proprietário que não queria isso? Nesse sentido, vejam vocês que a dimensão do crime, a forma e a intensidade vão ser influenciadas.

Por que seria influenciado? Ai concordo em parte com o Luís Flávio, porque não é caso de cairmos em mecanicismos. Os que estão levando essa tentativa, no Primeiro Mundo, já são criminosos. O crime do colarinho branco não foi falado aqui, mas existe crime do colarinho branco. Não existem muitas penas para esse crime, é difícil combatê-lo, mas é um crime também.

Volto a um ponto. É evidente que a estrutura social do país determinará não só a maneira como os crimes se apresentam, mas também a maneira como se apresenta a violência. A maneira de viver é representacional.

Estive recentemente no Peru, na Suíça e na Bélgica. Nessas viagens, algumas coisas chamaram a minha atenção. As casas, na Bélgica, não têm muros. Tem jardins e um muro pequenino. Há objetos nos jardins: estátuas, cadeiras etc. Em

Lima, assim como no Brasil, vê-se casas que parecem fortificadas, com alarmes, vigias caminhando pelo teto.

Aí não é um problema de proteção, é um problema de concepção social que se traduz numa concepção de quais são os inimigos ou não. Esse é um problema diferenciado do que você colocou e tem que ser tratado. Do contrário, muitas vezes se confunde inimizades sociais com problemas de criminalidade, com delito. De fato, o que vemos em nossa cultura, com esse medo da criminalidade, é aumentarem as práticas de exclusão. Aí, sim, temos que ter cuidado. Embora não haja uma equivalência entre políticas de controle e políticas sociais, no fundo muitas políticas de controle são políticas de exclusão social. E isso que estamos vivendo no Brasil. Elas levam a políticas de exclusão.

Está-se pressupondo que quando vamos repensar violência não vamos repensar a palavrinha simplória, vamos empregar construções sociais. O que significa, de alguma maneira, o fato de algo ser violento ou não? Isso varia, isso é construído. O medo que se tem da violência é construído, não é herdado de uma maneira independente. As leis sociológicas não dependem de uma questão mecânica, dependem de uma questão de cultura.

Nesse sentido, embora eu entenda as suas palavras de uma maneira geral, parece-me que são somatizadas por essa preocupação de que as políticas de controle podem ser políticas de exclusão. Uma antiga aluna minha, candidata a prefeita, por um partido político em João Pessoa, tinha como proposta elevar o

salário mínimo a mil dólares e acabar com a polícia militar, acabar com o policiamento. Não se poderia aumentar o salário porque os ladrões, no segundo dia, iriam levar todo o dinheiro disponível. Se acabar com a polícia, vai acabar com o salário mínimo também, porque ninguém vai poder controlar o dinheiro nem nada. Discordo desse tipo de idéia.

É evidente que dentro da nossa estrutura, e em vários países europeus também, ainda existe uma mistura entre segurança pública e controle social. São duas coisas diferentes. Eu tenho direito de chegar a minha casa e não ter de me preocupar que alguém a invada. Tenho esse direito. É um direito. Chegamos a um momento na cultura no qual quero que o meu filho saia e eu não tenha medo de que ele seja roubado, estuprado. Seria um direito. Ai, a sociedade tem de encontrar maneiras para que o meu direito seja respeitado. Isso cria, então, deveres.

Nesse sentido, a estrutura da sociedade tem como obrigação construir políticas para garantir deveres e direitos. Isso é diferente na maneira que se trabalha na questão de reprimir criminosos. Concordo que há ladrões e criminosos. O Senado tem mostrado que há picaretagens a esse nível também. Se as pessoas podem entrar no computador do Senado, por que não vão entrar no meu computador e roubar dinheiro e tal? Não devemos, em nenhum momento, levar essa sua posição, com a qual concordo em parte, e dizer que não há relação entre o social e o criminoso. Claro que há.

Quanto ao fator psicológico, primeiramente temos que registrar que há uma confusão. Muita gente, porque trabalha dentro da política de segurança pública ou no Ministério da Justiça, acha que o papel do psicólogo é fazer bem esse trabalho. Fazer bem esse trabalho é o papel de policiais, de funcionários. Não é o papel da Psicologia. Isso tem que ser dito porque cria uma confusão terrível. O problema é diferente. A Psicologia não é dessa área ou deixa de ser. Ela não se apresenta como um saber e uma série de práticas que podem intervir em todas essas coisas. E a primeira coisa.

O que é mais importante a ser colocado? O mais importante é que temos que trabalhar, enquanto psicólogos, a nível educacional e na definição do que é violência, na definição do que são práticas educativas. Você falou, por exemplo, na questão moral, de levar grupos morais. Em princípio, em teoria, ninguém discordaria. Na prática, que tipo de grupos de jovens e que valores vamos transmitir? Já estão definidos melhores valores para a sociedade? Isso é discutível. Isso se faz precisamente nos confrontos entre grupos que podemos ajudar e colaborar.

Sou pesquisador e o CNPq me paga se faço pesquisas numéricas. Eu gosto de fazer. São simples e com poucos números.

Eu queria mostrar algumas coisas.

Um conjunto de pesquisas vem estudando como se percebe a violência. Muito simples: é a partir da história. Por exemplo, do tipo de Piaget. Um cara rouba remédios porque a sua

mulher está morrendo e não tem dinheiro. Isso é muito violento? Pouco violento? Eu dividi as histórias.

Autodefesa. Essa é clássica. Eu roubo porque estou com fome ou mato quem quer estuprar o meu filho. Não falo de autojustiça, falo de autodefesa. Autojustiça é outro problema. Para evitar que alguém mate o meu filho, mato alguém. Então, faço muitas historinhas desse tipo.

Fiz pesquisas com oficiais da polícia militar, com alunos do ciclo básico, alunos não diferenciados, alunos de Psicologia e professores de Psicologia. Como estamos num seminário com psicólogos, vou trazer a diferenciação.

Em geral temos padrões para conciliar a violência. Não são quarenta e quatro histórias. No que se refere à autodefesa de interesses econômicos e de puro vandalismo, todo mundo percebe igual. Não há a menor diferença. Quando se trata de violência por mudanças sociais, vemos claramente uma diferenciação dos oficiais da polícia militar, que consideram quase tão violento como roubo puro ou puro vandalismo. Quero ser milionário e roubo um banco. Isso é interesse econômico. No caso dos professores universitários, há uma variação menor, já perto do que seria a autodefesa.

A nível da violência do civil, teríamos uma maneira de diferenciá-la precisamente do conteúdo social dessa violência, greves e todo o tipo de violência que não é puramente delitiva. É violência e muitas vezes deveria ser reprimida.

Vamos ver, agora, como se percebe a violência dos policiais, em exercício direto, intervindo nesses crimes. Vejam vocês que os oficiais da polícia militar acham menos violento que os professores quando a política prende alguém porque está roubando para comer. De qualquer maneira, no índice de violência, a polícia não deve intervir na coisa de autodefesa. Os policiais acham pouquíssimo violenta a intervenção deles mesmos, enquanto o resto da população acha relativamente mais violenta, no caso das mudanças sociais.

Nas questões por vandalismo, praticamente todo mundo concorda.

Temos trabalhado nas motivações. Eu queria mostrar um tipo de agressão. Roubar, bater e matar.

Para ganhar tempo, vamos ver a polícia militar. Para eles, bater, seja por autodefesa, mudanças sociais ou contra ladrões normais, é muito mais violento que matar. Isso é uma coisa inexplicável, porque matar é um ato definitivo. Ninguém gosta de apanhar, mas no fundo é bem melhor do que ser morto. Para os policiais, bater é mais grave. Faço essa pesquisa e debato com eles. Por que eles acham mais grave? Porque na prática deles é muito mais fácil justificar a morte, por fuga, do que trazer um preso com um olho machucado.

O policial não corre o risco de ser preso por matar alguém. A não ser que a imprensa venha falar. É por isso que o score de delinquência de policiais é de dez por um. A cada dez ladrões que morrem, morre um policial. O score é enorme, é

exageradamente mais elevado do que em qualquer outro país. Para eles, matar não é uma violência como bater.

Quanto aos civis, seria roubar, bater e matar; para os policiais seria prender, bater e matar. Nesse sentido, bater, em todos os tipos de crime, é maior. Os civis consideram que a não é nada violento a política prender; bater seria relativamente violento e matar mais violento. Para que trouxe essas idéias? Para mostrar a vocês que, às vezes, achamos que todo mundo concorda, mas não é assim. Há formas de ver.

É precisamente na educação que entramos nesse símbolo, que podemos mudar os significados. Por que acontece isso? Pela militarização da polícia.

Pergunte para um policial qual é a atitude dele. Ele fala dos elementos delitivos. Das ocorrências diárias, oitenta por cento são problemas de bêbados, no máximo um pequeno roubo. Dificilmente os policiais lidam, no dia-a-dia, com grandes assaltos e assassinatos. Em geral, separam marido e mulher. Em setenta por cento das ocorrências, são problemas familiares, problemas de bebidas, problemas de doença mental. São coisas assim e os policiais não estão preparados para ser agentes desse tipo de ação. Eles vão utilizar todo um esquema de preparação que é para atacar o crime organizado. Não estou falando que o crime organizado não é grave, pois oitenta por cento das facções são enormemente prejudiciais para a sociedade. Na ocorrência diária, o policial está tratando pouco com o crime organizado, a não ser em certos bairros, em certos locais. Na maioria das

capitais e no interior ele trata com problemas de roubo e de tráfico.

Era o que eu tinha a dizer.

COORDENADOR - O Luís Flávio dispõe, agora, de dez minutos.

PALESTRANTE - Leôncio, vamos estimular o debate. Vou retrucar algumas das suas observações.

Em primeiro lugar, discordo de você quando afirma que é uma obviedade distinguir política de segurança pública de política social. Não é. Absolutamente não é. Tomando como referência a história brasileira, não é. Tanto não é que não sabemos fazer segurança pública. Não há um saber formulado neste país de como realizar segurança pública. O que quero dizer com isso? Não sabemos como fazer policiamento ostensivo competente. Não sabemos investigar sem torturar. Não sabemos recuperar criminosos. Esse saber, hoje, neste país, está a cargo de profissionais que usam e lidam com matérias como essa de uma maneira empírica do senso comum, do conhecimento prático. É um monopólio de um saber que é muitas vezes inspirado numa formação jurídica.

É esse saber que entendo, Leôncio, que deve ser constituído como um fundamento de uma política pública específica que estou denominando de segurança pública. Isso envolve conseguir eficiência no combate ao crime, melhorando a

qualidade da atuação desse tipo de organizações. Discordo de você quando diz que isso não é tarefa para psicólogo ou para sociólogo. Ao contrário. Devemos romper com o monopólio desses profissionais. É nossa obrigação. O nosso saber é fundamental para realizar policiamento, recrutar policiais, desenvolver políticas de ressocialização de criminosos e definir programas de recursos humanos nas polícias e no Judiciário. Profissionais das ciências sociais, no meu ponto de vista, podem e devem utilizar o saber de que dispõem. Mais do que isso, devem construir um saber nessa área. O nosso desafio é elaborar esse saber. Devemos utilizar o instrumental teórico e conceitual das nossas áreas e utilizá-lo no aprimoramento e na efetividade desse tipo específico de intervenção.

Nesse sentido, eu poderia dizer que a política de segurança pública é política social, e aí concordo com você. Obviamente, devemos tomar como referência um conceito amplo e genérico de política social, o que não é muito recorrente na ciência política.

Tomo como referência uma das mais importantes estudiosas desse assunto, norte-americana, que tem pensado corretamente a especificidade do que se está denominando, aqui, de políticas sociais. Envolve a atenuação dos efeitos perversos da desigualdade e de distribuição de renda e dos efeitos perversos da pobreza. É por aí que estou pensando política social. É por isso que estou distinguindo, conceitualmente, em termos de

planejamento e de formulação, o que se denomina de política de segurança pública.

Você questiona essa ênfase de separar as políticas que possam implicar inclusão social com efeitos benéficos no sentido do combate à criminalidade. Não discordamos sob esse ponto de vista. O que entendo, e procurei afirmar, é a importância de se pensar a especificidade de políticas sociais. Convencionalmente, políticas sociais se referem à construção do estado do bem-estar, envolvem políticas de geração de emprego e renda e envolvem políticas de acesso à saúde, à educação, saneamento, habitação. Se pensarmos por aí, volto a dizer, não vamos caminhar de maneira efetiva na redução da violência.

Exemplo efetivo disso: melhoria dos índices de desenvolvimento humano no Brasil nos últimos trinta anos. Não vou fazer defesa de governo "A" ou "B". Simplesmente a evidência tem sido apresentada num levantamento internacional do índice de desenvolvimento humano feito para o Brasil. Temos que entender esse paradoxo. Houve melhoria - não estou dizendo que estamos no melhor dos mundos - de alguns indicadores de acesso à água, a alguns bens públicos e, paralelamente, um crescimento desnesurado dos níveis de violência. Do meu ponto de vista, a explicação sociológica para esse fato está menos na exclusão desses fatores, mas eles não ajudam a entender esse paradoxo, principalmente nas duas últimas décadas. Se não está aí, onde estaria? Na consolidação de um processo perverso de anomia social. Processo perverso este resultante de uma urbanização

desenfreada, rápida, que se deu ao longo das décadas de 60 e de 70, e poderíamos aqui recorrer a uma série de abordagens sociológicas nesse sentido. Fenômenos como esse que tem o efeito não intencional de desestruturar relações básicas de sociabilidade. Num contexto de desigualdade social, aí, sim, somando-se essa mudança estrutural com a persistência dos altos níveis de desigualdade social no Brasil é o que mais caracteriza este país. talvez tenhamos um coquetel perverso, gerador de indivíduos motivados para o comportamento criminoso, principalmente da violência. Isso, concordo com você, ajuda a entender parte do fenômeno, não ajuda a entender o crime do colarinho branco. Está perfeito do meu ponto de vista. Ajuda a entender por que jovens de favelas e de periferias optam pelo tráfico, optam por participação em comportamento delinquente, optam pelo assalto e outros de classe média, da burguesia, não o fazem.

Por outro lado, eu poderia incorporar essa dimensão, Leôncio, concordando com você, que haveria algo de comum na estrutura social brasileira que poderia implicar tanto o crime do colarinho branco quanto o crime violento do cotidiano e da periferia. Talvez aí o fator relevante seja uma sociedade com uma anomia institucionalizada, uma sociedade que historicamente se construiu pelo desrespeito à norma, à regra, à sociabilidade, ao patrimônio público, aos elementos básicos da sociabilidade ocidental. Sabemos muito bem como se construiu na história e se constrói na história, não como elemento de desorganização mas

até de cultura, de significado, de simbólico. Podemos expressar e visualizar dimensões que vão desde o jeitinho, passando pela corrupção e pela opção de vias criminosas mais violentas.

Para encerrar, enfatizo que a questão é colocar, no seu devido lugar, o papel da exclusão social, da miserabilidade e da pobreza para explicar o fenômeno. A questão não é descartá-lo. A questão é entender. Ele não dá conta da extrema complexidade do fenômeno violento e criminoso da sociedade brasileira. Não dá conta.

Vamos ao debate.

COORDENADOR - Temos um inscrito. O Manoel está inscrito há meia hora.

MANOEL - Quero justificar a antecedência da inscrição. Sou professor da Universidade Federal de Sergipe e nos últimos três anos tenho desenvolvido pesquisa etnográfica junto às polícias do Estado, tanto militar quanto civil. Fazemos parte da Comissão de Direitos Humanos da universidade.

Preocupa-me muito que possamos desenvolver de forma argumentativa tão abalizada uma posição de diagnóstico tecnicista que, de certa forma, despolitiza a questão da violência na sociedade. Quero chamar a atenção para um problema que é fundamental na análise da questão. E a sinonímia ou o pareamento entre as noções de violência e criminalidade. Dados da OAB dão conta talvez seja importante o professor incluir

isso para repensar as reflexões que faz – que mais de 80% dos homicídios violentos contra a pessoa e contra a vida não estão relacionados com atividade criminosa. Isso é o que mais assusta. É o crime contra a vida por motivo fútil, o que nos desautoriza, completamente, a reduzir o problema da violência social à questão da criminalidade. Esse é o nosso problema.

Dados de etnografia não confirmam que os quadros da polícia não tenham uma visão técnico–racional. Ao contrário, o que temos encontrado nos quadros de oficialato da polícia, especialmente os que se formaram nos últimos quinze anos, é exatamente uma visão racional-tecnicista que impede que vejam e entendam a dimensão política do problema.

Definir violência é, em primeiro lugar, passar pelo entendimento de que é o processo social, é a sociedade ou a comunidade que não se reconhece, porque violência é falta de reconhecimento social, onde mais se desenvolvem relações violentas. A moralização deveria pôr a salvaguarda a sociedade americana que, apesar de profundamente moralista e moralizada, cada vez entende menos a escalada de relações sociais violentas.

Não temos tempo, não estou como debatedor, mas acho fundamental, já que é um congresso de Psicologia, pontuarmos e relativizarmos que é muito problemático achar que vamos resolver. Primeiro, defender claramente que a solução do problema da violência passa diretamente pela solução técnico–repressiva da criminalidade é quase que absurdo. Finalmente, achar que um segmento social especializado vamos criar outro

grupo de especialistas . que não a policia, que já é uma especialista da repressão . sejam sociólogos, psicólogos ou administradores .vão fazer o exercício da boa violência de Estado contra a população. Agora, uma violência de Estado cientificamente direcionada.

Os dados de etnografia . pode-se consultar qualquer policial, de cabo a coronel . mostram que 70% deles consideram como maior obstáculo para o desenvolvimento de uma polícia profissionalizada, digamos assim, a ingerência da política partidária. Não fazem quinze dias, Salvador foi palco disso. Por coincidência eu estava na rua e tive acesso ao coronel que estava comandando o policiamento. Foi a primeira passeata em que houve repressão. Desde 1985 eu não via aquilo em Salvador. Eu comecei a apanhar da polícia em 1977. Desde 1985 eu achei que a policia tivesse parado de fazer aquilo, mas incorreu numa burrice política, que é burrice política inclusive do ponto de vista da corporação policial, porque jogou a imagem da corporação de vez no lixo. Foi interessante porque, individualmente, ele era polido, racional, cortês, e anunciava valores democráticos. Entretanto, dizia: a casa do governador. O que falta nas corporações militares é fundamentalmente porosidade social.

As corporações policiais ficaram em uma situação em que, não tendo - e nunca tiveram - sustentação social, de base comunitária, porque se fecharam, se restringiram à sustentação social de base político-partidária, e estão reféns. Não depende

de opinião individual de policiais. Tem que haver a produção de uma tradição alternativa de práticas policiais, e isso só se alcança com a porosidade das organizações policiais, na medida em que haja conselhos comunitários dentro das polícias, para discutir práticas policiais. Ser policial não é identidade para ninguém. Isso tem que ser marcado. Qual é a sua identidade? Policial. Esse é um organismo que faz com que a corporação se feche e facilita o uso de indivíduos para aquela finalidade de repressão social.

Finalmente, aquele dado que o professor chamou a atenção. Acho que o dado etnográfico permite compreendermos por que, para o policial, é menos violento matar do que bater. A lógica aí é a mesma de um piloto de caça: por que bombardear uma cidade é menos violento do que se envolver numa briga corporal? Porque está relacionado com a finalidade técnica, enquanto bater não está.

COORDENADOR - O Leôncio é o segundo inscrito.

DEBATEDOR - Não vou polemizar porque já passou o momento.

Se houve um mal-entendido, eu gostaria de explicar. Em nenhum momento eu quis dizer que os psicólogos não devem participar da segurança pública. Eu quis dizer que não se deve identificar a participação da Psicologia pelos psicólogos que

trabalham como policiais ou dentro das secretarias. São casos diferentes.

Estou aqui para convidar a todos para participar, enquanto profissionais cidadãos, e de distinguir. Não são só os psicólogos policiais que têm essa possibilidade. Isso me parece ruim, porque eles não têm a perspectiva que nós, não sendo policiais, podemos ter, colaborando, de fora da instituição. Não devemos criticar de uma maneira maniqueísta, não é esse o caso. Estou distanciando como um possível colaborador em algum momento, e como crítico em outros.

Foi isso que estou dizendo.

PALESTRANTE - Discordo de quase tudo o que você disse obviamente.

Da mesma maneira que você disse que a minha fala é tecnicista, eu diria que a sua fala é extremamente politizada. E é esse tipo de politização do debate que considero perverso e danoso e não contribui em nada para o avanço em termos de política pública no Brasil.

Você usa a expressão "violência do Estado", Manoel, da maneira mais marxista e ultrapassada possível, como se o Estado fosse o representante único da classe dominante. Se pensarmos dessa maneira, meu caro amigo, se continuarmos pensando que aprimoramento das forças repressivas do Estado é antes de tudo o aprimoramento das forças de repressão da classe dominante sobre a classe dominada, não vamos avançar de maneira alguma.

O aprimoramento desses aparelhos repressivos, se quiser utilizar a expressão "repressivo", eu prefiro usar dissuasório é um elemento fundamental de democracia. Desculpe-me, mas discordo fundamentalmente de você. Combate ao crime é direito humano do pobre e do rico. Você sabe muito bem que quem mais sofre com a violência neste país não são os ricos, que estão muito bem protegidos nos seus condomínios. Os pobres das periferias são os mais vitimizados por homicídios e roubos. Defender a eficiência de polícia, é defender eficiência, ordem e direito à vida não do rico, mas do pobre deste país que até hoje não teve direito a isso. Historicamente neste país, a polícia, a justiça e o sistema prisional estiveram manipulados de uma maneira intensiva pelas elites econômicas deste país.

Nesse sentido, o nosso diagnóstico histórico converge. Você mesmo identifica, participando da polícia na Paraíba, um desafio que, mais do que um desafio, já é um processo social. E possível, sim, construir um sistema distinto no sentido de valores específicos que almejamos. É por isso que entendo que esse tecnicismo não é mero tecnicismo burocrático, no mau sentido weberiano do termo. E conhecimento específico, e elaboração de um saber de como lidar o crime com eficiência e respeitando os direitos humanos. Isso não é ideal, isso não é utopia. Discordo de você. É uma viabilidade concreta.

Há inúmeros exemplos de prefeituras, neste país, do PFL ao PT, que estão desenvolvendo projetos exemplares que mostram a possibilidade de uma política pública nesse sentido.

Vamos ser weberianos de novo: querer a democracia sem o

monopólio da violência é uma utopia irrealizável, conceitual e empiricamente. O nosso desafio é fazer com que esse aparelho use a violência, que não é arbitrária por definição legal, de uma maneira que atenda aos anseios da comunidade concordo com você construindo o que você chamou bem de práticas alternativas de políticas. No meu ponto de vista, isso está ocorrendo em algumas realidades locais.

Também dou aula para as polícias militar e civil há décadas. Compartilho o mesmo diagnóstico. Essa parceria entre a polícia e a universidade tem sido o motor decisivo de mudança cultural, de mudança na mentalidade das elites organizacionais. Concordo com esse diagnóstico.

Quando ao conceito, estou usando o conceito de criminalidade violenta. Há criminalidade que não é violenta, vide o que o Leôncio falou, ou seja, o crime do colarinho branco. É uma questão de rigor conceitual. Estou usando o conceito de violência com a possibilidade do uso da força física. Eu poderia citar uma série de outros estudiosos da violência que vão pensar de maneira diferente.

Se você quiser trabalhar o conceito de uma maneira sinônima, não vejo problema. Isso é fundamental para pensarmos em políticas públicas. Uma coisa é uma política específica para combater o crime do colarinho branco; uma outra coisa e políticas específicas para combater homicídios.

Discordo de você. Os seus dados valem para algumas capitais brasileiras. Para as capitais do Sul do Brasil, do Sudeste e em algumas capitais do Centro-Oeste, 60% dos homicídios estão relacionados ao tráfico de drogas. Esse dado que você me apresentou deve ser típico e específico de algumas capitais, que desconheço.

COORDENADOR - Há mais um inscrito.

ROGER - Desde o princípio estávamos falando das políticas públicas.

Parabéns, Luís, pelo seu discurso, muito bem fundamentado, bastante esclarecedor e diferente de tudo que escutamos nas diversas instâncias que tratam de criminalidade e de violência. É bom termos uma marca dessa diferença, sem desqualificar a outra contribuição que foi dada. Foi dado um toque para dizer que temos que repensar a violência de outro lugar. Isso é muito importante para nós.

Contudo tudo, sempre temos uma crítica. Depois que lemos Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, ele diz que não existe linguagem privada. Toda linguagem é coletiva e passa pelo crivo do social. De repente, fico pensando que, assim como existe uma seleção natural, podemos estar vivendo hoje uma seleção cultural, e a emergência da violência pode estar tendo lugar aqui hoje sem ferir Marx. Poderíamos estar pensando que hoje a emergência vem para que se mude valores, sem controle, mas como

qualidade de mudança cultural em toda instância, do ponto de vista do município, do estado, do país ou do mundo.

Hoje temos uma violência em que não se pode responsabilizar os culpados, mas talvez uma emergência de novos valores. Acho que essa é uma questão sobre a qual precisamos repensar. Por isso eu lhe dei os parabéns.

Eu queria estar encaminhando algumas propostas do ponto de vista da Fenapsi, para que pudéssemos estar pensando nas políticas sociais. Ainda vai haver mais uma Mesa, não? Vou dizer, claro, que quando pensamos em termos de poder, temos de pensar em termos de desobediência, porque ela começa lá atrás, quando nos firmamos como pessoa. A primeira palavra, quando nos sentimos como pessoas, independentes, é quando dizemos para o nosso pai: "Não." Esta é a nossa primeira desobediência. A desobediência civil tem que estar presente na nossa vida, seja horizontal, seja vertical.

Outra questão. Quando trabalhamos com gestor, temos que separar, do ponto de vista da inserção do psicólogo, a questão da sociedade civil. Temos que dar conta do binômio público e privado. Se tem um centro, que é centralizador de poder, onde o gestor estará o tempo todo no comando, ordenando despesa, temos que saber que lá fora tem uma periferia que está gritando, e a tendência dela seria migrar para o centro, quer seja por proposta de orçamento participativo, quer seja por outros mecanismos. A tendência seria a periferia, através da

mobilização das comunidades locais, igrejas e ONGs, migrar para uma disputa política de poder. Temos que dar conta disso.

Por outro lado, se temos secretarias, temos que ter conselhos de colegiados.

COORDENADOR - Há mais uma pessoa inscrita.

BASILIO - Sou aqui do CRP-03. Eu me vi nessa discussão porque sou psicólogo, policial militar .sou oficial militar da Bahia e instrutor da Academia de Polícia Militar.

Após ouvir as exposições, fiquei avaliando o quanto é importante esse conhecimento e o quanto somos carentes desse conhecimento no campo da Sociologia, da Psicologia, da Administração.

Percebemos que, na Bahia, hoje, está se proliferando o numero de empresas de segurança, muitas vezes administradas por oficiais, coronéis que talvez tenham adquirido na prática diária e também com o conhecimento. Estão criando empresas de segurança, com a tecnologia, reforçando, de alguma sorte, o seu trabalho nesse campo, e deixando de lado a questão pública, a preocupação com a situação pública.

Na Bahia temos um caso interessante. Não estamos avançando para a racionalidade técnica, mas, sim, para a racionalidade política. Essa é a grande questão. Hoje, infelizmente, quem manda na polícia, quem controla e quem pensa

não são os coronéis. Quem controla todo sistema é a política de governo vigente. A minha experiência é para que eu possa, de alguma sorte, convidá-los a invadir os quartéis. O espaço da Psicologia é de invasão. Hoje, sinto, na interface entre o psicólogo que se tornou psicólogo, que o meu discurso e a minha postura estão influenciados por esse ambiente. São quatro anos de militarismo e não conseguimos, muitas vezes, ter essa visão ao nosso alcance. Por isso é importante haver pessoas dos dois lados, inclusive para a troca de informações.

Muito obrigado. (Palmas.>

NÃO IDENTIFICADO - Eu gostaria de me dirigir ao professor Leôncio.

Eu queria uma confirmação, porque tive a impressão de que ele disse que a política de combate à violência tem sido, com frequência, uma política de exclusão. Eu gostaria que o senhor comentasse a respeito disso.

DEBATEDOR - Eu não queria ser mecanicista

De fato, em países em que as injustiças e as diferenças são muito grandes, a questão de decidir o que é mais importante não é uma questão de poder e da política, como já foi dito. Então, é escolher o que é mais grave. Por exemplo, no século passado, a polícia se dedicava - e havia uma grande indústria - a evitar que nas fábricas houvesse sabotagem. Esse era o grande delito.

Quando veio a Lei Seca, para impedir o alcoolismo na Inglaterra ou nos Estados Unidos, era para impedir que os operários se embebedassem e isso viesse a atrapalhar o grande taylorismo.

Por natureza, não tem que ser assim, mas na prática tende a ser assim se não há outras forças que corrijam e debatam isso.

Agora, há sempre o perigo do uso do poder de uma maneira que serve aos grupos dominantes. Aí, então, a democracia, a participação e os debates com representantes da polícia é que vão ser úteis. Foi isso que eu quis dizer.

PALESTRANTE - Leôncio, eu acho essa questão importante porque aponta para um desafio que é a política institucional. Concordo com você e esse rapaz que acabou de falar foi muito feliz. Essa politização das organizações da segurança pública, que tem como implicação discriminação social, privilégios e regalias, pode ser revertida. Agora, o desafio é a construção institucional e legal que devemos elaborar. E esse arranjo, Leôncio, que me parece complicado, porque ainda não sabemos como fazê-lo. A nível internacional, isso também é *um* desafio, porque esse tipo de influência de lideranças políticas locais sobre organizações policiais, por exemplo, tem sido identificado nos casos norte-americano, inglês, francês, mas principalmente no norte-americano, no qual a polícia é muito municipalizada.

O que devemos evitar, no meu ponto de vista, é o sonho perigoso de plena autonomia dessas organizações, achando que Isolando-as da influência política e decisória de prefeitos, governadores ou presidente, conseguiremos resultados mais satisfatórios. Eu diria que os resultados tenderiam a *ser* mais perversos, porque a história brasileira, se por um lado teve influência de momentos específicos, é também de insulamento delas. Se os senhores me permitem um exemplo, cito a polícia civil neste país. Esta é uma organização de exemplo típico de insulamento burocrático, avessa a influências e decisões políticas de governadores de plantão. Como reverter esse quadro é um grande desafio que tem que se dar no debate público, coletivo e no parlamento. Não vejo outra alternativa. E rio parlamento que organizações como essa podem perder esse insulamento perverso, muito característico na sociedade brasileira.

COORDENADOR - Não há mais inscritos.

Vou passar a palavra a cada um dos componentes da Mesa para as despedidas e encerraremos os trabalhos.

DEBATEDOR - Eu gostaria de agradecer ao Conselho Federal de Psicologia pelo convite para participar como debatedor.

Eu não conhecia o Luis Flávio e adorei ouvir o Manoel. Talvez discordemos menos ou mais, mas o mais importante é não

haver unanimidade no debater porque seria uma coisa falsa. Temos visões diferentes, que são ricas e têm de ser debatidas. A unanimidade, neste caso, seria realmente burra.

Agradeço por ter debatido com vocês.

DEBATEDOR - Leôncio, eu também concordo com você. Entendo que muitas das divergências no debate nacional poderiam ser devidamente rompidas em algum nível com um certo grau de despolitização. Eu acho que o problema da área de segurança pública é que ela está excessivamente politizada no mau sentido do termo. Concordamos que a politização é fundamental como influência de instâncias políticas sobre o sistema. Refiro-me à politização no mau sentido, no sentido do mero debate ideológico, porque acaba por contrapor posições e intervenções de políticas públicas a favor de uma ideologia ou de outra ideologia. Isso permeou, Leôncio, o debate nacional até meados da década de 80 e ainda está contaminando parte do debate nacional. Isso, do meu ponto de vista, impossibilitou que governos estaduais, ao longo da década de 80, fossem capazes de pensar segurança pública como um elemento fundamental da qualidade de vida da população. Convencionalmente, o que os governadores fizeram neste país e ainda fazem em alguma medida, quando querem lidar com, a segurança pública? Compram viaturas, compram armamentos, constróem delegacias. Conhecemos o ritual: polícia na rua, na praça pública, ceia, duzentas viaturas estacionadas, o governador e o chefe da policia civil fazem o

discurso, as viaturas saem em carreatas pelo centro da cidade. Sirenes a beça! Isso é política de segurança pública neste país. Tradicionalmente. E assim que os governadores de plantão deste país sempre trataram a questão fundamental de cidadania e de qualidade de vida.

Isso *significa*, caro Leôncio, que o debate ideológico não tem como ser superado mas pode encontrar pontos de consenso, ao contrário do que o Manoel disse, do ponto de vista técnico. Entendo que o conhecimento das nossas áreas pode auxiliar de uma maneira decisiva no diagnóstico da realidade e no apontamento de soluções. Não estou caindo no risco do cientificismo positivista barato. Não estamos aqui acreditando que vamos ter o conhecimento pleno e total sobre o fenômeno da violência e da criminalidade. Acho que as ciências sociais brasileiras, particularmente a sociologia e a Psicologia, têm muito a dizer. Leôncio, ainda acho que elas têm muito a interferir. A experiência do Luiz Eduardo Soares, cientista político, no Rio de Janeiro, foi muito ilustrativa e, ao mesmo tempo, traumática. Um cientista social comandando o aparato da segurança pública. Na minha avaliação - e já disse isso para ele - o erro foi ele achar que era secretário de segurança. Na verdade, o Garotinho tinha um outro, que dividiu o poder com ele.

A possibilidade de isso vir a acontecer parece-me real. Eu diria: abaixo o monopólio de generais, juristas e advogados da área de segurança. O conhecimento jurídico não é o adequado para lidar com o fenômeno da criminalidade e da violência. Não

é. É um conhecimento tecnicista, formalista, incapaz de compreender o comportamento humano. Cabe a nós interferir, sim, de maneira decisiva com políticas. E não é só com assessorias. Quem sabe, um secretário de segurança da área de Psicologia? Por que não?

Muito obrigado pelo convite.

COORDENADOR - Agradecemos a todos pela participação.

Declaro encerrada esta Mesa.

Daqui a cinco minutos terá início a mesa-redonda intitulada A Participação dos Psicólogos nos Organismos de Controle Social.

COORDENADOR

Vamos iniciar a mesa-redonda *A Participação dos Psicólogos nos Organizamos de Controle Social*.

Lembro mais uma vez a intenção deste seminário no sentido de estar ajudando a qualificar os psicólogos para essa discussão de políticas públicas. Há hoje diversos psicólogos participando de inúmeros conselhos, chamados conselhos de controle social, nas áreas de saúde, de educação, de assistência social ou da criança e do adolescente. Para esta Mesa, fora convidadas três pessoas.

O Miguel Angel Cal González, além de ser um dos responsáveis pelo II Encontro Norte-Nordeste, é Presidente do Conselho Regional de Psicologia, Bahia e Sergipe. É Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e participou do Conselho Municipal de Saúde.

A Fernanda Otoni de Barros é membro do Conselho de Criminologia e Políticas Criminais, da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Minas Gerais. A Fernanda é psicóloga, doutoranda em sociologia e política, pela Ufl4G, e psicóloga judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

A Elcimar Meire da Rocha Mantovani é pós-graduanda em Psicologia Social pela USP, coordenadora da Subsede de Assis, do Conselho Regional de Psicologia, e foi membro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Assis, São Paulo.

Com a palavra Fernanda

PALESTRANTE I

A minha tarefa aqui hoje é transmitir um pouco o que é trabalhar num órgão de controle social que indica as políticas públicas de criminologia, o Conselho de Criminologia e Políticas Criminais, ligado organicamente à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. A composição do Conselho, determinada pela lei, é de treze membros. Como o Luiz Flávio falou, a composição está prevista a participação de professores da área do Direito – Direito Penal, Processual Penal e Direito Penitenciário – e de ciências sociais e de organismos da área social, mas existe um pequeno problema. Da forma como esses conselhos são constituídos, é por indicação do Secretário de Justiça e não há previsão legal da forma de representatividade para essas áreas dispostas na lei. Então, isso coloca algumas questões. Durante o trabalho pretendo destacá-las.

Devemos pensar, também, que não há representatividade do ator no qual essas políticas irão intervir, que é o próprio preso, o sentenciado. Isso decorre de um fato que não é exclusivo da sociedade brasileira, mas é de uma ordem mundial que impera: o preso perde os seus direitos políticos. Temos que discutir quais são as decorrências disso. Eles se organizam de outras formas, se organizam nas margens. O PCC é uma manifestação disso quando não é dada a eles uma forma legítima de manifestação e associação em torno dos seus

direitos. Eles não podem votar. Então, não têm representatividade e isso tem uma série de consequências.

Mudar isso seria mudar a cultura de pensar esses dispositivos e a intervenção disso no espaço público. Pretendo estar discutindo com vocês as consequências desse tipo de organização.

Cabe ao Conselho de Criminologia formular a política pública penitenciária do Estado, observadas as diretrizes da política penitenciária nacional. Também tem função de fiscalização dos estabelecimentos e serviços, para verificação do cumprimento da lei e da implantação da reforma penitenciária. Foi cumprindo essa função que, em 1994, seguindo as diretrizes propostas em 1988, pela Constituição, foi sancionada a lei de execução penal que dispõe sobre as normas dessa execução, com um sentido novo, ou seja, as diretrizes pretendiam fazer da execução penal um momento privilegiado de reeducação do preso e do internado, proporcionando-lhes condições de reintegração na sociedade. Reeducação e reinserção são princípios fundamentais que fundamentam a atual política criminal. Eu gostaria de destacar isso.

A aplicabilidade desses princípios está prevista em dispositivos de lei que regulam o funcionamento das penitenciárias e dos órgãos penitenciários. O preso em regime fechado é submetido a exame criminológico que deverá verificar as causalidades da inadaptação social a partir de possíveis carências físicas, psíquicas, orgânicas ou outras causas.

Então, o preso é observado e é proposto um tratamento que ele deverá cumprir até a sua saída da instituição penal. A presença do psicólogos, juntamente com a Psiquiatria e o serviço social, é marcante na estruturação desse tratamento, dessa proposta de tratamento.

Apesar de a lei, em seus dispositivos, apresentar a forma de uma política penitenciária desenhada para reinserção e reeducação, na prática o que assistimos é a falência e a ineficácia desse processo. É nessa conjuntura, nesse terreno ceifado de contradições, que se torna imperativo erguer uma outra leitura sobre essa política em criminologia, que durante muitos séculos pretendeu responder às causas da criminalidade, destacando, sobretudo, o comportamento criminoso, intervindo sobre o homem delinquente e se afastando de um objeto mais circunscrito e, talvez, anterior ao desvio, que são as condições que provocam a criminalidade.

O homem avaliado e acompanhando dentro das diretrizes dessa política é visto na perspectiva individual, aistórica, retirando do humano a dimensão da ação política e social. Leitura reducionista, onde o sentenciado pode ser reeducado e reinserido se seguir o tratamento proposto pelos dirigentes, desconsiderando a sua ação e a sua reação como um ator desse jogo. Uma educação moderna incentiva e constrói o sentimento de liberdade e de espontaneidade do indivíduo. O cárcere concorre contra isso. O cárcere é um lugar disciplinar, repressivo e uniformizante.

Estudos de Psicologia há muito tempo nos mostram que a longa pena carcerária não contribui em nada para transformar o homem criminoso em um homem adaptado à ordem vigente. Isso não existe. A pena não reeduca. Há um processo em curso dentro do sistema carcerário, um processo de desculturação e aculturação ao mesmo tempo. De um lado, há uma desculturação, ou seja, ele se afasta da sociedade externa, dos seus valores e princípios culturais de onde se deu a sua formação, numa desadaptação progressiva das condições necessárias à vida e à liberdade. Por outro lado, ele é aproximado da cultura prisional, onde outros valores e regras são estabelecidos através da função de atitudes e modelos de comportamento adequados, imprescindíveis para a sobrevivência no cárcere.

Sobre essa dupla ordem de relações, o efeito negativo da prisionalização em face a qualquer tipo de reinserção do condenado conduz a dois processos característicos de educação. Uma é a educação para ser criminoso e a outra é a educação para ser bom preso. Sobre o primeiro processo, influi o fato de que a hierarquia e a organização informal da comunidade são dominadas por uma restrita minoria de criminosos que, pelo poder e prestígio que gozam, assumem a função de modelo para os outros. Todas as relações, dentro do sistema carcerário, são reguladas a partir dos critérios que emanam dessa liderança no poder.

Por outro lado, a educação para ser bom preso ocorre através da aceitação das normas postas em ação pelo *staff*. O

verdadeiro objetivo da instituição é disciplinar e reprimir os conflitos, e aí ela perde por completo a função proposta pela política, que seria a função educativa.

Uma outra questão importante é que a relação que existe entre a sociedade e o cárcere é primordialmente uma relação entre quem exclui e quem é excluído. Toda técnica de reinserção se choca com a natureza da exclusão. Não se pode, ao mesmo tempo, excluir e incluir. O cárcere reflete as características que, na sociedade, recebem o valor negativo, uma sociedade em que existe uma ordem social dominante que convive com contradições estruturais. E essa sociedade tenta resolver essas contradições com o mecanismo da exclusão. Desconsidera-se que a reinserção pressupõe uma exclusão inicial, e sobre essas causas ainda nada se faz. Para aqueles excluídos dessa ordem, essa política tem mais o caráter de corrigir a árvore torta do que conviver com ela.

Sem dúvida, podemos retirar da análise dessa política a condição de um exame onde o objeto a ser examinado é o homem preso, em suas ações e comportamentos individuais, negativos para a ordem vigente, sob o olhar de um examinador que parte de condições preestabelecidas pela ideologia prevista pelo conceito de defesa social. Então, a ordem social deve ser mantida sem questionamentos e o homem que dela se desvia deve ser reinserido.

Não se coloca em nenhum momento a pergunta: por que essa não outra? Temos que nos perguntar se na

contemporaneidade os sintomas que se destacam deflagram uma ruptura com a ordem. Temos que nos perguntar sobre a validade dessa ordem.

Apesar da ineficiência dos órgãos de controle em efetivar a reinserção desse homem à ordem vigente, assistimos, a cada dia, à reincidência dos delitos e das instituições em tratar o homem preso a partir da utopia de um homem ideal, submetido, sem reações, à ordem do poder instituído.

Os órgãos de controle social, no campo da criminologia, ainda são desdobramentos de uma ideologia cunhada a partir do conceito de defesa social. As teorias que sustentam os diversos paradigmas no campo da criminologia variam de uma visão positivista e etiológica, sustentada pelas teorias patológicas da criminalidade, onde características biológicas e psicológicas diferenciam os sujeitos criminosos dos normais e têm por objeto não o delito e, sim, o delinquente. No meio do caminho vamos encontrar teorias que deslocaram a atenção dos fatores biológicos e psicológicos para os sociais, mas a intervenção continua tendo por objeto o sujeito criminoso através da corrente correcionista, que tenta corrigir.

Num outro extremo, temos a teoria da reação social, considerando o crime um comportamento definido pelo direito, repudiando o determinismo que considera o criminoso como indivíduo diferente. Nesse novo modelo, o Direito Penal recebe a crítica do ponto de vista sociológico e político. Propõe-se, como sentido da pena, não a correção e, sim, o princípio de

humanidade, legalidade e utilidade, e, ainda, o sentido da utilidade da pena no sentido de reinserir dentro de uma ordem vigente.

Essas três correntes se diferenciam em suas concepções de homem e sociedade, mas encontram-se amarradas à ideologia de defesa social, como nó teórico e determinante nas políticas criminais. Essa ideologia nasceu com a revolução burguesa e tem o princípio da legitimidade, onde o Estado, como expressão da sociedade, está legitimado a reprimir a criminalidade - são responsáveis as instâncias oficiais de controle social - e deveria reprimir porque o bem da sociedade é o homem, dentro dos princípios da ordem vigente. Há os princípios do bem e do mau, onde o delito é um dano para a sociedade e o delinquente é um elemento negativo e desfuncional do sistema social. O desvio criminal é um mal e a sociedade constituída, um bem. Todos têm igualdade perante a lei e, por isso, todos que se desviam devem ser punidos.

Temos que perceber que esse conceito de defesa social está cunhado dentro de uma concepção abstrata e aistórica da sociedade. Não é um conceito situado numa concepção de construção de sociedade que tem uma relação histórica em que valores e interesses são definidos em um processo histórico, ou seja, em um processo das relações sociais que vão constituindo o que são interesses e o que são valores. Então, temos que pensar os valores da sociedade e a concepção de criminalidade e de penalidade dentro de uma determinada sociedade e não fora dela.

Sabemos que o que é o crime para determinada sociedade não é crime para outra, e as formas de sustentação disso também diferem. Então, temos que tentar localizar isso em determinado processo.

Para construção de políticas criminais situadas dentro de uma análise histórica, temos que partir do ponto de vista das classes marginalizadas e perguntar, dentro desse sistema, o que seria a violência. O que está em questão aqui é a violência de uma ordem que se assegura em interesses de uma minoria dominante e encontra, nos órgãos de controle, uma forma de legitimar a exclusão de tudo aquilo que interroga, incomoda e ameaça os interesses do poder, uma ordem que produz marginalidades a um nível insuportável pelo humano, que reage segundo princípios e modos de subjetivação como está inscrito em seu destino.

Nesse sentido, proponho algumas alternativas que depois poderemos discutir mais pausadamente.

É preciso pensar, então, que as políticas criminais não devem ter o seu assento na função punitiva do Estado e, sim, na política de transformação social e institucional. Temos que pensar, também, até que ponto podemos intervir no sentido de sustentar uma política de representação processual em favor dos interesses coletivos, tendo em vista que, como há um desvio enorme de investimento nas áreas de interesse essencial para a vida dos indivíduos (comunidade, saúde, segurança para o trabalho, integridade), isso produz, de certa forma, a marginalidade.

Por último, eu gostaria de acrescentar à discussão a necessidade de que partamos para um processo de despenalização, de contração ao máximo do sistema punitivo. Isso significa substituir as sanções penais por formas alternativas de socialização. Sabemos que o cárcere é uma instituição fracassada para fins de controle da criminalidade e reinserção do desviante na sociedade. É o que a história nos revela em qualquer modelo carcerário. O assentimento subjetivo à punição é o que legitima um processo de responsabilização, mas sua forma vem no caso a caso e a privação de liberdade não contém os meios necessários para disparar esse processo. A derrubada dos muros do cárcere tem para essa nova criminologia o mesmo significado programático que a derrubada dos muros do manicômio tem para a nova Psiquiatria.

É preciso concluir essas novas metodologias e esses novos espaços de trabalho que possibilitem ao sentenciado a construção de uma nova saída, sabendo que podemos oferecer simplesmente as entradas, porque as chaves da saída quem as tem é o sujeito. Por certo, as entradas que hoje são oferecidas têm mais a ver com o castigo do que com a real possibilidade de um assentimento a uma ética de uma ordem social.

Antes de tudo, devemos perguntar por essa ordem que hoje está estabelecida, que é uma ordem que simplesmente exclui ao invés de permitir que essa marginalidade, essa cultura que se desenvolve à margem, tenha um lugar de expressão dentro do contexto dessa ordem social.

Nesse sentido, eu gostaria de concluir, apesar dessa violência que joga à margem toda a possibilidade de articulação. No debate, recuperamos essa discussão.

COORDENADOR - Vamos ouvir, agora, a Elcimara.

PALESTRANTE II

É com prazer que estou aqui hoje para dividir com vocês uma pouco das questões que vivi como presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, em Assis, São Paulo. Essa vivência me possibilitou refletir um pouco acerca do papel do psicólogo e da Psicologia dentro dos órgãos de controle social. A minha fala será mais ou menos na direção da defesa e da tentativa de levar as pessoas, principalmente os psicólogos, a se inserirem nos órgãos de controle social, visando qualificar, junto com outros profissionais, essas representações que consideramos de extrema importância.

A preocupação com questões relacionadas às políticas públicas e direitos humanos têm sido mais atualmente objeto da Psicologia. Hoje, pensamos numa Psicologia muito mais comprometida com uma maioria da população, uma Psicologia que venha ao encontro dos direitos e da defesa da cidadania. Isso nos traz uma tarefa: planejar essa Psicologia, planejar o futuro dessa nossa profissão. Planejar o futuro dessa nossa profissão passa por algumas estratégias: buscar, principalmente, uma

prestação de serviço com qualidade; buscar guiar-se, sempre, pelos princípios dos direitos humanos; buscar defender sempre a construção de políticas públicas.

É preciso trabalharmos enquanto profissionais e psicólogos para que a Psicologia esteja sempre ao alcance de quem dela precisa, que é a maioria da nossa população.

Vivemos em um país desigual – aliás, campeão de desigualdade e de distribuição de renda – um país no qual algumas vidas valem mais do que outras, um país no qual alguns têm cidadania e outros não. Reconhecer o direito à cidadania, no Brasil, significa privilegiar a luta pelos direitos daqueles que não têm. Quando atuamos, ignorando essa desigualdade, trabalhamos para reforçá-la, e a minha fala vem no sentido contrário. Temos que trabalhar para eliminar essas desigualdades sociais. Trabalhar pelo compromisso social, que vimos defendendo tanto, é exatamente reconhecer a desigualdade existente e trabalhar para superá-la sempre, priorizando os que não têm tido acesso à Psicologia e aos bens culturais criados pela nossa humanidade.

Quando atuamos em nossa profissão, não fazemos de forma neutra. Ao contrário, incentivamos e promovemos determinada sociedade. Precisamos ser muito claros a respeito da concepção de mundo que temos, que profissão buscamos e que luta reconhecemos como necessária na nossa sociedade. Precisamos ter claro e refletir que concepção temos de cidadania, de responsabilidade social e, mais ainda, que concepção temos,

enquanto profissão, que busca o compromisso com a sociedade. Não há como separar a nossa intenção de colocar a Psicologia a serviço da transformação da sociedade, na busca de condições de vida mais humana, sem estarmos permanentemente imersos, apoiando e promovendo movimentos da sociedade que busquem melhores condições de vida para toda população.

Os movimentos sociais que aglutinam e direcionam esforços para uma sociedade melhor têm se fortalecido e os psicólogos têm se inserido nesses lugares. Trata-se dos órgãos de controle social, os conselhos municipais da criança e do adolescente, de educação, de saúde, dos direitos humanos. A nossa Psicologia, portanto, tem que romper com a prática elitizada e qualificar a nossa atuação sempre na busca de uma reflexão crítica sobre a nossa participação na sociedade. Temos que pretender um futuro crítico para a nossa profissão, um futuro comprometido com a maioria da população e com uma Psicologia transformadora. A Psicologia deve ser um instrumento de fazer social, de transformar essa sociedade, rompendo com as alianças das elites brasileiras. Buscamos espaços em que a Psicologia sirva para garantir uma sociedade mais justa, em que a necessidade da população seja atendida através de políticas públicas de qualidade.

Nos tempos que vivemos, a importância das políticas públicas parece empalidecer com tanta privatização que presenciamos. Parece que temos a certeza de que tudo que é pago é melhor e a qualidade fica para o profissional ou seus preços.

Parece que tudo que compramos tem uma qualidade que não aquela que recebemos como de direito. Parece que isso vai levando a um conformismo perverso, no qual temos que pagar para ter. E perdemos a noção do direito daquilo que é público, e aí o público vira aceitavelmente algo de má qualidade. Nós acabamos nos esquecendo que vivemos num estado de direito em que todo cidadão brasileiro tem direito à saúde, à educação, à habitação ao bem viver. Esses são deveres do estado, que se concretizam através das políticas públicas. É através dos conselhos municipais e dos órgãos de controle social que garantimos a interlocução da sociedade civil com o governo, com aqueles que determinam as políticas e a utilização dos recursos em políticas públicas.

Os órgãos de controle social têm tido um papel fundamental em nossa sociedade, permitindo que se pense que a sociedade pode intervir na definição de políticas públicas, e o psicólogo tem o papel fundamental, em parceria com outros profissionais e com outras entidades, pois pode qualificar as discussões sobre as políticas públicas e a qualidade que exigimos nos nossos serviços públicos.

Os conselhos, não sei se isso é claro para todos, têm um objetivo claro. Hoje de manhã uma pessoa disse que, na Bahia, um Conselho Municipal de Saúde foi destituído pelo prefeito municipal e que isso é legal. Não concordo com essa visão. Legalmente isso não é possível. Os conselhos municipais e os conselhos estaduais são definidos e determinados em lei e

ninguém tem autoridade para destituir um conselho municipal. Não sei qual é a realidade aqui e o nível de pressão, mas existem formas legais de se exigir que os conselhos, através dos seus representantes da sociedade civil, permaneçam e sua definição de política pública seja respeitada. Ainda hoje temos uma visão de conselho como algo atrelado ao poder público. Os órgãos de controle social são autônomos e possibilitam que se definam políticas públicas comprometidas com toda a sociedade, comprometidas com as nossas crianças, comprometidas com os nossos adolescentes, com a saúde, com a educação e com a promoção social. E nesse sentido que a Psicologia tem que atuar. É nessa direção que a Psicologia tem que estar, se busca, como temos ressaltado e refletido tanto, o compromisso social.

As atuais e controvertidas propostas de planejamento das políticas públicas colocam muitas questões que têm até nos deixado meio que passivos frente a toda situação que percebemos e convivemos diariamente. Os órgãos de controle social permitem que haja uma articulação entre a sociedade civil e todas as entidades que busca a garantia total dos direitos, e é nessa direção que a Psicologia precisa estar pensando. E nessa inserção. Hoje, a Psicologia não fica mais na visão só do indivíduo, só do atendimento clínico. A Psicologia tem outro compromisso e os psicólogos têm que se inserir nesse contexto social, buscando exercer uma profissão com qualidade e buscando exercer uma profissão que procure o compromisso com toda essa sociedade.

Os órgãos de controle social . conselhos municipais e estaduais . não são criações arbitrárias de alguns militantes compulsivos que imaginaram e criaram os conselhos. Eles são, de fato, uma possibilidade de garantia de atendimento das necessidades da população. A criação deles passou a dar uma nova ordem de representação social. Tanto Platão quanto Marx, em seus discursos, defendiam uma revolução que deveria transfigurar o mundo social. Isso se relaciona com um desejo de se construir uma sociedade que não apenas seja melhor mas que se ache livre de toda fealdade, onde alguns decidem por todos.

Seguramente, os avanços de nossa profissão, enquanto ciência, desempenharam e têm um papel fundamental a desempenhar na construção de uma ética que oriente para além da simples regra de atuação profissional e que mostre a importância de nossa inserção nesses órgãos. Devemos fomentar cada vez mais os conhecimentos acumulados que nos permitam concentrar o nosso enfoque de atuação em busca de atividades coletivas, rompendo com aquela visão inatista e empirista, indo em direção a um interacionismo histórico crítico, que defende a idéia de que todo sujeito desenvolve-se progressivamente e que o pensamento e a personalidade humana resultam da reorganização ativa das relações entre as características individuais e o contexto social em que vivemos. Resgatar cotidianamente o conhecimento acumulado por uma Psicologia que conduza à saúde coletiva é uma tarefa infinita, porém, contribui para reinventar, na atualidade, o compromisso social em busca de uma ética

politicamente crítica que leve cada vez mais à possibilidade do exercício da cidadania. (Palmas.)

COORDENADOR - Vamos ouvir o Miguel.

PALESTRANTE III

Vou ser um pouco breve, pois realmente estou um pouco cansado em virtude dessa maratona.

Eu havia preparado alguns pontos, mas vou tentar ser mais objetivo na questão da construção e da participação dos psicólogos nos Conselhos aqui na Bahia.

Eu poderia citar o modelo de participação popular e de controle social que vem, na verdade, de toda uma construção e de uma perspectiva a nível de um modelo de saúde descentralizado no país. Então, vem da época da ditadura, começando nos anos 80, com as ações integradas de saúde, em 1984, passando pelos sistemas unificados e descentralizados de saúde e com a Constituição de 1988.

Eu poderia relatar um pouco o que foi esse processo de inserção da sociedade civil, dos usuários e dos movimentos sociais nesse processo de construção de políticas públicas. Entretanto, fui um pouco provocado pela Mesa e vou falar da realidade da Bahia, colocando como foi esse processo de inserção nos organismos de controle social dos psicólogos e mais concretamente do Conselho de Psicologia.

Esse movimento começou há uns cinco anos, quando se começava a construir toda uma concepção de mudança de paradigma de atuação dos conselhos, de sairmos daquele lugar burocrático, passando a nos articular com a sociedade na construção de algumas questões que fossem de interesse comum e tivessem relação com a construção da cidadania. Acho que essa foi a diretriz definida a nível do CRP-03.

A partir daí, vimos que não adiantava construirmos isso isoladamente. Vem, então, um outro modelo de atenção. Nós nos respaldamos no modelo de atenção, que colocava a questão de toda uma atuação inserida em equipes multiprofissionais. Se a concepção era essa e estávamos discutindo a qualidade, um novo modelo de participação e de atuação da psicologia, não teria sentido continuarmos isolados, discutindo a Psicologia com os nossos pares. Então, teríamos que entrar no campo da certeza. O campo da certeza seria nos articularmos e discutirmos as nossas questões com outras profissões, e começamos a construir essa participação com outras profissões.

No início foi bastante complicado. Alguns perguntavam o que os psicólogos estavam fazendo. O que essa profissão, totalmente omissa e distante, está querendo fazer aqui? Começamos essa discussão a partir de uma autocrítica e de uma avaliação sobre a participação dos psicólogos nesse processo de construção de cidadania e de políticas públicas. A participação do fórum foi qualificada porque tínhamos também algumas áreas de intervenção e de discussão e algumas bandeiras e nacionalmente

tínhamos o que propor. Tínhamos uma linha definida e uma proposta de intervenção definida, principalmente na área de saúde mental. Estou falando mais da construção e da participação na área de saúde. E assim foi feito.

Esse trabalho foi crescendo e, dentro do fórum, conseguimos nos articular, avançar e conquistar alguns espaços de participação efetiva dentro de uma bancada de conselheiros.

Qual é a situação da Bahia, nesse quadro? Se pegarmos a Bahia como um todo, vivemos num estado de ditadura civil. Isso se reflete, também, nos órgãos de controle social. Quando falamos em ditadura civil estamos dizendo que não existe interlocução entre os governantes e a sociedade. Os conselhos, que poderiam ser os intermediadores dessa interlocução, são combativos ou acabam sendo cooptados, sem nenhuma função, descaracterizados por ações do poder público. Então, é essa a relação que temos hoje. O controle também deve ser sobre a gestão dos recursos.

Temos esse quadro e a maioria dos conselhos, de todas as áreas, são apêndices ou respaldam todas as propostas e todas as ações do setor público e dos gestores. Quando há ações efetivas, elas ocorrem a partir de algumas alianças com setores mais progressivos da sociedade, com aqueles que se sentem alijados ou prejudicados.

A Elcimara perguntou como um Conselho Municipal de Saúde pode ser destituído. Eu diria que ele não foi destituído, mas, sim, cassado, o que é pior. O processo, até um ponto, foi

legal; depois, não. Por que foi legal? Foi aprovada uma lei. No final de um mandato encaminhou-se uma lei de mudança desse Conselho. Só que o Conselho tinha um mandato e teria que encerrá-lo. O mandato se encerraria em novembro e fomos cassados em dezembro. Quase onze meses antes do término do nosso mandato, fomos cassados, e numa situação esdrúxula.

Por que fomos cassados? Porque realmente exercemos o controle social e nos rebelamos contra todo um desvio de verbas que existe em Salvador e na Bahia, um desvio de verbas em que se maquia a cidade, mostra-se o que não existe e tudo é colocado em termos da mídia. Este é um paraíso, esta é uma cidade bela. Não se sabe a realidade desse povo.

Vocês, que são de fora, têm rodado muito por áreas turísticas. Proponho fazermos um tour alternativo. O tempo que vocês gastam para circular na área turística é um décimo do que vão gastar para percorrer as áreas pobres da cidade. Noventa por cento desta cidade é pobre. O povo vive em condições precárias.

Então, esse Conselho exerceu efetivamente o seu controle social. Dois milhões de reais foram desviados da saúde para a propaganda. Isso foi detectado. Foram direcionados a uma só empresa e a uma rede única, que é a rede vinculada à família do nosso Senador Antônio Carlos Magalhães. Quando o Conselho discutiu esse ponto, fomos literalmente cassados.

Eu queria entrar em outras áreas de atuação. Além da área de saúde, que é o nosso modelo, atuamos também na área de

assistência social. Hoje, sou vice-presidente do Conselho. É um Conselho extremamente difícil, mas hoje tentamos mudar um pouco a assistência social estadual.

O Conselho de Saúde era composto por trinta e dois membros. Os Conselhos Municipais de Saúde são paritários: usuários, prestadores, governo e profissionais de saúde. Esse Conselho foi reduzido de trinta e dois para dezesseis. Tínhamos um presidente elegiam pelos pares. O Regimento dizia que os conselheiros elegem o presidente. Tínhamos, há três anos, um presidente que era da sociedade civil, sempre num bate-chapa com a Secretária de Saúde. Ganhávamos todas as eleições. O que ocorreu? Com a lei, passou de trinta e dois para dezesseis, sendo que o Presidente é a figura vitalícia da Secretária de Saúde, e isso ocorre em todos os conselhos do Estado. Em todos os conselhos estaduais o Presidente é o Secretário da pasta, cabendo a nós apenas a possibilidade da vice-presidência. Essa composição ficou mais complicada, porque na parte do usuário está o Procon. Nunca vi isso. Um órgão de controle do consumidor, órgão governamental, virou usuário. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia virou usuário.

Tentamos construir, a partir do que sobrou do Conselho Estadual, um espaço de discussão e um projeto, que chamamos de Saúde Salvador. Na verdade, tentamos funcionar como um conselho paralelo, construindo essa alternativa para Salvador. Tem sido muito complicado. Temos pensado e nos mantido juntos, tentando, de alguma forma, resistir a todo esse processo violento e

contrário aos interesses da maioria da população do Estado da Bahia.

Para finalizar, eu gostaria de registrar que temos pensado muito no compromisso social. Temos colocado muito a questão da qualidade e da ética, mas, neste momento, temos que ir um pouco além da questão da qualidade e da ética. Temos que pensar um pouco no projeto que os psicólogos têm para a sociedade. E nisso que temos que pensar hoje. Não adianta discutirmos apenas o compromisso social dentro de uma perspectiva profissional. Temos que pensar esse compromisso social numa perspectiva profissional e social. Essa participação em órgãos de controle é muito importante nesse processo.

Tirei algumas coisas alternativas que estamos tentando criar, até para contrapor a essa ditadura civil que vivemos.

Na Bahia temos exemplos de resistência e de construção democrática desse processo. Um exemplo é Vitória da Conquista, prefeitura do PT. Algumas companheiras presentes poderiam falar melhor a respeito desse exemplo.

Vou encerrar, para passarmos ao debate.

ANA MARA - Sou psicóloga e assistente social e trabalho em Vitória da Conquista e em Brumado.

Eu só queria lembrar que a Bahia não está resumida a Salvador. Graças a Deus algumas cidades têm feito uma

resistência muito grande a essa forma de governo que ouvimos o Miguel descrever.

Em Vitória da Conquista, temos um governo participativo e toda a gestão tem uma participação maciça da população. Temos orçamento participativo e todos os Conselhos funcionam de forma efetiva. Temos, também, uma outra cidade, Brumado, que fica a cem quilômetros de Vitória da Conquista, que tem um governo de coligação do PMDB e PCdoB. Lá temos também um trabalho muito interessante e os conselhos estão funcionando.

Vamos realizar, nos dias 8 e 9, a primeira conferência de assistência social e teremos uma ampla participação da comunidade.

Ainda bem que a Bahia não é só Salvador. Eu sempre gosto de frisar isso porque o que sai da Bahia é só o que Salvador mostra. Ainda bem que temos capacidade de resistência. (Palmas.)

FELIX - Sou conselheiro municipal de Saúde e conselheiro estadual de saúde em Alagoas.

Fico atordoado com essas informações. Mesmo com as atitudes truculentas que são tomadas e com o fato de que a Bahia vive uma ditadura civil o Toninho Malvadeza tem o controle total da situação .temos legislação. Mesmo que ela seja rasgada aqui na Bahia, há outros mecanismos a nível federal, principalmente o Ministério Público Estadual e o Federal, o Conselho Nacional de Saúde. Mesmo que a Bahia ou aqueles que se

vangloriam como donos do poder queiram tomar atitudes dessa natureza, há vários mecanismos e poderemos barrar atitudes dessa natureza. Não aceito. Sei que, com as atitudes que fazemos, às vezes corremos o perigo de irem contra a nossa vida, porque esses caras são violentos. Existe uma audácia cada vez maior e se não tivermos essa audácia de ir de encontro à atitude desses indivíduos, a sociedade fica totalmente desguarnecida.

É triste saber de uma situação como essa. Conferências nacionais, estaduais e municipais de saúde têm que ser respeitadas. Conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde têm que ser respeitados. Até mesmo aqueles que ocupam o Ministério da Saúde têm respeitado as atitudes do Conselho Nacional de Saúde.

Tem que sair deste seminário talvez eu até já faça uma proposta alternativa de que isso seja a nível nacional uma moção de repúdio. O Marcus Vinícius, que tem acesso às entidades dos profissionais de saúde, poderia tentar de todas as maneiras uma atitude radical contra o que está acontecendo aqui em Salvador.

Pela Lei n. 8.080 e pela Lei n.º 8.142 há mecanismos para o Ministério Público Federal tentar barrar isso aí. A própria lei dá mecanismos para barrar atitudes de chefes do Executivo que venham cassar, destituir e simplesmente exterminar. Qualquer Conselho tem o seu mandato regulamentado em lei. Ficamos indignados.

Oriento todos aqueles que se sentirem lesados no seus direitos, enquanto conselheiros: procurem, através das leis que comandam o SUS, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, para tomar as medidas cabíveis, principalmente através do Conselho Nacional de Saúde. Sei que é difícil, é duro, mas temos que usar a legislação. Não estou dizendo que houve fraqueza dos Conselheiros de Salvador. Tem que haver ousadia e coragem de lutar contra esse tipo de arbitrariedades.

PALESTRANTE II O Conselho não tem que ser um Conselho à parte do Conselho Municipal que existe. Existe a possibilidade de organização dos fóruns municipais de defesa da saúde e da educação. Organizem-se dessa forma que a organização da sociedade civil pode fortalecer os órgãos de controle social.

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA - Temos um déficit tão grande participação que talvez fique até esquisito alguém vir neste momento problematizar esse formato que temos, que é o de conselhos de controle social.

No entanto, acho que não devemos entender que essa forma de representação é a mais adequada e a mais interessante.

Eu queria problematizar, para um debate futuro sobre esse tema, dois aspectos. O primeiro aspecto refere-se ao aspecto cultural. Esses organismos são etnocêntricos e não são capazes de compreender a dinâmica das nossas comunidades. Dizemos às

nossas comunidades, com as suas histórias, com a sua construção cultural: "Vocês que se adaptem a essa forma de representação através de um órgão formal, de um conselho, onde vai ter um papel, vai ser eleito, vai ser conselheiro." Dizemos, então, para a comunidade, que ela tem que aprender a ser conselheira, se quiser que sua voz seja ouvida. Acho que poderíamos pensar e fazer a crítica cultural desse modelo de representação que é muito problemático. As nossas comunidades têm dinâmicas de produzir opinião e de produzir decisão que são diversas dessa história de sentar todo mundo em volta de uma mesa, falar ao microfone, levantar a mão, fazer questão de ordem e de encaminhamento. Isso tudo é muito misterioso.

Resultado desse mistério todo: alguns aprendem, e quando aprendem se tornam detentores de um saber de tipo especial, que é o saber do tipo conselheiro, transformam-se em conselheiros profissionais e representantes permanentes, impedindo uma circulação da discussão, do debate e do próprio processo de construção do pensamento dentro das comunidade. Ou seja, os nossos organismos de controle social, na verdade, realizam intervenções políticas nas nossas comunidades, estabelecendo e fixando pontos de concentração de poder político dentro das nossas comunidades, desequilibrando, muitas vezes, relações que tinham outra dinâmica de funcionamento.

Na verdade, é estranho. Somos tão carentes e ávidos por espaço de participação da sociedade, o nosso Estado é tão autoritário, é tão distante da sociedade, que fica estranho

criticarmos. Acho que deveríamos pensar e problematizar o aspecto específico das representações de entidades, como os nossos Conselhos, sindicatos e federações. Temos um grave problema que é muitas vezes não sermos capazes de mobilizar aquele segmento profissional, que supostamente teria interesse ou até mesmo uma categoria, para definir as pautas e as posturas de intervenção das nossas entidades nesses lugares. Muitas vezes temos uma representação institucional *stricto sensu* e o dirigente fala pelo grupo e pela categoria.

No nosso caso, temos os congressos regionais e nacionais e algumas políticas que são estabelecidas de uma forma democrática, mas isso precisa ser retroalimentado. Acredito que a perspectiva da democracia direta, sem intermediários, é a única possibilidade de uma construção social onde as pessoas se chamem pelo nome, façam políticas entre pessoas nominadas e não entre anônimos. Preocupa-me muito que a nossa política seja marcada pela anomia, onde uns são nomeados como representantes e estes sequer sabem os nomes, os endereços e as preferências dos representados.

ROGER - Vou ter que ser rápido porque a luz vai acabar.

Vou discordar radicalmente da fala do meu companheiro Marcus Vinícius. Vou discordar com muito respeito. Ele sabe do que diz, só que discordo dele porque conselhos e colegiados não são o que ele manifestou.

Primeiro, nenhuma pessoa pode ficar mais do que duas gestões. Nas outras instâncias, há cabides de emprego. Nos conselhos colegiados, não, porque o lugar que se ocupa lá dentro é das entidades.

Segundo, em Belo Horizonte, quando o Conselho é bem organizado e tem uma postura ética, ele consegue tirar o senhor presidente, gestor, e fazer uma eleição entre os pares. Fizemos isso em Belo Horizonte: tiramos o presidente e elegemos outro, representante de usuários, válido e reconhecido.

Os conselhos são uma instância na qual podemos estar trabalhando porque é um dos motivos que temos hoje para fazer o controle social. Embora de maneira chateada, contrária, acho que o controle social não pode ficar só nos conselhos. Tem que ser nos conselhos locais e nas bases, para que possamos, com dificuldade, construir políticas sociais voltadas para a emancipação política do homem e do cidadão. É isso o que queremos. Este seminário, tenho plena certeza de que ele tem esse compromisso.

Sabemos que não existe uma politização muito grande na nossa categoria. Sabemos disso. Isso não me envergonha, porque temos uma história de despolitização. Até hoje não temos, no nosso currículo, políticas estabelecidas para dar diretriz a este país. Certamente nas conferências, nos congressos e nos seminários buscamos isso. A duras penas, mas lutamos por isso. Sei que vamos conseguir, porque os psicólogos têm um papel e um

compromisso social sério. Têm ética. Podemos fazer essa política.

Em nome da Fenapsi eu gostaria de encaminhar algumas propostas, para que este seminário levasse para a frente.

Primeira proposta: poderíamos estar trabalhando as noções de orçamento participativo com a nossa categoria. E uma saída, pois a periferia poderá migrar para o centro, discutir as suas prioridades e votar os seus interesses. Isso é importantíssimo para que possamos quebrar essas barreiras perversas neoliberais.

Segunda proposta: poderíamos estar trabalhando e fortalecendo os municípios. Não é fortalecer o prefeito ladrãozinho, não! É fortalecer as políticas municipais, com conselhos constituídos e possibilidade de diálogo. O município deve receber o fundo da União diretamente, investir e prestar contas ao conselho. Isso é importantíssimo para nos.

Terceira proposta: poderíamos estar lutando pela descentralização de gestão e de secretarias e estar centrando na intersectorialidade - educação, saúde, assistência, previdência, políticas intersindicais, políticas de conselhos profissionais. Precisamos de um bloco, senão não conseguimos fazer aliados, e política se faz com aliados e com dinheiro.

Outra proposta: que possamos estar estimulando e construindo mesas municipais e estaduais de negociação do SUS. Podemos estar construindo junto com a CUT, mesmo que ninguém aqui seja sindicalizado, uma horizontalidade e uma verticalidade

das políticas. Temos que ir para as bases, para ouvir e para escutar e construir políticas com as outras instâncias.

Para a ABEP, eu gostaria que pudesse haver a questão do currículo do ponto de vista de inserir uma disciplina voltada para as políticas sociais. Isso é o que estamos pedindo.

Obrigado.

COORDENADOR - Eu queria agradecer a todos vocês, encerrando esta Mesa e este dia.

Infelizmente, o apagão está vindo.

Obrigado a todos.

Boa-noite.